



FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO: UM DIÁLOGO ENTRE DISCIPLINAS

Bruno Matos de Farias



epitaya
Editora

Bruno Matos de Farias
Organizador

FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO:
UM DIÁLOGO ENTRE DISCIPLINAS

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F935 Fronteiras do conhecimento [livro eletrônico] : um diálogo entre disciplinas / Organizador Bruno Matos de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-94431-48-6

1. Educação. 2. Interdisciplinaridade. 3. Professores –
Formação. I. Farias, Bruno Matos de

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



Bruno Matos de Farias
Organizador

FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO:
UM DIÁLOGO ENTRE DISCIPLINAS



Rio de Janeiro – RJ
2024

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Dr ^a Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Dr ^a Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Dr ^a Maria Lelita Xavier
	Profa. Dr ^a Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Dr ^a Pauline Balabuch
	Prof. Dr. Daniel da Silva Granadeiro
	Prof. Dr. Rômulo Terminelis da Silva

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos "Fronteiras do Conhecimento: Um Diálogo Entre Disciplinas", uma coletânea que reúne artigos de destacados autores de diversas regiões do Brasil. Este livro surge da necessidade de promover um diálogo interdisciplinar, unindo perspectivas e abordagens de diferentes áreas do saber, com o objetivo de explorar e expandir as fronteiras do conhecimento.

Ao longo das suas páginas o livro propõe uma reflexão profunda sobre temas contemporâneos, abordando questões complexas que não podem ser compreendidas plenamente através de uma única lente disciplinar. Cada artigo contribui com insights únicos e valiosos, enriquecendo a discussão e oferecendo novas formas de pensar sobre os desafios que enfrentamos hoje.

Os autores desta coletânea são acadêmicos e pesquisadores de renome, que trazem consigo a riqueza de suas experiências e a diversidade de suas áreas de estudo. Desde ciências humanas e sociais, até ciências exatas e biológicas, cada contribuição é uma peça fundamental neste mosaico de saberes, evidenciando a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para a produção de conhecimento.

No capítulo 1 "Autismo virtual: como o uso das telas trás malefícios ao desenvolvimento motor" aborda os impactos negativos do uso excessivo de telas no desenvolvimento motor das crianças, destacando como a exposição prolongada a dispositivos digitais pode interferir na aquisição de habilidades motoras e na interação social.

O capítulo 2 A "peste gay": imprensa aracajuana e os primeiros casos da aids no brasil é Uma análise histórica sobre a cobertura da imprensa aracajuana durante os primeiros casos de AIDS no Brasil, explorando como o estigma e os preconceitos influenciaram a percepção pública da doença.

No capítulo 3 "Desafios Climáticos e Desastres Naturais no Rio Grande do Sul: Urgência de Ações Integradas e Sustentáveis" discute os desafios climáticos enfrentados pelo Rio Grande do Sul, enfatizando a necessidade de ações integradas e sustentáveis para mitigar os impactos dos desastres naturais na região.

O capítulo 4 "Enfrentamento da equipe de enfermagem sobre a violência obstétrica" é uma investigação sobre as experiências das equipes de enfermagem no enfrentamento da violência obstétrica, destacando as estratégias utilizadas para lidar com esta problemática e proteger os direitos das pacientes.

No capítulo 5 "Sistema de Controle Avançado para Otimização da Geração de Energia a partir de Fontes Renováveis: Estudo de Caso com Painéis Solares e Turbinas Eólicas" apresenta um estudo de caso sobre a utilização de sistemas de controle avançados para otimizar a geração de energia a partir de fontes renováveis, como painéis solares e turbinas eólicas.

O capítulo 6 "A importância da prevenção cardiovascular com base nos controles de fatores de risco - artigo de revisão" é uma revisão abrangente sobre

a prevenção cardiovascular, destacando a importância do controle de fatores de risco para reduzir a incidência de doenças cardiovasculares.

No capítulo 7 “Conhecendo o setor Central de Material e Esterilização: uma imersão no perfil dos profissionais e processos” é apresentada uma imersão detalhada no setor central de material e esterilização, explorando o perfil dos profissionais e os processos envolvidos na garantia da segurança e eficácia dos procedimentos de esterilização.

O capítulo 8 “Educação infantil na pandemia desafios e possibilidades no uso das tecnologias digitais” explora os desafios e as possibilidades do uso de tecnologias digitais na educação infantil durante a pandemia, oferecendo insights sobre as adaptações necessárias para a continuidade do aprendizado.

No capítulo 9 “Língua Portuguesa do Brasil: Uma Língua de Vários “Brasis” apresenta uma análise da diversidade da língua portuguesa no Brasil, destacando as variações regionais e culturais que fazem do português brasileiro uma língua rica e multifacetada.

O capítulo 10 “Análise do Discurso: Um Olhar sobre as Propagandas” apresenta uma investigação sobre a análise do discurso em propagandas, examinando como as mensagens publicitárias são construídas e interpretadas pelos consumidores.

No capítulo 11 “Translação do conhecimento na pós-graduação em enfermagem” aborda a importância da translação do conhecimento na pós-graduação em enfermagem, discutindo estratégias para a aplicação prática do conhecimento acadêmico.

O capítulo 12 “O processo de inclusão dos estudantes deficientes e com necessidades específicas na escola regular de ensino” apresenta uma análise do processo de inclusão de estudantes deficientes e com necessidades específicas nas escolas regulares, destacando desafios e estratégias para uma educação inclusiva de qualidade.

No capítulo 13 “A corte interamericana de direitos humanos e a execução das sentenças no direito brasileiro” é apresentado uma discussão sobre a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a execução de suas sentenças no contexto do direito brasileiro, explorando casos e implicações legais.

Fronteiras do Conhecimento: Um Diálogo Entre Disciplinas é mais do que um livro de artigos; é um convite ao leitor para embarcar numa jornada intelectual, onde a troca de ideias e a integração de perspectivas se tornam ferramentas essenciais para a inovação e a compreensão mais ampla do mundo em que vivemos.

Esperamos que esta obra inspire e motive outros a se engajarem no diálogo interdisciplinar, reconhecendo que o verdadeiro avanço do conhecimento se dá quando diferentes vozes e perspectivas se encontram e se complementam.

Boa leitura!

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1</i>	09
AUTISMO VIRTUAL: COMO O USO DAS TELAS TRÁS MALEFÍCIOS AO DESENVOLVIMENTO MOTOR	
<i>Sáfia Barbosa Ramadan, Diego Vinícius Duarte Cavalcante, Samanta Gomes Lima de Andrade, José Alex Almeida Borges, Taís Feitosa da Silva</i>	
<i>Capítulo 2</i>	25
A “PESTE GAY”: IMPRENSA ARACAJUANA E OS PRIMEIROS CASOS DA AIDS NO BRASIL	
<i>Écio Luiz Santos da Silva</i>	
<i>Capítulo 3</i>	41
DESAFIOS CLIMÁTICOS E DESASTRES NATURAIS NO RIO GRANDE DO SUL: URGÊNCIA DE AÇÕES INTEGRADAS E SUSTENTÁVEIS	
<i>Luís Eduardo Carvalho Noskoski, Estéfani Gysi</i>	
<i>Capítulo 4</i>	47
ENFRENTAMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	
<i>Andressa Valim Parca, Lauriene Luiza de Souza Munhoz, Jennifer Jullie Pichinelli Noronha</i>	
<i>Capítulo 5</i>	57
SISTEMA DE CONTROLE AVANÇADO PARA OTIMIZAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS: ESTUDO DE CASO COM PAINÉIS SOLARES E TURBINAS EÓLICAS	
<i>Ana Luisa Gordiano de Carvalho</i>	
<i>Capítulo 6</i>	73
A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO CARDIOVASCULAR COM BASE NOS CONTROLES DE FATORES DE RISCO - ARTIGO DE REVISÃO	
<i>Beatriz Maria Martins de Souza, Camila Motta Venturin, Cayo Felipe Rezende, Dário Tavares Jacinto, Gabriela da Costa Davanzo Lupo, João Paulo Luvizotto Alcântara de Pádua, Michelly Queren Araújo Biachi, Roberta Faria de Souza, Taís Rigotto Rahme Costa</i>	
<i>Capítulo 7</i>	89
CONHECENDO O SETOR CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO: UMA IMERSÃO NO PERFIL DOS PROFISSIONAIS E PROCESSOS	
<i>Francisco Alain Peixoto de Sousa, Tatiana de Araújo Tavares Bernardo, Caio Bruno Alves Lopes, Kevlia Abreu Carneiro, Regisvânia Maria Cardoso de Souza</i>	
<i>Capítulo 8</i>	99
EDUCAÇÃO INFANTIL NA PANDEMIA DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
<i>Camila Gomes do Vale, Daiana Pereira Cruz, Nádia Regina Ferreira Damascena</i>	

<i>Capítulo 9</i>	119
LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL: UMA LÍNGUA DE VÁRIOS "BRASIS"	
<i>Mirian Alves Vieira, Pablo Cruz da Silva, Valeria Alves Vieira</i>	
<i>Capítulo 10</i>	127
ANÁLISE DO DISCURSO: UM OLHAR SOBRE AS PROPAGANDAS	
<i>Mirian Alves Vieira, Pablo Cruz da Silva, Valeria Alves Vieira</i>	
<i>Capítulo 11</i>	133
TRANSLAÇÃO DO CONHECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	
<i>Francine Moraes da Silva</i>	
<i>Capítulo 12</i>	137
O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES E COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO	
<i>Elisabete Amaral Santos, Gutemberg Gomes Silva</i>	
<i>Capítulo 13</i>	151
A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS NO DIREITO BRASILEIRO	
<i>Fábio Henrique Curan</i>	

CAPÍTULO 1

AUTISMO VIRTUAL: COMO O USO DAS TELAS TRÁS MALEFÍCIOS AO DESENVOLVIMENTO MOTOR

Sáfia Barbosa Ramadan

Universidade Estadual da Paraíba

Diego Vinícius Duarte Cavalcante

Universidade Estadual da Paraíba

Samanta Gomes Lima de Andrade

Universidade Estadual da Paraíba

José Alex Almeida Borges

Universidade Estadual da Paraíba

Taís Feitosa da Silva

Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

O autismo virtual, decorrente do uso excessivo de dispositivos eletrônicos, apresenta impactos significativos no desenvolvimento motor de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Estudo do tipo revisão bibliográfica, no qual foram realizadas buscas nas principais bases de dados, sobre a literatura atualizada acerca dos descritores autismo virtual, desenvolvimento motor e uso de telas. O tempo prolongado em telas prejudica habilidades motoras grossas e finas essenciais para autonomia e interação social, podendo levar a um estilo de vida sedentário e aumentar o risco de problemas de saúde física e mental. É crucial uma abordagem holística e multidisciplinar para lidar com esses desafios, envolvendo pais, cuidadores, educadores e profissionais de saúde. Estratégias de intervenção devem promover um equilíbrio saudável entre o tempo de tela e atividades físicas, sociais e recreativas. Para garantir o desenvolvimento integral das crianças com autismo, é fundamental fornecer apoio adequado às famílias e escolas, estimulando atividades ao ar livre, brincadeiras criativas e estabelecendo limites claros no uso de dispositivos eletrônicos. O trabalho colaborativo entre diferentes profissionais é essencial para assegurar um futuro saudável e inclusivo para todas as crianças com TEA.

1. INTRODUÇÃO

A crescente integração das tecnologias digitais no cotidiano das crianças tem gerado um novo fenômeno a ser considerado: o autismo virtual. Este termo refere-se ao conjunto de sintomas autistas potencialmente desencadeados ou exacerbados pelo uso excessivo de dispositivos eletrônicos, como tablets, smartphones e computadores, especialmente em idades precoces. Nesse contexto, crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão cada vez mais expostas a estímulos visuais e auditivos provenientes dessas telas, o que pode influenciar significativamente seu desenvolvimento motor e habilidades socioemocionais [1].

As causas e os impactos do autismo virtual são multifacetados. A exposição excessiva a dispositivos eletrônicos durante os primeiros anos de vida pode alterar a forma como o cérebro em desenvolvimento processa informações sensoriais, levando a dificuldades na regulação emocional, comunicação e interação social. Além disso, a falta de atividades físicas e de interações sociais presenciais pode contribuir para um estilo de vida sedentário e para o desenvolvimento de problemas de saúde física e mental [2].

O desenvolvimento motor é um aspecto fundamental do desenvolvimento infantil que pode ser afetado pelo autismo virtual. As habilidades motoras grossas, como correr, pular e subir, e as habilidades motoras finas, como segurar um lápis ou manipular objetos pequenos, são essenciais para a autonomia e a participação da criança em atividades cotidianas e sociais. No entanto, o uso excessivo de telas pode limitar as oportunidades de movimento e exploração do ambiente físico, prejudicando o desenvolvimento motor das crianças com autismo[3].

A relação entre o desenvolvimento motor e o autismo virtual é complexa e merece investigação detalhada. Embora as telas possam oferecer oportunidades de aprendizado e entretenimento, seu uso excessivo pode interferir nas experiências sensoriais e motoras necessárias para o desenvolvimento saudável da criança. Compreender melhor essa relação é essencial para desenvolver estratégias eficazes de intervenção e prevenção.

Diante desse contexto, o objetivo do presente estudo é investigar os efeitos do autismo virtual no desenvolvimento motor de crianças. Por meio de uma abordagem multidisciplinar, pretende-se analisar os padrões de uso de tecnologia, as habilidades motoras das crianças e os fatores associados ao autismo virtual, visando contribuir para o desenvolvimento de intervenções e políticas públicas que promovam um ambiente saudável e equilibrado para o desenvolvimento infantil.

2. METODOLOGIA

O estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica, seguindo as diretrizes estabelecidas na literatura científica para esse tipo de investigação. Foram utilizados termos de busca adequados para cada base de dados, combinando as seguintes palavras-chave: autismo virtual,

desenvolvimento motor e uso de telas. A busca foi restrita a artigos em língua inglesa e portuguesa, considerando estudos publicados até a data limite estabelecida para a pesquisa.

Para realizar a revisão bibliográfica sobre o autismo virtual e seu impacto no desenvolvimento motor, foram utilizadas diversas fontes de informação, incluindo bases de dados acadêmicas, revistas científicas especializadas, livros e teses relacionadas ao tema. As principais bases de dados consultadas foram PubMed, PsycINFO, Scopus sciencedirect e Web of Science. A seleção dos materiais foi baseada em critérios de relevância, atualidade e credibilidade das fontes.

Os dados obtidos foram submetidos a uma análise qualitativa, com o objetivo de identificar padrões, tendências e lacunas na literatura relacionada ao autismo virtual e desenvolvimento motor. Os artigos selecionados foram cuidadosamente revisados e sintetizados, destacando-se informações relevantes sobre os efeitos do uso de telas no desenvolvimento motor de indivíduos com autismo. A análise também incluiu a interpretação crítica dos resultados e a discussão de possíveis implicações para a prática clínica e para futuras pesquisas.

3. O AUTISMO VIRTUAL

O termo "autismo virtual" descreve um fenômeno contemporâneo observado em crianças diagnosticadas com TEA, e é caracterizado pelo envolvimento excessivo e desproporcional com dispositivos eletrônicos, como smartphones, tablets e computadores, em detrimento de interações sociais e atividades motoras. Este conceito reflete a crescente prevalência do uso de tecnologia digital na infância e a interseção com os desafios típicos enfrentados por indivíduos com TEA[4].

O autismo virtual é marcado por um intenso interesse e envolvimento em atividades digitais, muitas vezes resultando em um padrão de comportamento repetitivo e restrito, com preferência por interações virtuais em detrimento das interações interpessoais e experiências sensoriais do mundo real. Esta tendência é preocupante, uma vez que a interação social e a exploração sensorial são componentes essenciais para o desenvolvimento saudável de habilidades sociais, emocionais e motoras em crianças[5].

Oliveira[6] afirma que crianças com TEA podem ser particularmente suscetíveis ao autismo virtual devido a características inerentes do transtorno, como padrões de comportamento repetitivo e interesses restritos. Além disso, o uso excessivo de tecnologia pode exacerbá-los, dificultando ainda mais a participação em atividades motoras e sociais significativas.

A compreensão do autismo virtual demanda uma análise aprofundada das implicações do uso excessivo de tecnologia no desenvolvimento motor das crianças com TEA. Estudos indicam que o tempo excessivo diante das telas pode resultar em uma redução significativa no tempo dedicado a atividades físicas e motoras, essenciais para o desenvolvimento muscular, coordenação motora e habilidades sensoriais[7].

Além disso, a exposição prolongada a dispositivos eletrônicos pode contribuir para um estilo de vida sedentário, aumentando o risco de obesidade e problemas de saúde associados. A falta de atividade física adequada também pode afetar negativamente a qualidade do sono, o que, por sua vez, pode influenciar negativamente o comportamento e o funcionamento diurno das crianças com TEA[8].

Schneider, Santos e Santos[9], destaca a importância de considerar a qualidade do conteúdo digital consumido pelas crianças com autismo virtual. Embora alguns aplicativos e jogos possam oferecer oportunidades de aprendizado e engajamento positivo, muitos são projetados sem considerar as necessidades específicas das crianças com TEA, levando a experiências frustrantes e pouco instrutivas.

Nesse sentido, intervenções eficazes devem incluir estratégias para promover o equilíbrio entre o uso de tecnologia e a participação em atividades motoras e sensoriais significativas. Isso pode envolver a implementação de limites de tempo de tela, a seleção de conteúdo digital adequado e a promoção de alternativas de engajamento físico, como brincadeiras ao ar livre, esportes adaptados e terapias ocupacionais[10].

Sendo assim, é fundamental que pais, cuidadores e profissionais de saúde estejam cientes dos potenciais riscos do autismo virtual e trabalhem em conjunto para fornecer um ambiente que promova o desenvolvimento motor e o bem-estar geral das crianças com TEA. Ao abordar essas questões de forma integrada, podemos ajudar a garantir que essas crianças tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial em todas as áreas de desenvolvimento.

4. IMPACTO DO USO DE TELAS NO DESENVOLVIMENTO MOTOR INFANTIL

4.1. A influência do tempo de tela na atividade física

A influência do tempo de tela na atividade física das crianças com Transtorno do Espectro Autista é um aspecto crucial a ser considerado na compreensão dos efeitos do autismo virtual. Estudos têm destacado uma relação inversa entre o tempo gasto em frente às telas e a quantidade de atividade física realizada pelas crianças com TEA.

Um estudo realizado por Canejo, Barros e Santana[11] observou que crianças com TEA passavam, em média, mais tempo em comportamentos sedentários do que seus pares típicos, sendo o tempo de tela um dos principais contribuintes para essa diferença. Outra pesquisa conduzida por Baio[12] apontou que o tempo excessivo de tela estava associado a um maior risco de obesidade e problemas de saúde relacionados em crianças com TEA.

Além disso, a falta de atividade física adequada pode afetar negativamente não apenas o desenvolvimento motor, mas também o funcionamento cognitivo e comportamental das crianças com TEA. Estudos

sugerem que a participação em atividades físicas regulares pode melhorar o funcionamento executivo, a atenção e a regulação emocional em crianças com TEA[13].

Outro fator a ser considerado é o papel dos cuidadores na regulação do tempo de tela e na promoção de hábitos saudáveis. Estudos demonstraram que crianças com TEA muitas vezes têm acesso irrestrito a dispositivos eletrônicos, com pouca supervisão dos pais ou responsáveis[14]. A falta de limites claros e a ausência de estímulo para participar de atividades físicas podem contribuir para o aumento do tempo de tela e a redução da atividade física.

Diante desse cenário, intervenções eficazes devem visar não apenas a redução do tempo de tela, mas também o estímulo ativo à participação em atividades físicas e motoras. Estratégias que envolvem a família, a escola e a comunidade, como a implementação de horários estruturados, o estabelecimento de regras claras em relação ao uso de dispositivos eletrônicos e o incentivo à prática de atividades físicas em grupo, podem desempenhar um papel fundamental na promoção de estilos de vida mais saudáveis para crianças com TEA.

4.2. Desenvolvimento de habilidades motoras prejudicadas pelo uso excessivo de telas

O uso excessivo de telas pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades motoras em crianças com Transtorno do Espectro Autista, afetando diversas áreas importantes do funcionamento motor. Estudos têm destacado que o tempo prolongado dedicado a dispositivos eletrônicos está associado a um menor desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, como coordenação, equilíbrio, força e destreza manual[15].

A exposição prolongada às telas pode limitar as oportunidades de participação em atividades físicas e práticas motoras que são essenciais para o desenvolvimento motor adequado. Em vez de explorar o ambiente físico e praticar habilidades motoras de forma ativa, as crianças com TEA podem ficar presas em atividades sedentárias diante das telas, o que pode comprometer a aquisição e aprimoramento de habilidades motoras[16].

Além disso, o uso excessivo de telas pode influenciar negativamente a motivação e o interesse das crianças em participar de atividades motoras, uma vez que os estímulos sensoriais intensos e a gratificação imediata proporcionada pelos dispositivos eletrônicos podem tornar outras atividades menos atrativas[17]. Isso pode resultar em um ciclo prejudicial no qual a falta de prática leva a habilidades motoras subdesenvolvidas, o que, por sua vez, reduz ainda mais o interesse em participar de atividades motoras.

Portanto, é crucial que intervenções destinadas a crianças com TEA considerem o impacto do tempo de tela no desenvolvimento motor e promovam oportunidades significativas para a prática de habilidades motoras. Estratégias que envolvem a redução do tempo de tela, o estímulo à participação em atividades físicas e motoras diversificadas e o uso de

abordagens motivacionais podem ajudar a mitigar os efeitos negativos do uso excessivo de telas no desenvolvimento motor das crianças com TEA.

Além disso, o uso excessivo de telas também pode afetar negativamente o desenvolvimento da coordenação olho-mão, habilidade crucial para diversas atividades do dia a dia, como escrever, desenhar, manipular objetos e participar de jogos. A exposição prolongada às telas pode resultar em um desequilíbrio sensorial, prejudicando a capacidade das crianças com TEA de integrar efetivamente informações visuais e táteis para realizar tarefas motoras precisas[18].

Outro aspecto importante a considerar é o impacto do uso de dispositivos eletrônicos no desenvolvimento do controle postural e equilíbrio das crianças com TEA. Estudos sugerem que o tempo excessivo gasto em atividades sedentárias, como assistir televisão ou jogar videogames, está associado a um maior risco de problemas posturais e dificuldades de equilíbrio em crianças com TEA[19]. Essas dificuldades podem se manifestar como instabilidade ao caminhar, dificuldade em manter a posição sentada por longos períodos e falta de coordenação motora em atividades que exigem movimentos precisos e controlados.

Além dos aspectos motores, o uso excessivo de telas também pode impactar negativamente o desenvolvimento social e emocional das crianças com TEA, o que, por sua vez, pode influenciar indiretamente suas habilidades motoras. Por exemplo, o isolamento social resultante do tempo excessivo gasto em dispositivos eletrônicos pode limitar as oportunidades de interação e brincadeiras físicas com outras crianças, que são importantes para o desenvolvimento de habilidades motoras sociais, como compartilhar, cooperar e se comunicar por meio do movimento[20].

Assim, é fundamental adotar uma abordagem holística no planejamento de intervenções para crianças com TEA, considerando não apenas os aspectos motores, mas também os aspectos sociais, emocionais e comportamentais. Intervenções que visam reduzir o tempo de tela, promover a participação em atividades físicas e motoras diversificadas, e incentivar a interação social e a brincadeira ativa podem ajudar a promover um desenvolvimento motor saudável e equilibrado em crianças com TEA.

5. EFEITOS DO AUTISMO VIRTUAL NO DESENVOLVIMENTO SENSORIAL E PERCEPTUAL

5.1. Impacto do excesso de estímulo visual e auditivo

O impacto do excesso de estímulo visual e auditivo no desenvolvimento motor de crianças com autismo é uma área de preocupação crescente na literatura científica. Estudos têm destacado como a sobrecarga sensorial pode influenciar negativamente as habilidades motoras dessas crianças, comprometendo sua capacidade de processar e responder adequadamente aos estímulos do ambiente[21].

A exposição constante a estímulos visuais e auditivos intensos pode sobrecarregar o sistema nervoso central das crianças com autismo, levando a dificuldades na regulação sensorial e no processamento sensorial-motor[22]. Essa sobrecarga sensorial pode manifestar-se de várias maneiras, incluindo hipersensibilidade a estímulos sensoriais, dificuldade em filtrar informações irrelevantes do ambiente e desorganização sensorial, todas as quais podem interferir no desenvolvimento e na execução de habilidades motoras[23].

Além disso, a hipersensibilidade a estímulos visuais e auditivos pode desencadear respostas de evitação ou de busca de estímulo, levando as crianças com autismo a evitar ou buscar determinadas atividades motoras, dependendo de sua sensibilidade individual[24]. Esses padrões de comportamento podem limitar a exposição das crianças a experiências motoras diversificadas e desafiadoras, o que, por sua vez, pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, como equilíbrio, coordenação e destreza manual.

É importante destacar que o impacto do excesso de estímulo visual e auditivo no desenvolvimento motor das crianças com autismo pode variar de acordo com o perfil sensorial único de cada criança e com a intensidade e frequência dos estímulos ambientais[25]. Portanto, intervenções que visam modular a exposição sensorial e promover estratégias de regulação sensorial podem ser benéficas para melhorar o processamento sensorial-motor e facilitar o desenvolvimento motor dessas crianças[26].

Além disso, a exposição prolongada a estímulos visuais e auditivos intensos pode impactar não apenas o processamento sensorial-motor, mas também a atenção e o foco das crianças com autismo, afetando indiretamente seu desenvolvimento motor. Estudos têm demonstrado uma associação entre dificuldades de atenção e problemas motores em crianças com transtorno do espectro autista[27]. A sobrecarga sensorial proveniente do uso excessivo de telas pode contribuir para a distração e a falta de concentração durante atividades motoras, dificultando a aprendizagem e a execução de habilidades motoras complexas.

Ademais, o impacto do excesso de estímulo visual e auditivo no desenvolvimento motor das crianças com autismo pode se refletir em dificuldades de integração sensorial, prejudicando a capacidade do sistema nervoso central de processar e interpretar informações sensoriais provenientes do ambiente e do próprio corpo[28]. Isso pode resultar em desafios na organização do movimento, na regulação do tônus muscular e na percepção do espaço e do tempo, afetando diretamente a qualidade e a eficiência da execução de tarefas motoras.

Portanto, é essencial considerar não apenas a quantidade de tempo dedicada às telas, mas também a qualidade e a natureza dos estímulos sensoriais fornecidos por essas tecnologias. Estratégias que visam promover um equilíbrio saudável entre o tempo de tela e outras atividades sensoriais e motoras, juntamente com intervenções direcionadas à regulação sensorial e

à integração sensorial, podem desempenhar um papel crucial na otimização do desenvolvimento motor e funcional das crianças com autismo.

5.2. Influência na percepção do espaço e do corpo

A influência do uso excessivo de telas na percepção do espaço e do corpo em crianças com autismo é uma área de preocupação crescente na pesquisa contemporânea.

Pesquisas sugerem que o tempo prolongado diante das telas pode levar a uma desconexão entre as experiências sensoriais e motoras da criança e a compreensão de seu próprio corpo e do espaço ao seu redor[29]. Esta desconexão pode se manifestar em dificuldades na coordenação motora, na percepção da profundidade, na capacidade de avaliar distâncias e na noção de direção espacial.

Além disso, o uso excessivo de dispositivos eletrônicos pode contribuir para uma redução na exposição das crianças com autismo a atividades motoras e sensoriais no ambiente físico real, o que por sua vez pode limitar suas oportunidades de explorar e compreender o mundo ao seu redor de maneira mais tangível[30]. Isso pode resultar em dificuldades adicionais na adaptação a novos ambientes e na realização de tarefas cotidianas que exigem uma compreensão precisa do espaço e do corpo.

Estudos sugerem que o uso excessivo de telas pode impactar a percepção do espaço e do corpo em crianças com autismo devido à natureza dos estímulos visuais e auditivos apresentados. A exposição constante a imagens em movimento e sons intensos pode sobrecarregar o sistema sensorial dessas crianças, levando a uma dificuldade em processar e integrar adequadamente as informações sensoriais do ambiente[31].

Essa sobrecarga sensorial pode resultar em uma percepção distorcida do espaço e do corpo, afetando a capacidade da criança de se orientar no ambiente e de compreender sua posição relativa aos objetos e às pessoas ao seu redor. Além disso, o excesso de estímulo visual e auditivo pode desencadear reações de ansiedade e hipersensibilidade sensorial, o que pode tornar ainda mais desafiador para a criança com autismo se engajar em atividades motoras e exploratórias no ambiente físico.

Em um estudo realizado por Hoksbergen[32], foi observado que crianças com autismo apresentavam uma maior taxa de ansiedade e desconforto durante a exposição a estímulos visuais e auditivos intensos em comparação com crianças neurotípicas. Esses resultados destacam a importância de considerar não apenas a quantidade de tempo gasto em frente às telas, mas também a natureza dos estímulos sensoriais apresentados e seu potencial impacto na percepção e no comportamento motor das crianças com autismo.

Dessa forma, a compreensão dos efeitos do excesso de estímulo visual e auditivo no desenvolvimento motor e na percepção do espaço e do corpo em crianças com autismo é crucial para informar intervenções e estratégias de manejo que visem promover um ambiente sensorialmente

adaptado e facilitar o engajamento ativo e saudável dessas crianças no mundo ao seu redor.

6. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E PREVENÇÃO PARA MITIGAR OS EFEITOS DO AUTISMO VIRTUAL NO DESENVOLVIMENTO MOTOR

6.1. Promoção de um estilo de vida ativo e equilibrado

A promoção de um estilo de vida ativo e equilibrado é fundamental para mitigar os potenciais efeitos negativos do uso excessivo de telas e estimular o desenvolvimento motor adequado em crianças com autismo. Estratégias que incentivam a participação em atividades físicas e recreativas podem contribuir significativamente para melhorar a saúde física, mental e emocional dessas crianças, além de promover o desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais[33].

De acordo com um estudo conduzido por Prioste[34], a participação em atividades físicas estruturadas e não estruturadas tem sido associada a melhorias na coordenação motora, na força muscular, no equilíbrio e na habilidade motora geral em crianças com autismo. Além disso, o envolvimento em atividades ao ar livre e em ambientes naturais pode proporcionar uma experiência sensorial mais rica e variada, ajudando a regular o sistema sensorial dessas crianças e reduzindo os sintomas de hipersensibilidade sensorial.

Boers[35], afirma que intervenções que visam promover um estilo de vida ativo e equilibrado em crianças com autismo devem ser adaptadas às necessidades individuais de cada criança, levando em consideração suas preferências, interesses e desafios específicos. Estratégias como a incorporação de brincadeiras sensoriais, jogos de movimento, atividades aquáticas e práticas de *mindfulness* podem ser úteis para envolver as crianças de forma lúdica e estimulante, ao mesmo tempo em que oferecem oportunidades para desenvolver habilidades motoras e promover o bem-estar geral.

Além disso, é importante envolver ativamente pais, cuidadores e profissionais de saúde no processo de promoção de um estilo de vida ativo e equilibrado para crianças com autismo. O apoio e orientação desses adultos podem ser fundamentais para criar um ambiente propício à prática regular de atividades físicas, fornecer estímulo e suporte adequados, e garantir que as necessidades individuais da criança sejam atendidas de maneira holística[36].

Além das atividades físicas e recreativas, a promoção de um estilo de vida ativo e equilibrado para crianças com autismo também pode envolver a implementação de estratégias que visam melhorar a qualidade da dieta e o padrão de sono. Estudos têm demonstrado que uma alimentação saudável e balanceada, rica em nutrientes essenciais, pode ter um impacto positivo no funcionamento cognitivo, no humor e no comportamento das crianças com autismo[37].

Ademais, a qualidade e a quantidade de sono desempenham um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental das crianças. Distúrbios do sono são comuns em crianças com autismo e podem estar associados a uma variedade de dificuldades, incluindo problemas de atenção, hiperatividade, irritabilidade e regulação emocional. Portanto, estabelecer rotinas consistentes de sono, criar um ambiente propício para o descanso e promover hábitos saudáveis de higiene do sono são aspectos essenciais da promoção de um estilo de vida equilibrado para essas crianças[38].

Ao considerar a complexidade das necessidades individuais das crianças com autismo, é importante adotar uma abordagem integrada que leve em conta não apenas as atividades físicas, mas também outros aspectos do estilo de vida, como a alimentação e o sono. A colaboração entre pais, cuidadores, profissionais de saúde e educadores é fundamental para desenvolver estratégias personalizadas que atendam às necessidades específicas de cada criança e promovam seu bem-estar geral.

6.2. Intervenção terapêutica e educacional

A intervenção terapêutica e educacional desempenha um papel crucial no suporte ao desenvolvimento motor de crianças com autismo, visando melhorar suas habilidades motoras e promover sua participação ativa em atividades cotidianas. Uma abordagem multidisciplinar que integra diferentes profissionais, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e educadores, é frequentemente adotada para atender às necessidades complexas dessas crianças[39].

A terapia física é frequentemente utilizada para melhorar a coordenação motora, o equilíbrio e a força muscular, por meio de exercícios específicos e atividades adaptadas às habilidades e interesses individuais da criança. Intervenções baseadas em princípios da terapia ocupacional também são amplamente empregadas para promover a independência nas atividades da vida diária e desenvolver habilidades funcionais, como vestir-se, comer e realizar tarefas domésticas (GANDOTRA et al., 2020).

Além disso, a terapia de integração sensorial tem sido cada vez mais reconhecida como uma abordagem eficaz para abordar as dificuldades sensoriais comuns em crianças com autismo, que podem afetar diretamente seu desenvolvimento motor e participação em atividades físicas. Essa terapia visa regular as respostas sensoriais da criança por meio de atividades que estimulam os diferentes sistemas sensoriais, como o tato, a propriocepção e o equilíbrio[40].

É importante ressaltar que a eficácia das intervenções terapêuticas e educacionais pode variar de acordo com as necessidades individuais de cada criança e a gravidade de seus sintomas. Portanto, uma abordagem personalizada e centrada na criança, que leve em consideração suas preferências, habilidades e desafios específicos, é fundamental para maximizar os benefícios dessas intervenções[41].

Além das abordagens terapêuticas e educacionais convencionais, intervenções complementares e tecnológicas estão sendo exploradas para ampliar as opções de tratamento para crianças com autismo. Por exemplo, o uso de tecnologias assistivas, como aplicativos e dispositivos eletrônicos, pode oferecer recursos adicionais para promover o desenvolvimento motor e cognitivo dessas crianças[42].

Aplicativos móveis projetados especificamente para crianças com autismo podem oferecer jogos e atividades interativas que visam melhorar a coordenação motora, o equilíbrio e a destreza manual. Esses aplicativos muitas vezes apresentam interfaces intuitivas e adaptativas, permitindo que as crianças participem de maneira ativa e engajada[43].

No entanto, Gandotra[44] afirma que é importante que o uso de tecnologias assistivas seja cuidadosamente supervisionado por profissionais qualificados e integrado a um plano de intervenção abrangente. A tecnologia deve ser utilizada como um complemento às estratégias terapêuticas e educacionais existentes, e não como um substituto para a interação humana e o envolvimento ativo da criança em atividades físicas e sociais.

Ademais, considerações importantes, como o tempo de exposição às telas e a seleção de aplicativos e dispositivos apropriados, devem ser levadas em conta para garantir que o uso da tecnologia seja benéfico e seguro para a criança. Um equilíbrio cuidadoso entre o uso de tecnologia e outras formas de intervenção é essencial para promover um estilo de vida ativo e equilibrado para crianças com autismo.

6.3. Educação dos pais e cuidadores

A educação dos pais e cuidadores desempenha um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento motor de crianças com autismo. Os pais e cuidadores desempenham um papel central na implementação de estratégias de intervenção em casa e na comunidade, proporcionando um ambiente favorável para a prática e o desenvolvimento de habilidades motoras da criança. Eles podem se beneficiar de programas de treinamento que visam aumentar sua compreensão sobre as necessidades motoras específicas das crianças com autismo e fornecer estratégias práticas para promover o desenvolvimento motor em casa[45].

Estudos mostram que a educação dos pais e cuidadores pode ter um impacto significativo no progresso das crianças com autismo. Por exemplo, um estudo realizado por Orben e Przybylski[46] demonstrou que o envolvimento dos pais em programas de treinamento baseados em evidências estava associado a melhorias nas habilidades adaptativas e no comportamento social das crianças com autismo. Esses programas frequentemente incluem informações sobre o desenvolvimento motor típico e atípico, estratégias para promover a participação em atividades motoras e técnicas de manejo do comportamento durante as atividades físicas.

Além disso, a educação dos pais e cuidadores pode ajudar a reduzir o estresse e a ansiedade associados ao cuidado de uma criança com

autismo, permitindo-lhes sentir-se mais capacitados e confiantes em seu papel. Ao compreender melhor as necessidades e preferências da criança, os pais e cuidadores podem colaborar de forma mais eficaz com os profissionais de saúde e educação para desenvolver planos de intervenção personalizados que atendam às necessidades específicas da criança[47].

A educação dos pais e cuidadores também pode ser enriquecida por meio de grupos de apoio e recursos educacionais específicos. Esses grupos proporcionam um espaço para os pais compartilharem experiências, estratégias e informações sobre o cuidado de crianças com autismo, incluindo questões relacionadas ao desenvolvimento motor. A troca de conhecimentos e vivências em um ambiente de apoio mútuo pode ajudar os pais a se sentirem menos isolados e mais capacitados para enfrentar os desafios associados ao cuidado de uma criança com necessidades especiais[48].

Além disso, recursos educacionais, como guias práticos, vídeos instrutivos e materiais impressos, podem fornecer informações adicionais sobre o desenvolvimento motor e atividades específicas para promovê-lo. Esses recursos podem ser acessados online, em bibliotecas ou por meio de organizações de apoio ao autismo. Eles oferecem aos pais e cuidadores uma fonte adicional de orientação e inspiração para apoiar o desenvolvimento motor de seus filhos[49].

Ao promover a educação dos pais e cuidadores, é essencial reconhecer a importância de abordagens individualizadas que levem em consideração as necessidades específicas da criança e da família. Cada criança com autismo é única, e os pais e cuidadores devem ser capacitados a adaptar estratégias e intervenções para atender às necessidades específicas de seu filho. Uma abordagem colaborativa e centrada na família é fundamental para garantir o sucesso a longo prazo no apoio ao desenvolvimento motor e ao bem-estar geral da criança com autismo[50].

Portanto, investir na educação dos pais e cuidadores é uma medida crucial para promover um ambiente de apoio e estimulação que beneficie o desenvolvimento motor e o crescimento global da criança com autismo. Essa abordagem holística reconhece o papel vital que os pais desempenham no cuidado e na promoção do potencial de seus filhos, capacitando-os com os conhecimentos e recursos necessários para fornecer o melhor suporte possível.

7. CONCLUSÃO

A análise dos efeitos do autismo virtual no desenvolvimento motor das crianças com Transtorno do Espectro Autista revela a complexidade e a importância de considerar o impacto das tecnologias digitais no desenvolvimento infantil. Os resultados deste estudo destacam a necessidade de uma abordagem holística e multidisciplinar para lidar com os desafios apresentados pelo uso excessivo de telas na infância.

É notório que o uso prolongado de dispositivos eletrônicos prejudica o desenvolvimento motor das crianças com TEA, interferindo nas habilidades

motoras grossas e finas, necessárias para sua autonomia e participação em atividades cotidianas e sociais. Além disso, o autismo virtual pode contribuir para um estilo de vida sedentário, aumentando o risco de problemas de saúde física e mental.

Destarte, é fundamental que pais, cuidadores, educadores e profissionais de saúde estejam cientes dos potenciais impactos do uso de tecnologias digitais na vida das crianças com autismo. Estratégias de intervenção e prevenção devem ser desenvolvidas e implementadas de forma colaborativa, promovendo um equilíbrio saudável entre o tempo de tela e as atividades físicas, sociais e recreativas.

Ademais, é essencial fornecer apoio e recursos adequados às famílias e às escolas para que possam criar ambientes que estimulem o desenvolvimento motor e o bem-estar geral das crianças com TEA. Isso inclui a promoção de atividades ao ar livre, o estímulo ao brincar criativo e o estabelecimento de limites claros para o uso de dispositivos eletrônicos.

Em última análise, o objetivo é garantir que as crianças com autismo tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento integral, respeitando suas necessidades individuais e proporcionando um ambiente que favoreça seu crescimento e sua participação plena na sociedade. O trabalho conjunto de profissionais de diferentes áreas é fundamental para alcançar esse objetivo e garantir um futuro mais saudável e inclusivo para todas as crianças.

REFERÊNCIAS

- [1] DIAS, Fabrizia Miranda de Alvarenga et al. *Autismo virtual: as implicações do uso excessivo de smartphones e tablets por crianças e jovens*, v. 8, n. 1, 2019.
- [2] OLIVEIRA, Anna Laura Silva et al. *Os impactos do uso de telas no neurodesenvolvimento infantil*, p. 103-117, 2021.
- [3] LIU, Zhaojun et al. *Micro-light-emitting diodes with quantum dots in display technology*, v. 9, n. 1, p. 83, 2020.
- [4] DIAS, Fabrizia Miranda de Alvarenga et al. *Autismo virtual: as implicações do uso excessivo de smartphones e tablets por crianças e jovens*, v. 8, n. 1, 2; HOKSBERGEN, R. et al. *Post-Institutional Autistic Syndrome in Romanian adoptees*, 2019.
- [5] HOKSBERGEN, R. et al. *Post-Institutional Autistic Syndrome in Romanian adoptees*, 2019.
- [6] OLIVEIRA, Anna Laura Silva et al. *Os impactos do uso de telas no neurodesenvolvimento infantil*, 2021, p. 103-117.
- [7] HOKSBERGEN, *op. cit.*
- [8] DIAS, *op. cit.*

- [9] SCHNEIDER, Henrique Nou; SANTOS, Jacques Fernandes; SANTOS, Vinicius Silva. *Cultura juvenil, dependência digital e contingência*, 2020.
- [10] OLIVEIRA, Anna Laura Silva et al. Os impactos do uso de telas no neurodesenvolvimento infantil, 2021, p. 103-117; HOKSBERGEN, R. et al. *Post-Institutional Autistic Syndrome in Romanian adoptees*, 2019.
- [11] CANEJO, Stephany Paula da Silva; DE BARROS, Milene Melo; DE SANTANA, Jéssica Ariel Rodrigues. *Impactos da realidade virtual no transtorno do espectro do autismo*, 2022, p. 22.
- [12] BAIO, Jon. *Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8*, 2019, v. 67.
- [13] GWYNETTE, McLeod Frampton; SIDHU, Shawn S.; CERANOGLU, Tolga Atilla. *Electronic screen media use in youth with autism spectrum disorder*, 2019, v. 27, n. 2, p. 203-219.
- [14] MADIGAN, Sheri et al, *Association between screen time and children's performance on a developmental screening test*, 2019, v. 173, n. 3, p. 244-250.
- [15] LIU, Zhaojun et al., *op cit.*, p. 83.
- [16] NUMATA-UEMATSU, Yurika et al., *Attachment Disorder and Early Media Exposure: Neurobehavioral symptoms mimicking autism spectrum disorder*, 2019, v. 65, n. 3.4, p. 280-282.
- [17] *Ibidem*.
- [18] LIU, Zhaojun et al., *op cit.*, p. 83.
- [19] NUMATA-UEMATSU, Yurika et al., *op. cit.*, p. 280-282.
- [20] LIU, Zhaojun et al., *op cit.*, p. 83.
- [21] OHARA, Reiko et al., *Association between social skills and motor skills in individuals with autism spectrum disorder: a systematic review*, 2019, v. 10, n. 1, p. 276-296.
- [22] HOKSBERGEN, *op. cit.*
- [23] SLOBODIN, Ortal; HEFFLER, Karen Frankel; DAVIDOVITCH, Michael. *Screen media and autism spectrum disorder: a systematic literature review*, 2019, v. 40, n. 4, p. 303-311.
- [24] HOKSBERGEN, *op. cit.*
- [25] OHARA, Reiko et al., *op. cit.*, p. 276-296.
- [26] HOKSBERGEN, *op. cit.*
- [27] LIU, Zhaojun et al., *op cit.*, p. 83

- [28] HARLÉ, Bruno, *Intensive early screen exposure as a causal factor for symptoms of autistic spectrum disorder: The case for «Virtual autism»*, 2019, v. 17, p. 100-119.
- [29] MADIGAN, Sheri et al, *op. cit.*, p. 244-250.
- [30] *Ibidem.*
- [31] HOKSBERGEN, *op. cit.*
- [32] *Ibidem.*
- [33] NOBRE, Juliana Nogueira Pontes et al. *Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância*, 2021, v. 26, p. 1127-1136.
- [34] PRIOSTE, Cláudia et al. *O uso de telas, o autismo virtual e os jogos: Um panorama a partir do Free Fire*, 2023, p. e023008.
- [35] BOERS, Elroy et al., *Association of screen time and depression in adolescence*, 2019, v. 173, n. 9, p. 853-859.
- [36] PRIOSTE, Cláudia et al., *op. cit.*, p. e023008.
- [37] BOERS, Elroy et al., *op. cit.*, p. 853-859.
- [38] NOBRE, Juliana Nogueira Pontes et al., *op. cit.*, p. 1127-1136.
- [39] SLOBODIN, Ortal; HEFFLER, Karen Frankel; DAVIDOVITCH, Michael, *op. cit.*, p. 303-311.
- [40] GANDOTRA, Aditi et al., *Fundamental movement skills in children with autism spectrum disorder: A systematic review*, 2020, v. 78.
- [41] GANDOTRA, Aditi et al., *op. cit.*
- [42] PAQUET, Aude et al., *Nature of motor impairments in autism spectrum disorder: A comparison with developmental coordination disorder*, 2019, v. 41, n. 1, p. 1-14.
- [43] *Ibidem.*
- [44] GANDOTRA, Aditi et al., *op. cit.*
- [45] SCHNEIDER, Henrique Nou; SANTOS, Jacques Fernandes; SANTOS, Vinicius Silva, *op. cit.*
- [46] ORBEN, Amy; PRZYBYLSKI, Andrew K., *Screens, teens, and psychological well-being: Evidence from three time-use-diary studies*, 2019, v. 30, n. 5, p. 682-696.
- [47] DIAS, *op. cit.*
- [48] ORBEN, Amy; PRZYBYLSKI, Andrew K., *op. cit.*, p. 682-696.
- [49] SCHNEIDER, Henrique Nou; SANTOS, Jacques Fernandes; SANTOS, Vinicius Silva, *op. cit.*

[50] BIANCHETTI, Cleber. *Nomofobia e a dependência tecnológica do estudante*, 2020, Ed. BAGAI.

CAPÍTULO 2

A “PESTE GAY”: IMPRENSA ARACAJUANA E OS PRIMEIROS CASOS DA AIDS NO BRASIL

Élcio Luiz Santos da Silva

Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe, mestrando em Educação (PPGED/UFS), bolsista CAPES, Aracaju – SE.

RESUMO

Acredita-se que o vírus do HIV já circulava lentamente na África desde o século XIX chegando mais tarde nos Estados Unidos, especificamente em 1970. Mas é somente nos anos 80 que se torna pública uma doença “estranha” para a qual não se conhecia a causa nem a cura e que era devastadora para as pessoas infectadas que, coincidentemente, eram em sua maioria homossexuais, que inclusive foi o primeiro grupo a ser noticiado na mídia com a doença. A partir daí a “peste gay”, como foi inicialmente chamada, começou a circular no imaginário social e na vida da população. No Brasil, os casos só começaram a ser notificados a partir de 1983. Ao focar em discurso, logo somos transportados para a imprensa, uma ferramenta poderosa. Esse artigo tem como foco a cidade de Aracaju, capital de Sergipe, e como ela noticiou a “peste” para a sua população os primeiros casos da doença no país até 1987 pela análise dos jornais Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade.

Palavras-chave: Aids, Aracaju, sexualidade, imprensa.

INTRODUÇÃO

Assim como uma nova ideia, ou como um discurso oportunista dito na hora certa e para as pessoas certas, que adentra facilmente a mente das pessoas atentas e sedentas pelo novo, um vírus também pode percorrer o corpo de alguém, fazer morada e assim infectar outras pessoas. A questão a ser discutida para esse artigo é o HIV, sigla em inglês para vírus da imunodeficiência humana. Este, quando instalado na pessoa através de fluidos corporais, por meio de relações sexuais (vaginal, anal ou oral) desprotegidas (sem camisinha), origina a aids (da sigla também em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Como o próprio nome sugere, a síndrome ataca o sistema imunológico, responsável pela proteção do organismo, deixando a pessoa propensa a adquirir outras doenças chamadas de oportunistas por justamente atacar um organismo sem proteção.

Segundo o site da UNAIDS Brasil¹, acredita-se que o vírus já circulava lentamente na África desde o século XIX chegando mais tarde nos Estados Unidos, especificamente em 1970, porém, só noticiado uma década depois. O órgão confirma que cientistas encontraram um vírus similar em um chimpanzé na África ocidental e que provavelmente com a caça deste animal para a alimentação da população o HIV foi levado aos seres humanos pelo sangue infectado.

Após essa breve explicação sobre o surgimento da aids, é importante fazer as seguintes perguntas: e antes dessas explicações? Como a doença era chamada? Sabiam que era um vírus? Quem era o culpado ou culpada pela peste que começou a aterrorizar o mundo na década de 80? Como os casos eram noticiados? Porque essas informações demoraram muito para chegar nas pessoas, enquanto os mais diversos discursos preconceituosos tomavam conta da mídia tentando inibir qualquer tipo de diálogo?

É importante também ressaltar que utilizaremos a palavra “aids” com a sua inicial minúscula segundo consta no Manual de Comunicação da Secom do Senado Federal. Sendo que ela em maiúscula só deve ser usada quando tratar de algum evento de conscientização sobre o tema².

Para este artigo, utilizaremos o campo da História das Doenças para entender o que realmente aconteceu, os padrões das reações da humanidade perante uma epidemia catastrófica. Segundo Dilene Raimundo do Nascimento, em seu livro “As pestes do século XX: tuberculose e aids no Brasil”, uma das partes vitais da dinâmica relação da natureza com o homem é justamente a doença. Ela também salienta que esse olhar voltado para a fragilidade humana faz parte da História Nova, trazendo um novo olhar perante o corpo, a morte e a sexualidade, que aqui destacamos não ser um termo que se relacione somente com a relação sexual heteronormativa, mas um conjunto de relações afetivas, sexuais e sentimentais da pluralidade humana. Assim, algo que antes era objeto de estudo de médicos e higienistas, começou a aparecer na história da medicina ou em uma epidemiologia histórica.

Paulo Sergio Andrade Quaresma (2011) aborda uma das peculiaridades bem interessantes diante das doenças: a procura por culpados. Pois, através do estudo das epidemias a sociedade pede tanto por respostas que acaba apontando como causadores e causadoras da peste as minorias, principalmente. Aqui, entendemos como minoria um grupo de pessoas marginalizadas, como por exemplo, pessoas negras, estrangeiros e

¹ UNAIDS Brasil é o escritório do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS no Brasil, com sede em Brasília (DF); **Informações básicas sobre o HIV e a AIDS**. UNAIDS Brasil, Brasília/DF. c2022. Disponível em: < <https://unaid.org.br/informacoes-basicas/>>. Acesso em: 19 de fev. de 2024.

² **Manual de Comunicação da Secom**. Brasília/DF. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/aids#:~:text=Use%20inicial%20min%C3%BAscula.,da%20explora%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20de%20mulheres.&text=Segundo%20Braga%2C%20v%C3%A1rios%20foram%20diagnosticados,hepatite%20C%2C%20s%C3%ADfilis%20e%20aids>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

estrangeiras e pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais e grupos de outras identidades não nomeadas).

Por isso, retornando ao livro de Dilene Raimundo, já citado, a autora aborda questões significativas em seu terceiro capítulo. Porque é nos anos 80 que se torna pública uma doença “estranha” para a qual não se conhecia a causa nem a cura e que era devastadora para a pessoa infectada. O problema foi que

o primeiro texto oficial a respeito da aids foi um artigo publicado no *Morbidity and Mortality Weekly Report* (MMWR), de 5 de junho de 1981. O artigo relatava cinco casos de jovens do sexo masculino sem história prévia de imunodeficiência, homossexuais, moradores em Los Angeles, que apresentavam infecção pulmonar atribuída ao *Pneumocystis carinii* (PPC), microrganismo já conhecido que só produzia infecção na vigência de baixa imunidade. As cinco pessoas, desconhecidas entre si, apresentaram o quadro de pneumonia entre outubro de 1980 e maio de 1981. Verificou-se a concomitância de outras doenças, chamadas oportunistas, como a candidíase oral e o citomegalovírus (CMV) (NASCIMENTO, 2005, p. 81).

Assim, ficava evidente, sob a perspectiva da época, que “pessoas estranhas” acometiam essa “doença estranha”. E somente em 1982 que a “peste” foi denominada de Acquired Immunodeficiency Syndrome (Aids) - síndrome da deficiência imunológica adquirida.

Os homossexuais sempre foram muito questionados e isso nunca foi uma surpresa e infelizmente ainda não é, mesmo depois de tanto tempo e de tantas informações necessárias circulando. Leonidas Hegenberg, em seu artigo “Evolução histórica do conceito de doenças” ao fazer uma retrospectiva sobre como a humanidade sempre lidou com as doenças, ele afirma que “quando se alude à ‘quebra de tabus’, entende-se a doença em termos de punição: o doente é castigado por haver-se rebelado contra imperativos religiosos ou sociais. Deuses e almas de antepassados punem os homens que não se curvam diante dos mandamentos vigentes” (HEGENBERG, 1998, p. 18).

Ao falarmos sobre discurso, logo somos transportados para a imprensa. Aquela que na década de 80 nos Estados Unidos foi tão fundamental para propagar o medo por conta da aids e conseqüentemente o preconceito aos homossexuais do sexo masculino. E a mesma que também seguiu a linha de raciocínio no Brasil a partir de 1983 quando os primeiros casos foram notificados.

Precisaremos também da História Social para que haja uma compreensão melhor dos noticiários no país sobre a aids. E em relação a

esse campo da História tão importante, José D’Assunção Barros (2005) é enfático ao falar que

são os grandes momentos de protesto ou de violência coletiva que tornam visíveis as massas, e os pequenos momentos de crimes individuais que dão visibilidade ao homem comum. São as fontes que expressam os vários tipos de violência (ou que registram a repressão a esta violência) aquelas que permitirão a este historiador examinar as relações de classe, as suas expectativas, o seu cotidiano (p. 21).

E como se a História fosse um grande tecido, tomaremos pela mão uma linha de todo o emaranhado de fios entrelaçados e focaremos na cidade de Aracaju, capital de Sergipe, para podermos saber como a imprensa do menor estado do país estava lidando com as primeiras notícias sobre a “peste gay” e se ela estava somente reproduzindo, ou não, o imaginário social do Brasil sobre a aids enquanto também estava ocupada mostrando a terrível seca que assolava o estado. Para isso, analisaremos os discursos de dois grandes jornais da época: *Jornal da Cidade*, de 1983 até 1985, e *Gazeta de Sergipe*, de 1983 até 1987.

METODOLOGIA

O filósofo Michel Foucault (1970) em seu livro “A ordem do discurso” inicia sua narrativa de uma maneira absurdamente sensível como uma forma de nos mostrar como esse campo da História é delicado. Ele fala que “existe em muita gente um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo na entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico” (p. 06). Mas para que haja respostas, é necessário começar a desobstruir os caminhos que se pensavam estar inacessíveis.

Assim, para que possamos buscar mais argumentos, utilizaremos, como fontes principais, as documentais, aqui já citadas. Por isso, vale ressaltar, que recorreremos ao “Método Indiciário” de pesquisa proposto pelo historiador Carlo Ginzburg (1989), que consiste em buscar sinais, vestígios ou indícios em fontes marginais. Como foi o caso de pequenos verbetes que utilizamos neste projeto, mas que talvez pudessem passar despercebidos por outras pessoas.

RESULTADOS

1. OS TEMORES DA IMPRENSA ARACAJUANA

A tratar das fontes em 1983 sobre a aids, o jornal *Gazeta de Sergipe* só abordou o assunto no dia 02 de agosto, e ainda assim de uma forma muito indireta. O autor Eduardo Laperte escreveu um conto fictício intitulado “A.I.D.S.” na página 03. O título estava em tamanho propício para chamar a

atenção de quem fosse ler. Sem contar na localização do mesmo, pois estava no canto superior esquerdo. A história girava em torno de Mariluce, uma recém-contratada da prefeitura aracajuana para ser a secretária do prefeito. Segundo o conto, a mulher era muito bonita, mas pouco inteligente. Por três vezes errou o nome “prefeitura” nos ofícios enviados para o governador.

Outro ponto marcante da personagem era a sua curiosidade. Em um determinado momento, a mesma presenciou chegar um envelope de cor “rosa shocing” e com um carimbo “altamente confidencial” e mais adiante o título tão perturbador: A.I.D.S. Depois disso, Mariluce não poupou comentários com seus colegas de trabalho sobre como aquele envelope entrava na sala do prefeito com reuniões demoradas com outros homens na sua sala. Segundo a história, “os boatos corriam soltos. Uns falavam em epidemia na cidade, outros começaram a desconfiar do prefeito e seu manejo de cabeça, até então tido como charme político para angariar votos. Os mais exaltados juravam um romance secreto entre o secretário da Fazenda e um estivador”. E quando tudo já estava fora do controle devido as críticas da oposição, a curiosa mulher decide finalmente abrir o envelope. Mas para sua surpresa, o cabeçalho da primeira página indicava algo totalmente diferente: PLANO A.I.D.S. – Ações Integradas para o Desenvolvimento Social

O conto de Eduardo Laperte chama a atenção porque nos dá a ciência de que a imprensa local já estava ciente do que estava acontecendo no mundo e que acabava de chegar ao Brasil. E que apesar de autor usar vários estereótipos ligados aos homossexuais, talvez uma maneira de deixar o texto mais atrativo à leitura, ele nos oferece uma forte opinião: nem tudo é o que parece ser. E para um jornal de uma capital ainda muito provincial, chega até ser ousado escrever algo que oferece um novo modo de olhar para a situação.

Já em 1984, no dia 31 de janeiro, ainda na Gazeta de Sergipe, vemos esse mesmo assunto discutido em uma nota intitulada “Em carta, homossexuais pedem a extinção de item do Código do Ministério da Saúde”. O texto traz como foco o segundo Encontro do Movimento Homossexual Brasileiro que foi realizado em Salvador. Sergipe foi representado por Wellington Esperança, que era presidente de um dos grupos mais ativos da causa homossexual do estado: o Dialogay. A nota é bastante explicativa ao reivindicar a extinção do código 302.0, pelo Ministério da Saúde, que rotulava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. O texto acaba com um forte posicionamento: “somos contra a família e a escola castradoras e repressoras”. Um discurso que ainda é bastante atual.

No mesmo ano, na edição do dia 03 de fevereiro, fica evidente que o estado também já estava bastante preocupado com a seca que assolava a região. A nota era bastante explícita: “Seca persiste e flagelados batem em retirada para outros estados”. Já no dia 29 do mesmo mês, a situação fica estampada na primeira página: “Seca persiste e João consegue emergência para todo o estado”. Na época, João Alves Filho era o governador de Sergipe e se mostrava preocupado com os cinco anos consecutivos de estiagem.

Em relação à aids, o ano de 1984 na Gazeta de Sergipe não é mencionada. Algo que pode ser compreensível, pois o estado estava passando por uma crise econômica pela falta de água e transformações gerais na política do Brasil, como é caso das Diretas Já, um movimento “que reivindicava a criação de uma emenda constitucional que tornasse possível a realização de eleições presidenciais diretas” (GREEN, 2018, p. 273).

O Jornal de Sergipe, no dia 23 janeiro de 1983, estampa em letras garrafais o título “Homossexuais e Lésbicas” de um texto escrito por Abiosvaldo Figueiredo. E como quase um presságio do que estava por acontecer no decorrer dos próximos anos, afirmou que “tenho profundo respeito pelo ser humano. Mesmo quando se trata de homossexuais e lésbicas. Concordar com eles, aplaudi-los, nunca”. O texto em si aparece como uma simples opinião do autor, não há nada de relevante. Possivelmente serviu apenas para aumentar o preconceito tão enraizado. Mas é impressionante como o mesmo discurso ainda é tão atual: “o fato dos homossexuais e lésbicas não produzem gente, não gerarem vida, faz deles sujeitos despedaçados, tensos, trágicos, profundamente infelizes”.

Abiosvaldo Figueiredo conclui o texto afirmando que a homossexualidade é fruto da burguesia e incentivada pelo capitalismo. É interessante que o historiador James N. Green (2018) trata justamente desse tema em seu livro já citado. Disse que na época, os militantes da esquerda acreditavam que quando tomassem o poder e acabassem com a elite, os homossexuais também se dissolveriam da sociedade.

É somente no dia 28 de junho daquele ano que o jornal traz uma nota bem direcionada e intitulada: “o câncer-gay foi trazido da África pelos cubanos”. Escrito por Marcelo Faria, o texto diz que provavelmente a doença foi trazida por soldados cubanos que tiveram contato com homossexuais quando chegaram nos Estados Unidos. A nota ainda diz que a doença também foi encontrada em heterossexuais homens, em mulheres e crianças. Há ainda um relato de uma médica com seu colega de trabalho que acreditavam que a América do Norte também poderia ter sido atingida através de insetos. O que nos chama a atenção é que por mais que a nota tente dar uma explicação de onde surgiu a aids, ainda assim o título “câncer-gay” é colocado em destaque, talvez uma forma de tentar chamar a atenção da pessoa que fosse ler. Porém, a doutora em linguística Luciana Leão Brasil (2011) nos explica que “o discurso é a história na língua” e que ele “é material simbólico, é janela para o estudo do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos, é confronto do simbólico com a ideologia”.

No ano seguinte, em 1984, o Jornal da Cidade dá uma devida importância à seca do estado bem mais do que a Gazeta de Sergipe. Uma prova disso é que somente no mês de janeiro daquele ano houve cinco edições falando especificamente sobre tal assunto. E isso não limita somente no primeiro mês, sendo que o jornal só irá abordar o tema no dia 18 de abril em um pequeno verbete em uma sessão chamada “Personas”, que falava quase que exclusivamente sobre a elite sergipana e celebridades do Brasil.

O verbete com o título “Aids” não oferece nenhum tipo de explicação sobre o assunto, diz apenas que “cientistas norte-americanos conseguiram claros indícios de que um tipo de vírus identificado pela primeira vez em pacientes franceses pode ser a causa da mortal doença que ataca principalmente homossexuais masculinos”³.

No dia 12 de setembro houve também uma nota que trazia também um pouco de esperança, mas infelizmente ainda trazia o termo pejorativo dado à doença: “Dado passo importante no combate ao câncer-gay”. Segundo o texto, cientistas da Califórnia deram um passo importante para uma vacina experimental através da produção de genes idênticos ao vírus e que em seis ou oito meses teriam material disponível para a elaboração da mesma. Porém afirmavam que a vacinação não iria curar, mas protegeria as pessoas saudáveis da enfermidade.

Em outubro, no dia 09, outra nota aborda o tema: “Câncer ‘gay’ discutido em simpósio”. O evento foi realizado em Recife no XIX Congresso Brasileiro de Alergia e Imunopatologia que reuniu, segundo a reportagem, mais de 300 especialistas. O que mais impacta no texto é o fato dos profissionais afirmarem que “a promiscuidade está ligada à alta de incidência do câncer gay entre os homossexuais”.

Em 1985 a Gazeta de Sergipe foi drasticamente silenciosa quanto ao assunto. Naquele ano, nenhuma nota ou verbete sobre o tema foi encontrado. O que chama a atenção é o fato de logo na primeira publicação do ano um anúncio era destacado: Ano novo, novo tempo.

Silêncios como esse podem ou não ser propositais. É muito difícil explicar o porquê de algo tão urgente não ser noticiado durante todo o ano. O historiador Nelson Werneck Sodré, no seu livro *História da Imprensa no Brasil*, destaca logo na introdução que o desenvolvimento da sociedade está intimamente ligado ao do da imprensa e que há uma batalha em que surgem organizações e pessoas das mais diversas situações, sendo que a própria imprensa, segundo o autor, é fruto de uma sociedade capitalista que adquire o controle das informações, das técnicas de produção e de circulação, conduzindo “à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento” (1999, p. 01-02). Assim, talvez, podemos explicar essa ausência de informação como um simples jogo emocional: se algo não é mostrado conseqüentemente não pode existir. Então sim, era um novo tempo.

O que podemos também tentar entender desse silêncio quanto à aids é a conjuntura política da época. Em 1985 o Brasil fervilhava. Era a última vez desde o Golpe de 1964 que o país teria um presidente eleito de forma indireta. A Gazeta de Sergipe realmente assumiu nesse período um teor muito político dando espaço para que isso pudesse ser debatido em basicamente todas as

³ **Aids.** *Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe*, 18 de abril de 1984, nº 3.680, p. 16. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/46401>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

suas edições. Sem contar que esse presidente, Tancredo Neves, não chegou a assumir o cargo por falecer vítima de câncer em abril, assumindo a presidência o presidente do Senado, José Sarney.

Já o Jornal da Cidade em 1985 continua notificando, embora que poucas vezes, sobre o assunto. Infelizmente esse periódico só está disponível em formato digital pela Universidade Federal de Sergipe até esse período. Atualmente, o jornal ainda existe. Por isso entramos em contato através do número do WhatsApp disponível no site para saber se houve alguma pausa nas publicações ou se foi só os outros anos que não foram digitalizados por não serem encontrados, porém não tivemos resposta.

A primeira notícia sobre a aids do Jornal da Cidade em 1985 acontece no dia 9 de abril com o título em negrito: “Vírus causador da aids afeta milhões de pessoas”. O pequeno texto revela que um cientista dos Estados Unidos do Instituto Nacional do Câncer afirmou que até 20% daquela população poderá contrair esse mal ou algum outro. O interessante é que nessa nota não houve menção aos homossexuais.

Em setembro, a primeira notícia foi na edição dos dias 7 a 9 e a mais explicativa até o momento. A notícia com o título “A síndrome da AIDS o mal do fim do século” foi uma das mais neutras em questão aos homossexuais. Com um texto simples e direto, ela expõe o que se sabia até aquele momento sobre a doença, é tanto que a narrativa precisou ser dividida em quatro colunas com letras pequenas do que o normal para que se pudesse falar o necessário.

Em outubro, no dia 9, uma pequena nota informa que mais três pessoas morreram em São Paulo vítimas da doença. Mas é somente no dia 11 que uma nota intitulada “Secretaria distribui cartilha sobre aids” que o assunto passa a ter um lado mais social e humanitário por se tratar de informações simples sobre a doença para a população, mesmo sendo algo feito em Recife e não em Sergipe. A nota ainda informa que boa parte da população carcerária já havia feito o teste. No dia 22, na coluna escrita por Fred Ayres, outra pequena nota somente com a sigla “Aids” no título falava de uma forma também sensível pois trazia a notícia de um manual preparado pela previdência social que garantia “que sentar-se na mesma cadeira, apertar a mão e usar os mesmos talheres de uma pessoa suspeita de estar com a doença não são fatores de contágio...”⁴.

Em 1986 a Gazeta de Sergipe é invadida novamente, quase por completa, pelo silêncio sobre o tema. A instituição só aborda o assunto uma vez na edição dos dias 23 e 24 de março. O título “Portadores de aids terão direitos definidos no país” possivelmente trouxe um pouco de alívio para a população sergipana que até então não via sensibilidade para quem estivesse doente. Infelizmente o arquivo digitalizado cortou boa parte do

⁴ **Aids.** Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 22 de outubro de 1985, nº 4.129, p. 25. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/44319>>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

texto, mas é possível identificar que o Governo pleiteou “a permissão para liberação imediata do PIS/PASEP/FGTS para pacientes de AIDS, para que possam tratar-se adequadamente levando uma vida mais confortável e condizente com a condição humana”⁵.

1.1. A CHEGADA DA AIDS EM SERGIPE

Já o último ano pesquisado da Gazeta de Sergipe, 1987, é totalmente diferente daquilo que vimos até aqui. Se antes a instituição usou o silêncio, naquele ano não houve como fugir do assunto, pois a aids tinha chegado ao estado de Sergipe. Possivelmente esse fato provocou tanto alvoroço que foi possível identificar em quase todos os meses várias notas sobre o assunto e muitas vezes na mesma edição do dia. Por isso, destacaremos apenas as notícias direcionadas à Sergipe.

A primeira notícia aconteceu no dia 3 de fevereiro e pela primeira vez ganhou o lugar privilegiado da capa. Com letras garrafais o título expôs o menor estado do país que até então olhava sorrateiro para tudo o que estava acontecendo no mundo: “Registrado novo caso de aids em Sergipe”. Porém o texto revela que aquele já era o terceiro caso, o questionamento aparece de o porquê não terem notificado desde o primeiro. Segundo a narrativa, o Diretor do Hospital das clínicas de Aracaju na época chamado Roberto Ferreira estava disposto a instalar num prazo de trinta dias um pavilhão especial com dez leitos para portadores da doença. Passando assim a sensação de que as autoridades aracajuanas já estavam esperando pela chegada do vírus.

Naquele mesmo mês houve uma enxurrada de outras notificações. A segunda também ocupa a primeira página e fala que o Hemose estava preocupado com os casos da doença em Sergipe. Segundo a nota, havia recomendações para evitar relações sexuais com parceiros desconhecidos e que se alguém tivesse tido uma relação com um homossexual vindo de outro estado deveria procurar o centro de Hemoterapia para fazer o exame. A terceira no mesmo lugar de destaque confirma mais um caso em Sergipe e revela a preocupação de Edgard Fernandes sobre o dever de a nova constituinte do país colocar um artigo determinando que os bancos de sangue sejam obrigados a ter equipamentos que detectam, com segurança, a presença do vírus no sangue dos doadores.

No dia 18 de fevereiro houve três notícias na mesma publicação. A primeira e a segunda ocupam o mesmo espaço na primeira página. O Hemose informou que não tinha condições de fazer testes em todas as pessoas alegando que o custo era muito alto. A outra informa que “Doentes de AIDS em SE não têm como fazer tratamento” porque funcionários do Hospital Militar de Sergipe se recusavam a atender pessoas com a doença.

⁵ **Portadores de aids terão direitos definidos no país.** Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 23 e 24 de março de 1986, nº 8.214, p. 07 Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36247>>. Acesso em: 12 de março de 2024.

O médico Almir Santana, na época Coordenador Estadual do Controle das doenças, afirmou que esse fato era “um preconceito bobo”, sendo que os três pacientes com aids estavam sendo tratados em casa. Já a terceira falava que o carnaval poderia multiplicar os casos da doença.

Já no dia 25 há uma página inteira, pela primeira vez, destinada somente para o assunto com o título: “Aids: você precisa saber evitar a doença mais assustadora do século”. O texto traz explicações sobre preservativos, orçamentos para campanhas publicitárias e muitas frases que talvez tranquilizaram muitas pessoas: “A aids não é a única moléstia que gera incerteza... a própria vida é plena incerteza”.

Em março, no dia 10, uma nota na primeira página deixou a população sergipana ciente de mais três novos casos, sendo sete ao total. E que, infelizmente, não estavam recebendo tratamento hospitalar, mas ambulatorial. No dia 17 houve uma notícia que o Brasil estava ocupando o segundo lugar nos casos de contágio de aids.

Como um padrão, a maioria das notícias sobre a aids em 1987 aparecem na primeira página. A única sobre o tema em abril, dia 23, segue esse estilo e com letras grandes informa que “Já são 9 os casos de aids em Sergipe”. O texto relata que o Hemose já possuía capacidade para realizar de 600 a 700 testes por mês e que o Estado estava produzindo em todos os seus postos de atendimento, tanto na capital quanto no interior, uma campanha para suprir questionamentos sobre a doença. A narrativa também traz que os considerados grupos de risco, “homossexuais e viciados em drogas”, estavam conscientes do problema e se engajaram na campanha.

Em maio daquele ano, na edição dos dias 10 e 11, outra página era destinada somente para responder dúvidas. Com o título em caixa alta “Aids: cuidados e precauções”, o autor Pedrito Barreto faz uma enorme lista sobre os conhecimentos adquiridos sobre o vírus naquela época. No item sobre a atuação frente aos casos de pessoas infectadas, há uma verdadeira conexão com o que a humanidade passou com a pandemia do Covid-19. Segundo o texto, era necessário o isolamento total da pessoa enferma, quarto privativo com a porta sempre fechada, avental deveria ser usado todas as vezes que alguém entrasse no cômodo, lavagem das mãos frequente, uso de luvas, objetos e utensílios deveriam ser separados e entre muitas outras precauções.

No dia 8 de julho a notícia “Aids: médico condena sensacionalismo” traz o depoimento bem à frente daquele tempo de José Almir Santana, que na época era gerente de DST/AIDS da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-estar Social e coordenador das campanhas que estavam sendo desenvolvidas em Sergipe. Segundo o médico, “a imprensa deveria estar muito mais comprometida com o processo educativo da população uma vez

que o vírus da aids tem predileção pelos desinformados”⁶, disse também que o fato de a doença ter grupos de risco faz com que a sociedade discrimine esses pacientes marginalizando-os desnecessariamente.

No dia 19 de setembro teve um pequeno verbete escrito por Jorge Mirândola que, possivelmente, chamou bastante atenção para quem estivesse lendo por causa do título: “Cura da Aids”. Segundo o autor, Deus já havia dito nas Sagradas Escrituras que todas as pessoas passariam por um castigo após a morte, contudo, o vírus já simbolizava esse castigo. Concluiu o texto falando que tinha algo melhor para livrar as pessoas da aids do que a camisinha: o Evangelho.

Em dezembro, no dia 1º, a primeira página anunciava que “Morre outra vítima da AIDS em Aracaju”. A nota falava de um costureiro que havia decidido passar seus últimos dias de vida na capital, sendo que seria a segunda pessoa em Aracaju a morrer por conta da doença. E por fim, no dia 12, outro problema que acompanhou, e se mostrou primeiro, a trágica trajetória da aids no Brasil, voltou a ser notificado: “Ainda o drama da seca”.

CONCLUSÃO

Como o menor estado do país, podemos dizer que Sergipe seguiu um certo padrão esperado para tal posição. Ainda tímida, a sua imprensa na década de 80 permeia o campo do questionamento entre falar ou deixar ser esquecido pelo tempo algum assunto específico. Contudo, em 1983, quando os primeiros casos de aids são notificados no Brasil, os jornais aracajuano seguem a linha de raciocínio que se espalhava sobre o mundo sobre a doença ao chamá-la de câncer ou peste gay. Porém, não é difícil tentar entender essa repetição de termos, já que estamos falando de uma enfermidade até então desconhecida e que por alguma razão escolheu, em sua maioria, os homossexuais como suas primeiras vítimas os transformando como causadores de tal mal.

Vale salientar que durante toda a pesquisa foi possível verificar em ambos os jornais, Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade, que havia notícias internacionais, mas muito mais no segundo. Este trazia basicamente em todo periódico informações sobre o Papa, por exemplo, e a classe artística. A Gazeta só vai se desenvolver, colocando até um segundo caderno, a partir de 1986.

Falando em pesquisa, é preciso destacar o cansaço, que às vezes se faz presente, quando verificamos cada página de um periódico e não encontramos o conteúdo desejado durante todo um ano. Porém, os fatos históricos, quando encontrados e analisados abafam um pouco todo o cansaço anterior. Pode surgir o questionamento se as publicações aumentaram a discriminação aos homossexuais no estado. O que podemos

⁶ **Aids: médico condena sensacionalismo.** Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 08 de julho de 1987, nº 8.686, p. 04. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36782>>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

responder é que somente com a análise dos noticiários isso não pode ser respondido. Para isso, precisaríamos entrevistar pessoas da época que tiveram acesso a tal informação. Outro ponto importante é que não conhecemos o lado partidário dos periódicos e nem dos ideais das pessoas que os escreviam, sem contar que muitas notas e verbetes não tinham o nome de quem os produziu. E os que possuíam, ao serem pesquisados na internet via redes sociais e outras fontes, não foram localizados.

Por fim, baseando-se na História das Doenças, é possível verificar que a imprensa aracajuana reproduziu o imaginário social do Brasil em relação a aids. Já que ela trouxe para Sergipe “os culpados” de tal moléstia, um padrão visto na humanidade quando se trata de epidemias. Contudo, o estado lidava com um mal ainda maior antes da chegada da doença em Sergipe no ano de 1987: a seca. Os dois jornais estampavam as primeiras páginas e estendiam tal conteúdo através de notas. Sergipe passava por uma estiagem tão severa em 1983 que o leite deixou de ser comercializado por falta da pecuária, já que o gado estava morrendo de sede e fome. Daí, podemos tentar entender o porquê de não falar de determinado assunto ou demorar para mostrá-lo sendo que a água, elemento primordial, estava em escassez. Então, como se preocupar tanto com algo de longe se a realidade ao redor era mais aterrorizante? Sem contar que o Brasil estava saindo de um período extremamente difícil que foi a ditadura militar imposta através de um golpe desde 1964. Assim, nos resta lidar com o fato de que as transformações na sociedade, por mais inovadoras que sejam, independente da região, ainda têm os seus padrões, ainda procura em quem colocar a culpa ou silenciar para fingir inexistência. Mas também temos o aprendizado, as lutas das minorias, as vozes das pessoas que sofriam que muitas vezes ultrapassaram as barreiras impostas pelas autoridades e é nestas últimas etapas que História mostra seu poder: o de mudar mentalidades, encontrar novos olhares e romper silêncios.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAIS

GAZETA DE SERGIPE – 1983 A 1987

A.I.D.S. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 02 de agosto de 1983, nº 7.436, p. 03. Disponível em: <://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/35198>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024;

Em carta, homossexuais pedem a extinção de item do Código do Ministério da Saúde. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 31 de janeiro de 1984, nº 7.571, p. 04. Disponível em:

<<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/35324>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024;

Seca persiste e flagelados batem em retirada para outros estados. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 31 de janeiro de 1984, nº 7.571, p. 07. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/35326>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024;

Portadores de aids terão direitos definidos no país. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, 23 e 24 de março de 1986, Aracaju – Sergipe, nº 8.214, p 07 Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36247>>. Acesso em: 12 de março de 2024;

Registrado novo caso de aids em Sergipe. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, nº 8.473, 1º página. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36680>>. Acesso em: 12 de março de 2024;

Doentes de aids em SE não têm como fazer tratamento. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, nº 8.485, p. 1ª página. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36694>>. Acesso em: 12 de março de 2024;

Aids: você precisa saber evitar a doença mais assustadora do século. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, nº 8.491, p. 07. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36701>>. Acesso em: 02 de abril de 2024;

Já são 9 os casos de aids em Sergipe. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 23 de abril de 1987, nº 8.536, 1ª página. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36755>>. Acesso em: 07 de maio de 2024;

Aids: cuidados e precauções. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 10 e 11 de maio de 1987, nº 8.549, p. 09. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36772>>. Acesso em: 07 de maio de 2024;

Aids: médico condena sensacionalismo. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 08 de julho de 1987, nº 8.686, p. 04. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36782>>. Acesso em: 07 de maio de 2024;

Cura da Aids. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 1º de dezembro 1987, nº 8.717, 1ª página. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36966>>. Acesso em: 07 de maio de 2022;

Ainda o drama da seca. Gazeta de Sergipe, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 12 de dezembro de 1987, nº 8.726, p. 03. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/36981>>. Acesso em: 07 de maio de 2022.

JORNAL DA CIDADE – 1983 A 1985

Homossexuais e Lésbicas. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 23 de janeiro de 1983, 23 e 24 de janeiro, nº 3.365, p. 27. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/45976>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024;

Pesquisadores acreditam que o câncer-gay foi trazido da África pelos cubanos. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 28 de junho de 1983, nº 239, p. 15. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/46112>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024;

Aids. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 18 de abril de 1984, nº 3.680, p. 16. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/46401>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024;

Dado passo importante no combate ao câncer-gay. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 12 de setembro de 1984, nº 3.798, p. 06. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/46538>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024;

Câncer ‘gay’ discutido em simpósio. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 09 de outubro de 1984, nº 3.981, p. 06. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/46558>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024;

Vírus causador da aids afeta milhões de pessoas. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 09 de abril de 1985, nº 3.966, p. 08. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/44051>>. Acesso em: 02 de abril de 2024;

A síndrome da AIDS o mal do fim do século. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 07 e 09 de setembro de 1985, nº 4.093, p. 12. Disponível em:

<<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/44281>>. Acesso em: 02 de abril de 2024;

Secretaria distribui cartilha sobre aids. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 11 de outubro de 1985, nº 4.121, p. 10. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/44311>>. Acesso em: 07 de maio de 2024;

Aids. Jornal da Cidade, Notas e Comentários, Aracaju – Sergipe, 22 de outubro de 1985, nº 4.129, p. 25. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/44319>>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **A História Social: seus significados e seus caminhos.** LPH - Revista de História da UFOP. nº 15, 2005;

BRASIL, Luciana Leão. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva.** UFG/Campus Catalão, vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jun. 2011;

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1970;

GREEN, James N. **Revolucionário e gay: A extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão.** 1º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018;

HEGENBERG, Leonidas. **Evolução histórica do conceito de doença.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998;

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica.** Bilros, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.-jun. 2016;

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005;

QUARESMA, Paulo Sergio Andrade. **As Doenças e a História do Homem: um itinerário em comum.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011;

SODRÉ, Werneck Sodrê. **História da Imprensa no Brasil** - 4. ed. (atualizada) - Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS CLIMÁTICOS E DESASTRES NATURAIS NO RIO GRANDE DO SUL: URGÊNCIA DE AÇÕES INTEGRADAS E SUSTENTÁVEIS

Luís Eduardo Carvalho Noskoski

Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal de Santa Maria,
campus, Palmeira das Missões - RS.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1048626603764858>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5088-0724>

Estéfani Gysi

Pedagoga Especialista em
Alfabetização e Letramento pelo Centro Universitário IDEAU,
Getúlio Vargas - RS.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6330701140060687>

RESUMO

Este estudo revisa os desafios enfrentados pelo estado do Rio Grande do Sul em relação às mudanças climáticas e aos desastres naturais. Desde a Revolução Industrial, avanços socioeconômicos significativos foram alcançados, mas acompanhados pela exploração descontrolada dos recursos naturais e pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa, agravando os impactos ambientais. A vulnerabilidade da sociedade gaúcha diante de eventos climáticos extremos está aumentando, especialmente devido à urbanização desordenada e à falta de planejamento. Os desastres recentes ilustram vividamente esses desafios, com inundações afetando milhões de pessoas em 2024. A falta de políticas públicas eficazes e de um tratamento jurídico específico agrava ainda mais a situação, destacando a necessidade de ações integradas e sustentáveis para enfrentar esses desafios.

Palavras-chave: comunidades resilientes, mudanças climáticas, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com as mudanças climáticas e os desastres naturais têm despertado a atenção global para os desafios enfrentados pelas comunidades em todo o mundo (FAO, 2022; IPCC, 2022). No Brasil, esses desafios se tornam ainda mais evidentes diante da interconexão entre eventos climáticos extremos e os impactos mais amplos da mudança climática (SILVEIRA, 2021).

Os estados brasileiros têm testemunhado um notável progresso socioeconômico desde a Revolução Industrial. Contudo, esse avanço foi acompanhado por uma exploração descontrolada dos recursos naturais e um aumento das emissões de gases de efeito estufa, acarretando em impactos adversos para o meio ambiente e contribuindo para o agravamento das mudanças climáticas em curso (MONTEIRO et al., 2021).

Assim, este artigo busca revisar os principais desafios enfrentados pelo estado do Rio Grande do Sul em relação às mudanças climáticas e aos desastres naturais, destacando a urgência de ações integradas e sustentáveis para enfrentar esses desafios e garantir um futuro resiliente para as comunidades e os ecossistemas locais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir da Revolução Industrial, houve avanços socioeconômicos significativos, impulsionados pela rápida industrialização e urbanização. Esses avanços transformaram profundamente a sociedade, promovendo o desenvolvimento de tecnologias, o aumento da produção em larga escala e a melhoria das condições de vida para muitas pessoas (VIANA JÚNIOR, 2020).

No entanto, sua rápida expansão também acarretou na exploração descontrolada dos recursos naturais e no aumento expressivo das emissões de gases de efeito estufa. Essa conjunção de fatores contribuiu para agravar os impactos negativos no meio ambiente, que por sua vez intensificou as mudanças climáticas em curso (MONTEIRO et al., 2021).

Embora seja comum que a Terra passe por ciclos naturais de aquecimento e resfriamento, a atividade humana tem exacerbado o efeito estufa, ocasionando um aumento na temperatura global e eventos climáticos extremos (IPCC, 2022). Assim, a Mudança Climática é atualmente um dos problemas ambientais mais complexos e desafiadores enfrentados pela humanidade (IPCC, 2022).

Os seus impactos são vastos, abrangendo diretamente o bem-estar humano e os ecossistemas, incluindo ameaças aos meios de subsistência, à segurança alimentar, ao abastecimento de água e ao crescimento econômico (IPCC, 2018; BARBI e REI, 2021).

A série de desastres naturais desencadeados pelos eventos climáticos extremos no estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos ilustra vividamente os desafios enfrentados em meio à mudança climática global. Localizado na região Sul do Brasil, o estado gaúcho não se destaca apenas pela sua cultura e beleza natural, mas também por sua significativa contribuição para a economia nacional (IBGE, 2022).

Com uma população de cerca de 10.882.965 habitantes, o estado figura entre as cinco maiores economias do país, impulsionando setores que vão desde a agricultura e pecuária, reconhecidas internacionalmente pela qualidade de seus produtos, até a indústria e os serviços (IBGE, 2022). Contudo, essa próspera realidade não está isenta de desafios, especialmente

quando confrontada com eventos climáticos extremos, que abrangem desde a escassez de chuvas até o excesso delas, além das ondas de frio e de calor (SILVEIRA, 2021).

Por um lado, a diminuição das chuvas e o aumento das temperaturas têm levado à escassez de água, causando atrasos nos cultivos de verão e racionamentos em muitos municípios gaúchos (TRENTIN, 2023). Por outro lado, períodos de chuvas intensas têm resultado em enchentes que causam danos materiais e humanos significativos em várias regiões do estado (SILVEIRA, 2021).

Durante o mês de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi impactado pelo maior desastre climático registrado em sua história recente, caracterizado por inundações que afetaram mais de 2,1 milhões de pessoas até o momento da elaboração deste estudo (DEFESA CIVIL/RS, 2024). Os dados disponíveis revelam uma tragédia de proporções avassaladoras: 447 dos 497 municípios do estado foram afetados, resultando no impacto sobre mais de 320 mil domicílios e na ocorrência de 135 bloqueios em vias.

Os números de vítimas também são alarmantes, com 538.743 pessoas desalojadas, 71.398 indivíduos abrigados, 806 feridos e 143 mortes confirmadas, além de mais de 130 pessoas ainda desaparecidas. É importante ressaltar que a tendência é que esses números aumentem à medida que os esforços de resgate e avaliação dos danos progredam (DEFESA CIVIL/RS, 2024; UFRGS, 2024).

Essa calamidade regional destaca a interconexão entre eventos extremos locais e os efeitos mais amplos da mudança climática, que têm impactos devastadores na biodiversidade, na economia bem como em aspectos vitais da vida humana (DE SOUSA e SENRA, 2021). Segundo Silveira (2021), a vulnerabilidade da sociedade gaúcha diante de eventos climáticos extremos está aumentando, e a falta de preparo e planejamento para enfrentar tais situações é evidenciada, especialmente em meio ao cenário de aumento da urbanização desordenada e a ausência de políticas públicas adequadas.

O aumento da urbanização sem planejamento adequado frequentemente resulta na ocupação de áreas de risco, o que amplia significativamente os danos causados por eventos extremos, como inundações e deslizamentos de terra. Esse cenário não apenas expõe a população a riscos maiores, mas também intensifica os impactos socioeconômicos e ambientais desses eventos (PEREIRA et al., 2021).

Além disso, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas têm efeitos de longo prazo que ampliam os desafios enfrentados pela região, comprometendo sua capacidade de recuperação e resiliência diante de futuros eventos climáticos extremos (PEREIRA et al., 2021). Essas questões são agravadas pelas deficiências infraestruturais e pelas desigualdades sociais, que intensificam os efeitos desses eventos, destacando a urgência na implementação de estratégias de prevenção e mitigação dos danos (FAO, 2022).

De acordo com Pérez et al. (2020), a falta de políticas públicas eficazes de prevenção de desastres e de adaptação às mudanças climáticas agrava ainda mais a situação, deixando as comunidades vulneráveis à mercê desses eventos cada vez mais frequentes e intensos. Segundo Lopes (2023), a ausência de um tratamento jurídico específico para essas questões aponta a necessidade de estabelecer um marco regulatório jurídico para uniformizar o tratamento dado a esses eventos extremos e estabelecer responsabilidades claras.

Diante desse cenário desafiador, múltiplos atores, tanto nacionais quanto internacionais, estão instando que o Brasil implemente medidas para enfrentar os impactos das mudanças climáticas e dos desastres naturais (LOPES, 2023). Nesse sentido, é essencial que as políticas de gestão de desastres e adaptação às mudanças climáticas sejam aplicadas e levem em consideração as disparidades socioeconômicas, garantindo que as comunidades mais vulneráveis tenham acesso aos recursos e apoio necessários para enfrentar os desafios associados aos eventos extremos (IPCC, 2022; FAO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente a urgência de uma abordagem integrada e coordenada para lidar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas e os desastres naturais no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e em todo o mundo.

Nesse sentido, é fundamental aprender com experiências internacionais, como a reconstrução de New Orleans após o Furacão Katrina e a capacidade demonstrada por Cuba em proteger seus cidadãos e infraestrutura durante furacões, mesmo com recursos limitados. As políticas sociais que reduzem a vulnerabilidade e promovem a igualdade social são exemplos valiosos a serem considerados na elaboração de estratégias mais eficazes de gestão de desastres no Rio Grande do Sul.

Essas experiências internacionais podem enriquecer nossos esforços locais, fornecendo insights valiosos sobre como melhorar a resiliência e capacidade de resposta da região diante de eventos extremos. Além disso, é necessário um esforço conjunto de diferentes setores da sociedade, incluindo governos, instituições de pesquisa, organizações não governamentais e comunidades locais, para desenvolver e implementar estratégias eficazes de prevenção, resposta e recuperação diante dos desastres naturais e das mudanças climáticas.

A colaboração entre esses atores é essencial para garantir uma abordagem abrangente e inclusiva, capaz de enfrentar os desafios presentes e futuros com eficácia. Por fim, ações concretas devem ser tomadas para garantir a resiliência das comunidades e dos ecossistemas frente aos desafios emergentes, assegurando um futuro sustentável para as gerações futuras. A integração de lições aprendidas em contextos internacionais, pode enriquecer os esforços locais e contribuir para uma resposta mais efetiva e

justa diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelos desastres naturais.

REFERÊNCIAS

BARBI, F, REI, FCF. (2021). Mudanças climáticas e agenda de adaptação nas cidades brasileiras. *Revista Catalana de Dret Ambiental*, v. 1, n. 1.

DE SOUSA, F. C. D. L.; SENRA, R. E. F. (2021). Mudanças climáticas e as percepções da juventude do Assentamento Egídio Brunetto/MST/MT. *Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade*,8(18), 226-243.

DEBORTOLI, N. S.; PEDRO IVO MIONI CAMARINHA.; JOSÉ A MARENGO.; REGINA R. RODRIGUES (2017). An index of Brazil's vulnerability to expected increases in natural flash flooding and landslide disasters in the context of climate change. *Natural Hazards*. No prelo. DOI:10.1007/s11069-016-2705-2.

DEFESA CIVIL/RS. (2024). Cheias no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 13 mai 2024.

GONÇALVES, N. M. S. Impactos pluviais e desorganização do espaço urbano de Salvador. In.: MONTEIRO; Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco (Orgs). *Clima Urbano*. 2 Ed. São Paulo, Contexto, 2011. p. 69-92.

IPCC. (2018). Um relatório especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/>. Acesso em: 13 mai 2024.

IPCC. (2022). *Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 13 mai 2024.

LOPES, K. F. P. (2023). *Desastres naturais no contexto das mudanças climáticas* (Master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

MONTEIRO, A. F. M.; YAMAMOTO, A. L. C.; SILVA, P. N.; REBOITA, M. S. (2021). Co-nhecer a complexidade do sistema climático para entender as mudanças climáticas. *Terræ Didática*, 17(Publ. Contínua), 1-12, e021006. <https://doi.org/10.20396/td.v17i00.8663763>.

PEREIRA, F.; VANESSA, S. (2021). Desastres naturais no Brasil: um estudo acerca dos extremos climáticos nas cidades brasileiras. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/acipi/article/view/934>. Acesso em: 13 mai 2024.

PEREZ, L.P., RODRIGUES-FILHO, S., MARENGO, J.A., SANTOS, D.V., & MIKOSZ, L. (2020). Climate change and disasters: analysis of the Brazilian regional inequality. *Sustentabilidade em Debate*. DOI:10.18472/SUSTDEB.V11N3.2020.33813.

SILVEIRA, R. D. (2021). Risco Climático E Vulnerabilidade Socioespacial: O Exemplo Dos Eventos Extremos Relacionados Ao Calor E Ao Frio. *Revista Brasileira De Climatologia*, 19. <https://doi.org/10.5380/abclima.v19i0.48872>.

TRENTIN, I. C. L. (2023). A crise da agropecuária e as mudanças climáticas no rio grande do sul-brasil. *Revista foco*, 16(11), e3361. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n11-125>.

UFRGS. (2024). Cheias no Rio Grande do Sul - Boletins diários do IPH/UFRGS. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/a81d69f4bccf42989609e3fe64d8ef48>. Acesso em: 13 mai 2024.

VIANA JÚNIOR, M. M. (2020). Irrigando a Ditadura: facetas da modernização agrícola no Brasil (1964-1975). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, p. e0209. DOI: 10.5965/2175180312302020e0209.

CAPÍTULO 4

ENFRENTAMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Andressa Valim Parca

Enfermeira, oncologista, pesquisadora
FZEA/USP, Pirassununga, SP

Lauriene Luiza de Souza Munhoz

Biomédica, patologista clínica, pesquisadora
FZEA/USP, Pirassununga, SP

Jennifer Jullie Pichinelli Noronha

Enfermeira. Saúde da Mulher, pesquisadora
FZEA/USP, Pirassununga, SP

RESUMO

O ato de gerar uma vida, engravidar, envolve diversos aspectos internos e externos de uma mulher. Além das mudanças hormonais, aspectos culturais e de emprego resultam em dificuldades financeiras para essa grávida, gerando conflitos familiares, devido às mudanças no processo de engravidar. A violência entre parceiros é um desafio relevante na saúde pública, afetando principalmente as mulheres. Existem diversas formas de violência entre parceiros, como violência física, sexual, perseguição e abuso emocional. Muitas vezes esses casos de violência são subnotificados. As consequências da violência física incluem fraturas, cortes, lesões na cabeça, infecções sexualmente transmissíveis, gravidezes não desejadas devido à violência sexual, além de diversos problemas de saúde. Os impactos na saúde mental incluem um maior risco de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e suicídio. Outra forma de violência enfrentada pela grávida é o processo de hospitalização e cuidados pela equipe multidisciplinar, com a falta de participação da grávida nas decisões sobre seu corpo e feto, perguntas não respondidas, presença de outras pessoas durante o momento de intimidade da parturiente. Tudo isso resulta em um aumento no risco de complicações como parto prematuro, baixo peso ao nascer, restrição no crescimento fetal, além de problemas familiares e de ansiedade, crises de pânico na mulher durante o período pós-parto. Neste artigo, analisamos de forma mais detalhada os aspectos mencionados anteriormente e apresentamos os princípios fundamentais para a prevenção da violência em gestantes. Detalharemos as diretrizes atuais para o rastreamento da violência

entre parceiros e as evidências sobre a eficácia das intervenções contra a violência entre parceiros.

Palavras-chave: Violência física. Agressão psicológica. Cuidados de enfermagem. Gravidez.

INTRODUÇÃO

Ginecologia é a área que cuida da saúde reprodutiva da mulher, abrangendo desde a menstruação até a menopausa. O termo "ginecologia" tem origem no grego "gynaikos" que significa "mulher". As consultas ginecológicas são essenciais para a prevenção e o tratamento de doenças ginecológicas, como infecções, câncer de colo de útero e endometriose. Além disso, a ginecologia também inclui o acompanhamento pré-natal durante a gravidez. Portanto, a consulta ginecológica é fundamental para a saúde da mulher em todas as fases de sua vida (Blundell, 1909).

O conceito de "violência obstétrica" foi mencionado pela primeira vez em 1827, como citado por James Blundell (1909), contudo, naquela ocasião, possuía um significado distinto, referindo-se à extração forçada da placenta pós-parto.

É importante destacar que uma nova descrição de violência obstétrica engloba sete áreas de desrespeito e abuso: agressão física, prestação de cuidados sem consentimento, divulgação não confidencial de informações, cuidados desrespeitosos, discriminação com base em características específicas do paciente, negligência e confinamento em locais (Vacaflor, 2016).

A violência obstétrica refere-se aos maus-tratos, abuso ou negligência que as mulheres podem sofrer durante a gravidez, o parto ou o período pós-parto. O processo de gestação, que culmina com o nascimento, provoca uma transformação significativa na vida da mulher que se torna mãe, sendo amplamente valorizado como um dos momentos mais emocionantes para uma família, não importando sua composição. O parto é uma vivência marcante, onde a mãe e o bebê necessitam do suporte das equipes de saúde e do apoio familiar, que visam garantir o bem-estar e atender às necessidades de cada um dos envolvidos (Ferrão, 2022).

Cada fase da gravidez é especial e representa um período de descobertas, aprendizados e mudanças que preparam a mulher para a maternidade. Todas as decisões durante esse momento estão ligadas à gestação e ao bebê que está por vir, exigindo reflexão e cuidado em cada escolha feita (Vedam, 2019).

Historicamente, o processo do parto sempre se deu na própria morada da gestante, com imenso protagonismo da mesma, que era acompanhada da família e de pessoas de sua confiança, sendo o trabalho feito com o auxílio de uma parteira. Atualmente, o processo de do parto se tornou institucionalizado, enaltecendo sempre a decisão médico-hospitalar e

o uso de medicações para práticas cada vez mais “fáceis”, mesmo que não seja a melhor escolha, ou desejo, da paciente (Agrawal, 2023).

Dessa forma, com as inúmeras mudanças presentes no atendimento hospitalar, público e privado, o trabalho da equipe de saúde se tornou cada vez mais mecânico, concorrendo para a ocorrência da violência obstétrica, que pode ocasionar traumas físicos e psicológicos para a mãe e seu bebê (Silva-Fernandez, 2023).

A violência obstétrica expõe através da prática de procedimentos de forma antiética ou negligente, que por muitas vezes se tornam desnecessários, ou realizados sem o devido consentimento da genitora, além daqueles que não apresentam embasamento científico para comprovar seus benefícios, seja isso no período gestacional, no momento do parto, no pós-parto, puerpério e até em casos de abortamento. Segundo a Fundação Perseu Abramo, uma em cada quatro mulheres brasileiras já sofreu alguma forma de violência obstétrica, ensejando a ofuscação da autonomia da mulher, com o conseqüente aumento do índice de mortalidade materna devido à realização de práticas irregulares (VEDAM, 2019).

No entanto, devido aos inúmeros casos de violência obstétrica, o acolhimento e o tratamento holístico da paciente se tornaram fundamentais, sempre visando a orientação e o esclarecimento de possíveis dúvidas das pacientes e de suas famílias, seja por meio de uma comunicação ativa, com a discussão dos procedimentos que serão realizados, ressaltados ainda os direitos das pacientes e suas famílias (Koenig, 2023). A comunicação e o tratamento humanizado são ações fundamentais para que a paciente se sinta o mais convicta e segura possível, para haver uma escolha consciente dos procedimentos no período grávido-puerperal, bem como a orientação para identificação de procedimentos ou ações desnecessárias.

Os profissionais da enfermagem apresentam suma importância em todo o processo grávido-puerperal, por garantirem o protagonismo da mulher, assegurando práticas empáticas no cuidado da paciente, orientando-as sobre seus direitos, ajudando ainda no descarte do uso de práticas desnecessárias (Koenig, 2023).

Resta claro que a equipe de enfermagem apresenta capacitação profissional para o combate de práticas irregulares, por dominar ações seguras no período gravídico-puerperal para a paciente e seu bebê, para prevenir a violência obstétrica, mesmo com os obstáculos decorrentes da falta de estrutura no âmbito hospitalar e pelo vácuo dos direitos dos pacientes e de suas famílias, seja pela própria ausência do texto legal, ou seja, pelo desconhecimento acerca dos direitos que já foram legalmente assegurados (Lukasse, 2015).

Além disso, o termo “violência médica” é utilizado para se referir a outras formas de violência, como esterilizações forçadas e outros procedimentos realizados sem consentimento informado, especialmente contra mulheres negras (Vacaflor, 2016). Mais recentemente, um estudo de investigação aprovado, um ensaio prospectivo aleatorizado de indução

eletiva do parto em França, para determinar se os resultados dos Estados Unidos podem ser replicados (Grobman, 2018) foi criticado por demonstrar violência obstétrica. Em resposta, o uso do termo “violência obstétrica” foi chamado de “linguagem inflamatória [que] destrói a capacidade para [um] debate científico matizado”.

Um estudo recente dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (abril de 2023) relatou que aproximadamente 1 em cada 5 mulheres relatou maus-tratos durante os cuidados de maternidade, o que era mais comum entre mães negras, hispânicas e multirraciais, e aproximadamente 30% das mulheres relataram discriminação durante os cuidados de maternidade (Diniz, 2015). Os maus-tratos mais frequentes incluíram ser ignorado pelos profissionais de saúde, ter pedidos de ajuda recusado ou não atendidos, ser gritado ou repreendido pelos profissionais de saúde, ter a privacidade física do paciente violada e ser ameaçado de suspender o tratamento ou ser forçado a aceitar tratamento que o paciente não deseja (Koenig, 2023).

Em todo o mundo, 1 em cada 3 mulheres sofre violência física ou sexual, 19 e num estudo realizado no Sri Lanka, 1 em cada 5 mulheres relatou ter sofrido “violência” durante a maternidade por parte dos prestadores de cuidados de saúde. 20 A violência contra mulheres e raparigas é considerada uma violação dos direitos humanos e as consequências físicas, sexuais e mentais imediatas e a longo prazo para as mulheres e raparigas podem ser devastadoras (Lukasse, 2015).

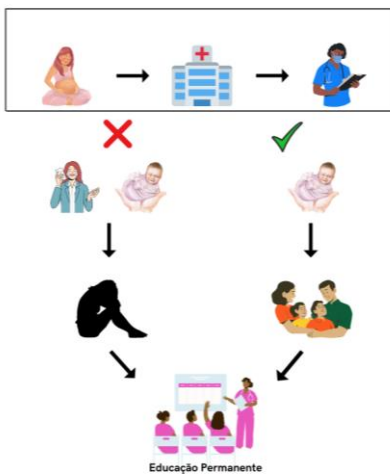
Os profissionais de saúde, revestidos de sua autoridade técnico-científica e respaldados por relações desiguais de poder perante as usuárias, utilizam-se da autoridade para manter a obediência às regras, rompendo as interações humanas e levando ao enfraquecimento dos vínculos entre seus pacientes e à crise de confiança no cuidado que é proporcionada, pois tal abordagem acarreta a perda da autonomia da mulher e do seu direito de decidir sobre assuntos relacionados ao seu corpo (Martinez, 2022; Agrawal, 2023). Essas relações são estabelecidas pela imposição de autoridade unilateral, criando um terreno fértil para a consolidação das diferentes formas de violência exercidas durante a assistência ao trabalho de parto e nascimento.

Se faz necessário analisar e preservar as gestantes durante as salas obstétricas, de forma que as mulheres seminuas permaneçam na presença de estranhos que não integrem a equipe multidisciplinar, sozinhas em ambientes hostis, em posições de total vulnerabilidade, com as pernas abertas e levantadas e com os órgãos genitais expostos. Além disso, é prática comum separadas dos seus recém-nascidos pouco depois do parto. (MARTINEZ, 2022).

Violência que as mulheres vivenciam ao procurar atendimento de saúde durante a gestação, o trabalho de parto, o parto e o puerpério. Essa violência pode incluir abusos físicos e psicológicos, tornando o parto um momento traumático para mulheres e bebês, seu desfecho de atuação quando positivo resulta em fatores positivos à parturiente e família, quando

ocorre desfecho desrespeitosamente à gestante, ocorre desfecho desfavorável (Fig 1). A VO, está ligado não apenas ao trabalho dos profissionais de saúde, mas também a deficiências estruturais em clínicas, hospitais e no sistema de saúde na totalidade. Isto pode assumir muitas formas, desde intimidação ou agressão verbal até negligência no tratamento, recusa em fornecer cuidados médicos a mulheres grávidas ou bebês, falha em informar os pacientes sobre procedimentos ou seguir decisões (Ferrão, 2022).

Figura 1: Fatores que mediam processos familiares



Fonte: autoria própria.

São frequentes os relatos de violência: negação da presença do acompanhante de escolha da mulher; falta de informação sobre os diferentes procedimentos realizados durante o atendimento; cesarianas desnecessárias; privação do direito à alimentação e passeios; exames vaginais rotineiros e repetitivos sem justificativa; uso frequente de ocitocina para acelerar o parto; episiotomia sem consentimento das mulheres; e a manobra de Kristeller. Todos esses eventos podem levar a danos físicos, mentais e emocionais permanentes (Agrawal, 2023).

Este cenário atinge especialmente mulheres de baixo nível socioeconômico, de minorias étnicas expostas ao poder institucional e profissional caracterizado por comportamentos opressivos e dominadores que excluem a subjetividade feminina como característica essencial para a construção do cuidado centrado na mulher e o exercício da cidadania plena (Chisholm, 2017).

Outra questão levantada por autores que buscam compreender o fenômeno da Violência Obstétrica (VO) baseia-se no conceito estereotipado

de gênero socialmente difundido onde a mulher, vista como o sexo frágil, precisa ser mantida sob a autoridade patriarcal (neste cenário, o médico), que têm o direito de decidir o que é melhor para si, transformando o parto em um ato centrado no profissional e sujeito a práticas violentas (Ferrão, 2022)

METODOLOGIA

A estratégia metodológica utilizada para construção deste texto foi a Revisão Integrativa da Literatura incluindo conceitos científicos oriundos de pesquisas acadêmicas na busca das melhores evidências científicas para serem aplicadas no cotidiano assistencial. Este método de pesquisa visa reunir, sintetizar e analisar o conhecimento científico existente sobre um tema de interesse do pesquisador de forma sistematizada e ordenada, mostrando a evolução do tema ao longo dos anos e contribuindo para o aprofundamento das questões de pesquisa. Para atingir esse objetivo, a revisão baseou-se em seis etapas distintas, a saber: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; apresentação da revisão.

A busca bibliográfica foi realizada a partir da questão norteadora pesquisada nas seguintes bibliotecas virtuais: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com acesso à Base de Dados Específica de Enfermagem (BDENF); Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências da Saúde (IBECES); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Campus Virtual de Saúde Coletiva (CVSP - Brasil); Index Psychology - Periódicos técnico-científicos; e outras bases de dados: Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL); Sistema Online de Análise e Recuperação de Literatura Médica (MEDLINE) via PubMed; SciVerse Scopus; Web of Science.

A estratégia de busca foi iniciada nas bibliotecas virtuais SciELO e BVS e replicada nas demais bases de dados. Os descritores e palavras-chave foram combinados com operadores booleanos: “Violência contra a mulher”, ou “Violência contra as mulheres”, ou “Violencia contra la mujer” (“obstetricviolence, or violência obstétrica) e “Obstetric delivery”, or “Delivery, obstétrico” (parto ou obstétrico). Foram encontradas inicialmente 861 publicações; foram lidos seus títulos e resumos e verificados os critérios de inclusão e exclusão, após excluídas 801 publicações.

DISCUSSÃO

Para compreender a VO, apresenta-se inicialmente a contextualização e a tipificação desse fenômeno nos diferentes cenários de cuidado. A revisão teórica possibilitou a concepção da VO como um fenômeno reconhecido por meio de diferentes tipos de violência que podem ocorrer no contexto da gestação, parto, puerpério, bem como em situações

que envolvem assistência a casos de aborto, pós-aborto e ciclo reprodutivo (FERRÃO, 2022).

A principal fonte de composição do conceito vem da Lei Orgânica dos Direitos da Mulher a uma Vida Livre de Violência, aprovada em novembro de 2006 na Venezuela, que se tornou o primeiro país a promulgar uma lei que caracteriza a VO como a apropriação do direito feminino processos corporais e reprodutivos pelos profissionais de saúde. Isso foi revisitado devido ao tratamento desumano, ao uso abusivo da medicação e às intervenções desnecessárias nos processos fisiológicos, levando à perda da autonomia e da liberdade de escolha e afetando negativamente a qualidade de vida das mulheres (Agrawal, 2023; Grobman, 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tipifica as formas de VO e destaca cinco categorias que operacionalizam as definições legais: 1 - intervenções e medicação rotineiras e desnecessárias (na mãe ou no bebê); 2 – abuso verbal, humilhação ou agressão física; 3 - falta de materiais e instalações inadequadas; 4 - práticas realizadas por residentes e profissionais sem autorização da mulher, após fornecimento de informações completas, verdadeiras e suficientes; 5 - discriminação por motivos culturais, econômicos, religiosos e étnicos.

A OMS considera a VO parte de uma cultura institucional arraigada e marcada pela banalização, invisibilidade e naturalização do fenômeno no cotidiano do cuidado. As características descritas permitem o não reconhecimento da VO como violação de direitos humanos e grave problema de saúde pública global (Koenig, 2023).

Pesquisas nacionais, como a da Fundação Perseu Abramo, apontam que uma em cada quatro mulheres no Brasil sofreu algum tipo de VO durante a assistência ao parto e metade das que fizeram aborto também tiveram experiências semelhantes. Dentre as formas de VO citadas, 10% sofreram exames vaginais dolorosos; 10% foram negados métodos de alívio da dor; 9% foram tratados com gritos; 9% ouviram xingamentos ou foram humilhados; 7% não receberam informações sobre os procedimentos realizados; 23% sofreram violência verbal com frases preconceituosas

Segundo os resultados da pesquisa “Nascer no Brasil”, 36,4% das mulheres entrevistadas (n = 23.894) receberam medicação estimulante para o parto; 53,5% foram submetidos à episiotomia; 36,1% receberam manobras mecânicas para acelerar o parto; 52% realizaram cesárea sem justificativa; 55,7% ficaram restritos ao leito; 74,8% foram submetidos ao jejum e 39,1% foram submetidos à amniotomia (Silva-Fernandez, 2023). Os achados da pesquisa anterior convergem com outros dados encontrados nesta revisão no que diz respeito à quantificação das diferentes formas de VO.

Refletindo sobre a VO, seus sujeitos, atores e possíveis justificativas, observam-se diferentes olhares no cotidiano do cuidado com destaque para discussões fundamentais para a compreensão, apropriação, mobilização social e categorias em defesa das mulheres vítimas deste acontecimento (Koenig, 2023).

Possíveis explicações para sua ocorrência são incentivadas pelos autores, a partir de uma análise inicial da existência de um grupo de mulheres mais vulneráveis às diferentes formas de VO. Esse grupo é formado por mulheres negras ou pertencentes a minorias étnicas, adolescentes, pobres, com baixa escolaridade, usuárias de drogas, mulheres em situação de rua, mulheres sem pré-natal e sem acompanhante no momento do atendimento (Silva-Fernandez, 2023).

O profissional de saúde, por sua vez, tem dificuldade de se identificar como autor da VO em suas diferentes formas, transpondo a prática em atos naturais, justificáveis e necessários que seriam realizados para o “bem” dos pacientes e de seus bebês, legitimando assim sua ação (Di Giacomo, 2017) . Essa forma de agir descaracteriza a violência em seu aspecto ético-moral e cria formas desejáveis de aceitação e qualificação dos atos violentos na assistência obstétrica. A banalidade da VO, discretamente naturalizada em comportamentos considerados “brincadeiras” pelos profissionais de saúde, é até esperada pelas pacientes, que, socialmente, espalham essa realidade para outras mulheres como parte normal do cotidiano.

Outra explicação comumente dada pelos profissionais na tentativa de “justificar” o cenário violento da assistência obstétrica baseia-se em elementos como sobrecarga de trabalho, escassez de recursos humanos, esgotamento físico e mental dos profissionais, precariedade das condições de prestação do cuidado e falta de infraestrutura adequada nas instituições. Em conjunto, esses problemas geram ambientes estressantes e desqualificados, favoráveis à ocorrência dos diferentes tipos de VO, culminando na falta de comprometimento dos profissionais de saúde, que também se sentem violados pelas condições inadequadas de trabalho (Koenig, 2023) . Movidos por um sentimento de impunidade e passividade, os profissionais de saúde perpetuam práticas violentas durante a assistência obstétrica, substituindo as relações éticas por cuidados desumanos, altamente tecnológicos e invasivos (Koenig, 2023).

Outro contraponto importante para a persistência de atos violentos na assistência obstétrica é o desconhecimento das mulheres sobre seus direitos sexuais e reprodutivos. Na realidade, as mulheres não conseguem perceber se sofreram ou não atos violentos porque confiam nos cuidadores e também pela própria fragilidade física e emocional que os processos obstétricos acarretam. Acabam aceitando procedimentos sem questionamentos, não expressam seus desejos, suas dúvidas e sofrem em silêncio sem sequer saberem que foram violados (Sánchez, 2023) . Essa passividade permite a imposição autoritária de normas e valores morais depreciativos por parte dos profissionais de saúde que, mais uma vez, julgam o que é melhor para os pacientes, colocando-os em situação de impotência (Vedam, 2019).

CONSIDERAÇÕES

Empoderamento e Suporte Emocional: O enfermeiro obstétrico desempenha um papel fundamental ao empoderar a mulher durante o processo de parto. Ele oferece suporte emocional, esclarece dúvidas e proporciona conforto. Através da escuta ativa, o enfermeiro ajuda a parturiente a se sentir segura e confiante, promovendo uma experiência humanizada.

Redução das Taxas de Morbimortalidade: A assistência do enfermeiro obstétrico contribui para a redução de complicações e riscos durante o parto. Ele monitora os sinais vitais, identifica possíveis problemas e toma medidas preventivas, garantindo a saúde da mãe e do bebê.

Direitos e Informações Relevantes: O enfermeiro orienta a parturiente sobre seus direitos e opções durante o trabalho de parto. Ele explica procedimentos, como a episiotomia, e garante que a mulher esteja informada e no controle de sua experiência.

Preparação e Cuidados Específicos: Antes do parto, o enfermeiro prepara a mulher, fornecendo informações sobre o processo e as posições maternas para o parto vaginal. Durante o trabalho de parto, ele oferece assistência na fase latente, cuida do períneo e apoia a parturiente emocionalmente. Após o parto, o enfermeiro continua a prestar cuidados, garantindo o bem-estar materno e a recuperação adequada.

Em resumo, o enfermeiro obstétrico é um aliado essencial para proteger a parturiente, promover uma experiência positiva e garantir que seus direitos sejam respeitados durante o trabalho de parto.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, S. Magnitude and Impact of Workplace Violence Against Obstetric Healthcare Personnel: A Multicentre Cross-Sectional Study. **The Journal of Obstetrics and Gynecology of India**, v. 73, n. S1, p. 69–74, 2023.

BLUNDELL, J. . Lectures on the theory and practice of midwifery. **Lancet**, 222, p. 329-335, 1909.

BOWSER, D., & HILL, K. Exploring evidence for disrespect and abuse in facility-based childbirth: report of a landscape analysis. **USAID-Traction project**, 2010.

CHISHOLM, C. A.; BULLOCK, L.; FERGUSON, J. E. (JEF) .. Intimate partner violence and pregnancy: screening and intervention. **American Journal of Obstetrics and Gynecology**, v. 217, n. 2, p. 145–149, 2017.

DI GIACOMO, P. Violence against women: knowledge, attitudes and beliefs of nurses and midwives. **Journal of Clinical Nursing**, v. 26, n. 15-16, p. 2307–2316, 2017.

- DINIZ, S.G., SALGADO, H.O., ANDREZZO, H.F.A., CARVALHO, P.G.C., CARVALHO, P.C.A. Abuse and disrespect in childbirth care as a public health issue in Brazil: origins, definitions, impacts on maternal health, and proposals for its prevention. **J Hum Growth Dev.** [Internet]. 2015.
- FERRÃO, A. C.. Analysis of the Concept of Obstetric Violence: Scoping Review Protocol. **Journal of Personalized Medicine**, v. 12, n. 7, p. 1090, 2022.
- GROBMAN, W. A.. Labor Induction versus Expectant Management in Low-Risk Nulliparous Women. **New England Journal of Medicine**, v. 379, n. 6, p. 513–523, 2018.
- KOENIG, M. D.. Structural Violence and Stress Experiences of Young Pregnant Black People. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, 2023.
- LUKASSE, M.. Prevalence of experienced abuse in healthcare and associated obstetric characteristics in six European countries. **Acta Obstetricia et Gynecologica Scandinavica**, v. 94, n. 5, p. 508–517, 2015.
- MARTINEZ-VÁZQUEZ, S.. Relationship between perceived obstetric violence and the risk of postpartum depression: An observational study. **Midwifery**, v. 108, p. 103297, 2022.
- SÁNCHEZ, O. D. R.. Domestic violence: A cross-sectional study among pregnant and postpartum women. **Journal of Advanced Nursing**, v. 79, n. 4, p. 1525–1539, 2023.
- SILVA-FERNANDEZ, C. S.. Factors Associated with Obstetric Violence Implicated in the Development of Postpartum Depression and Post-Traumatic Stress Disorder: A Systematic Review. **Nursing Reports**, v. 13, n. 4, p. 1553–1576, 2023.
- VACAFLOR, C. H.. Obstetric violence: a new framework for identifying challenges to maternal healthcare in Argentina. **Reproductive Health Matters**, v. 24, n. 47, p. 65–73, 2016.
- VEDAM, S.. The Giving Voice to Mothers study: inequity and mistreatment during pregnancy and childbirth in the United States. **Reproductive Health**, v. 16, n. 1, 2019.

CAPÍTULO 5

SISTEMA DE CONTROLE AVANÇADO PARA OTIMIZAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS: ESTUDO DE CASO COM PAINÉIS SOLARES E TURBINAS EÓLICAS

Ana Luisa Gordiano de Carvalho

Mestranda em Administração pela Universidade Salvador; Pós-Graduada em Gestão Empresarial pela Faculdade Focus, Pós-Graduada em Gestão Estratégica de Negócios, Pós-Graduada em Matemática Financeira e Estatística pela Faculdade Focus, Pós-Graduada em ESG pela Fundação Getúlio Vargas, Graduada em Comércio Exterior e Administração pela Universidade Salvador.

RESUMO

A eletricidade surgiu há muitos séculos, quando o ser humano começou a utilizar a energia proveniente de seu próprio corpo e do sol. Logo após, passou a explorar fontes de energia não renováveis. Com o avanço, percebeu-se que seria possível utilizar fontes de energia renováveis, que não se esgotam. O objetivo desta monografia é estudar as energias renováveis, como a hidráulica, solar, eólica, biomassa, biogás, oceânica e geotérmica. Para isso, será realizada uma revisão bibliográfica que cita e explica sobre o tema. Este trabalho tem como propósito mostrar às pessoas o potencial da energia renovável, evidenciando a existência de várias fontes, com base em autores. Acredita-se que as fontes de energia renovável dominarão o futuro. Os resultados obtidos até agora mostram um futuro promissor, indicando que essas fontes gradualmente se tornarão predominantes.

Palavras-chave: Eletricidade. Fontes Renováveis. Energias

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a crescente conscientização sobre os impactos ambientais decorrentes da produção de energia a partir de fontes não renováveis, como combustíveis fósseis, tem impulsionado um aumento significativo na busca por alternativas sustentáveis. A escala de seu uso está intimamente associada às suas capacidades e a qualidade de vida (Hinrichs e Kleinbach 2003) que os seres vivos experimentam. Nesse cenário, as fontes de energia renovável, como painéis solares e turbinas eólicas, desempenham um papel fundamental na transição para uma matriz energética mais limpa e ambientalmente responsável. Contudo, para que a geração de energia a partir dessas fontes alcance seu potencial máximo, é

essencial desenvolver sistemas de controle avançados que otimizem a eficiência e a confiabilidade desse processo. Segundo Hinrichs e Kleinbach (2003), entender a energia significa entender os recursos energéticos e suas limitações, bem como as consequências ambientais de sua utilização.

Nos concentrando no desenvolvimento de um sistema de controle voltado para a otimização da geração de energia a partir de fontes renováveis, com um foco específico em painéis solares e turbinas eólicas. O presente trabalho não apenas explora os desafios técnicos e científicos relacionados a esse contexto, mas também demonstra como o controle eficiente desses sistemas pode contribuir significativamente para a transição energética global.

A transição para fontes de energia renovável é uma prioridade global, considerando os desafios relacionados às mudanças climáticas e a crescente demanda por energia. Painéis solares e turbinas eólicas representam duas das principais fontes de energia renovável, e seu uso tem crescido exponencialmente em todo o mundo. No entanto, a geração de energia a partir dessas fontes está sujeita a variações ambientais, como mudanças nas condições climáticas, e isso pode afetar a eficiência e a previsibilidade do processo.

Nos últimos anos, a energia eólica vem ganhando espaço na participação da matriz elétrica nacional. Por mais que a matriz energética elétrica brasileira em sua maioria venha de usinas hidrelétricas, considerada uma energia limpa, o uso da energia produzida pelas forças físicas ainda é escasso. Na atual situação das mudanças climáticas no mundo, o incentivo de tecnologias que visem o desenvolvimento sustentável e estudos sobre o uso de recursos naturais renováveis para produção de energia é de grande valia.

O desenvolvimento de sistemas de controle avançados que otimizem a operação de painéis solares e turbinas eólicas se torna, portanto, crucial para garantir a confiabilidade e a eficiência dessas fontes de energia. Além disso, a integração eficaz de fontes renováveis no sistema elétrico contribui para a estabilidade da rede, reduzindo a dependência de fontes não renováveis e minimizando as emissões de gases de efeito estufa.

Visando contribuir para uma melhor compreensão do problema e fornecer soluções práticas no campo do controle de sistemas de energia renovável. Ao desenvolver um sistema de controle eficaz para a otimização da geração de energia a partir de fontes renováveis, oferecendo uma base sólida para a implementação prática dessas tecnologias.

Através da análise das técnicas de rastreamento do ponto de máxima potência (MPPT), previsão de energia renovável e estratégias de armazenamento de energia, este estudo visa fornecer insights valiosos que podem ser aplicados na indústria de energia e em projetos de infraestrutura sustentável. O resultado deste trabalho deve abrir caminho para uma geração de energia mais eficiente, previsível e amigável ao meio ambiente, contribuindo significativamente para a construção de um futuro mais

sustentável.

O principal objetivo é projetar, implementar e avaliar um sistema de controle avançado que otimize a geração de energia a partir de fontes renováveis, com foco em painéis solares e turbinas eólicas. Especificamente, buscando desenvolver algoritmos de rastreamento de ponto de máxima potência (MPPT), técnicas de previsão de energia renovável e estratégias de armazenamento de energia, com o propósito de maximizar a eficiência e a confiabilidade da geração a partir dessas fontes.

Ao alcançar esse objetivo, pretendo contribuir para a promoção de uma matriz energética mais sustentável, alinhada com os imperativos ambientais do século XXI e, ao mesmo tempo, garantir um suprimento de energia confiável e acessível para as futuras gerações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A energia utilizada em nossas atividades diárias provém de várias fontes naturais e sua transformação em formas úteis é viabilizada por meio de tecnologias específicas. Para compreender melhor como as tecnologias são empregadas para aproveitar essa energia e atender às necessidades humanas, é importante ter uma noção das fontes de origem da energia. Todas as formas de energia disponíveis na Terra derivam das quatro principais fontes a seguir (Banco do Nordeste, 2022):

a) Fissão nuclear no interior da Terra, que gera energia geotérmica (calor da Terra). Vulcões e fontes termais são exemplos de manifestações dessa fonte de energia.

b) Fusão nuclear no Sol, que produz fótons. Esses fótons chegam à Terra na forma de radiação eletromagnética, ou seja, luz solar. Parte da luz solar se converte em calor ao atingir objetos materiais, enquanto outra parte é refletida de volta para o espaço. Uma fração menor da luz solar é transformada em biomassa. É importante notar que:

- O calor solar desempenha um papel fundamental na geração de vento e no ciclo da água, contribuindo para a formação de rios e a disponibilidade de energia hidráulica.

- A biomassa, criada através da fotossíntese, é a matéria orgânica presente em plantas e animais. Fontes de energia fósseis, como petróleo, gás natural e carvão, têm origem na biomassa de eras passadas.

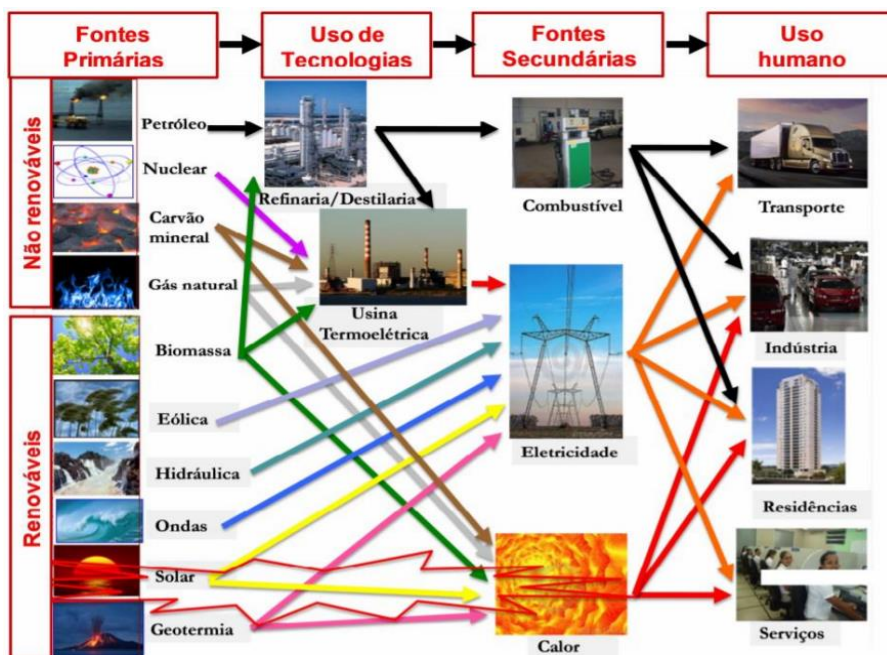
c) A gravidade, que surge da atração entre corpos materiais. As marés, principalmente aquelas causadas pela atração gravitacional entre a Lua e a Terra, exemplificam essa força fundamental da natureza.

d) Minerais energéticos, como o urânio.

Essas quatro "matrizes" energéticas mencionadas dão origem às fontes primárias de energia, que são encontradas na natureza em sua forma direta. Exemplos incluem petróleo, madeira, vento, luz solar e urânio, entre outros. As fontes primárias de energia são geralmente categorizadas como renováveis (não esgotáveis, como o sol e o vento) e não renováveis

(recursos finitos, como o petróleo) (Banco do Nordeste, 2015).

As fontes secundárias de energia são derivadas da transformação das fontes primárias, como eletricidade e gasolina. Essa transformação é realizada por meio do uso de tecnologias específicas, de acordo com a finalidade desejada (Banco do Nordeste, 2015). A Figura 1 ilustra como a energia útil para atividades humanas é obtida a partir de diversas fontes primárias, destacando exemplos de fontes renováveis e não renováveis.



A Engenharia Civil tem uma importância extrema, pois é amplamente utilizada na indústria da construção. O objetivo deste trabalho é conscientizar as pessoas de que a energia renovável vale cada centavo do investimento.

A utilização correta das fontes de energia renovável é uma ótima maneira de substituir as chamadas "energias sujas" e evitar danos ao meio ambiente (AZEVEDO, 2023). Portanto, o ser humano começou a aproveitar a natureza a seu favor e percebeu que poderia utilizar diferentes recursos para gerar energia. Por exemplo, o sol pode gerar energia solar, a água dos rios pode ser transformada em energia hidrelétrica, o vento pode ser transformado em energia eólica e a biomassa pode ser convertida em várias formas de energia, desde a lenha e resíduos animais e vegetais até o etanol, biodiesel, bagaço de cana e gás de aterros sanitários.

a. GERAÇÃO DE ENERGIA NO BRASIL

No Brasil, o início da energia elétrica remonta ao ano de 1873, quando o telégrafo elétrico (Salvador-Recife-Belém) foi inaugurado e, no mesmo ano, um cabo telegráfico conectou o Brasil à Europa. Em 1879, ao final da segunda fase depressiva da economia mundial, Dom Pedro II inaugurou a iluminação elétrica da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1883, a cidade de Campos, no Rio de Janeiro, tornou-se a primeira cidade brasileira e sul-americana a receber iluminação pública, que era fornecida por uma pequena central térmica com capacidade de 52kW. Em 1889, foi inaugurada a primeira usina hidrelétrica do Brasil, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais (BASTOS, MACHADO, VOIGT, 2022, p. 450-451).

Devido ao fato de que, até o começo do século XIX, a eletricidade era principalmente usada para iluminação pública, houve um desenvolvimento limitado na indústria de produção de energia elétrica, que foi dominada por empresas norte-americanas como a Light, de capital canadense, e a AMFORP, de capital estadunidense. Essas empresas, conscientes dos interesses imperialistas e da sua crescente importância estratégica, exerciam grande influência no desenvolvimento industrial do Brasil, impondo tarifas inadequadas e restrições permanentes na produção de energia, resultando em crises e relacionamentos que tiveram um impacto significativo na manutenção da nossa condição de país subdesenvolvido (BRANCO, 1975, p. 46).

A energia elétrica brasileira é ainda mais sustentável do que a energética, pois a maior parte da eletricidade gerada no Brasil provém de usinas hidrelétricas. A energia eólica também tem aumentado significativamente, contribuindo para que a nossa matriz elétrica permaneça em grande parte renovável (EPE, 2022).

2.2. ENERGIAS RENOVÁVEIS

Devido à crescente demanda por energia, as fontes renováveis são de grande importância nesta era de preocupação ambiental. O consumo de energia aumentará em 50% até 2030. Esse crescimento está associado ao crescimento das economias, onde os países membros da OCDE aumentarão seu consumo em 19%, enquanto os países não membros da organização terão um aumento de 85% nesse crescimento (MARINHO, 2012, p. 15/16).

As fontes de energia renováveis são aquelas que se renovam em uma escala de tempo humana, assim, elas estão sempre disponíveis e são inesgotáveis.

A conscientização sobre a possível escassez dos recursos fósseis e a crescente consciência ambiental da sociedade mundial, juntamente com a necessidade de reduzir as emissões de gases danosos à atmosfera, são os motivos pelos quais os estímulos ao uso de fontes renováveis de energia e o interesse no assunto estão aumentando. Esse interesse em constante crescimento está particularmente ligado às preocupações com as mudanças climáticas e o Protocolo de Quioto (ENERGIAS RENOVÁVEIS, 2015).

Apesar da diminuição nos preços do petróleo, houve um notável crescimento nos investimentos em fontes renováveis em 2014, com registros de recorde na construção de petróleo e derivados em 39,4%, derivados da cana-de-açúcar em 15,7%, gás natural em 13,5%, energia hidráulica em 11,5%, lenha e carvão vegetal em 8,1%, carvão mineral e derivados em 5,7%, outras renováveis em 4,1%, urânio e derivados em 1,3%, e outras não renováveis em 0,6% (BRASIL, 2014).

Assim, as pessoas começaram a optar por fontes de energia renovável, pois perceberam que isso tornaria a conta de eletricidade mais barata e descobriram alternativas para além das fontes esgotáveis, como energia hidrelétrica, solar, eólica, biomassa e biogás.

Em termos de investimentos globais, a China continua liderando os investimentos em energias renováveis, seguida pelos Estados Unidos. Esse crescimento nos investimentos se deve, em grande parte, à demanda por painéis solares residenciais e ao notável financiamento de projetos eólicos (MENDONÇA, 2015).

Por outro lado, o Brasil é amplamente reconhecido internacionalmente no que diz respeito à energia renovável, e dentre essas fontes destacam-se a energia hidráulica, energia eólica, energia solar, biomassa e a energia das marés.

2.3. FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Além das preocupações ambientais e de segurança da fauna e flora, investir em energia proveniente de fontes renováveis pode trazer grandes vantagens para o setor da construção civil, contribuindo para valorizar o empreendimento construído e até mesmo melhorar o prestígio e imagem das empresas do ramo. Além de agregar valor ao seu empreendimento, independentemente do seu tamanho, a adoção de energias renováveis também garante economia de dinheiro e recursos a longo prazo.

Os avanços científicos e tecnológicos no campo da energia possibilitaram o surgimento de conceitos inovadores, inspirados em cidades globais digitais e inteligentes, bem como a criação de edificações sustentáveis capazes de explorar fontes renováveis de energia. Essas fontes podem ser utilizadas nos setores industrial, comercial e residencial. Os esforços têm sido concentrados na evolução e desenvolvimento de sistemas de captação e conversão de energia para uso em residências e empresas.

A possibilidade de explorar fontes de energia renováveis está sendo cada vez mais divulgada por meio de políticas públicas baseadas em conhecimento científico e informacional. Essa abordagem deixou de ser apenas uma estratégia de marketing e passou a assumir valores que foram adotados por várias cidades, despertando a consciência coletiva sobre essa questão (PERBOLI ET AL., 2014). O entendimento abrangente desses valores, que fundamentam a ideia de uma cidade digital e inteligente, tem sido adotado por algumas cidades, ampliando o compromisso social com um

meio ambiente sustentável e saudável. Isso inclui o uso de energias alternativas renováveis. Essa missão coletiva tem se espalhado para outras cidades, visando reduzir a utilização ou dependência de energias fósseis e outras fontes de energia prejudiciais ao meio ambiente (ABDALA ET AL., 2014).

A preocupação com o meio ambiente está despertando interesse em cidades ao redor do mundo, incluindo aquelas no Brasil, em relação ao uso de fontes de energia renovável como maneira de reduzir o impacto ambiental local e global, através de ações responsáveis para com o planeta pela comunidade (BRASIL, 2015). As fontes renováveis são consideradas praticamente inesgotáveis e variam em relação às opções de matriz disponíveis, de acordo com as condições climáticas e geográficas específicas de diferentes cidades ao redor do mundo (MONZONI ET AL., 2010; BEZERRA ET AL., 2013).

Nesta perspectiva atual, várias administrações têm incentivado os construtores, incorporadores e proprietários a incluírem, em seus projetos, sistemas integrados que visem ao uso de energias renováveis, através de suas políticas públicas.

O interesse pela preservação do meio ambiente desperta cada vez mais atenção em cidades ao redor do mundo, incluindo aquelas no Brasil. Essas cidades estão adotando o uso de fontes de energia renovável como forma de reduzir o impacto ambiental local e global, por meio de ações responsáveis em prol do planeta (BRASIL, 2015). As fontes renováveis, que são praticamente inesgotáveis, variam de acordo com as diferentes condições climáticas e geográficas das cidades ao redor do mundo, oferecendo várias opções de matriz energética (MONZONI ET AL., 2010; BEZERRA ET AL., 2013).

Nessa perspectiva atual, diversas administrações têm incentivado construtores, incorporadores e proprietários a incluírem em seus projetos sistemas integrados que promovam o uso de energias renováveis, por meio de políticas públicas.

Independentemente do modo como isso ocorre, a implantação de cidades digitais e inteligentes representa uma oportunidade única para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, ao mesmo tempo que se apresenta como um grande desafio para os gestores públicos. A cidade inteligente é aquela que é resiliente e sustentável, possuindo flexibilidade e capacidade de adaptação. Ela é composta por edificações inteligentes, cujo planejamento prioriza a harmonia entre arquitetura, indivíduos, ambientes, tecnologias avançadas e características regionais - fatores que promovem a criação de ambientes sustentáveis para convivência, projetos ecológicos, e sistemas de tecnologia com capacidades adaptativas e reativas (ABDALA ET AL., 2014).

Portanto, percebe-se que a busca pela incorporação de fontes de energia renovável nas construções tornou-se um desafio para as administrações das cidades. O objetivo é criar edifícios eficientes que

possibilitem a utilização de sistemas de aproveitamento de energia renovável, promovendo a autossuficiência energética e a eficiência da construção. Isso contribui para a preservação ambiental e para a concretização do conceito de cidade digital e inteligente (ABDALA ET AL., 2014).

A partir das observações científicas, é possível refletir sobre o fato de que as construções nas cidades têm a capacidade de aproveitar o potencial energético local. Para isso, é necessário adotar estratégias arquitetônicas que maximizem o uso das diversas fontes de energia disponíveis. Essas estratégias possibilitam a captação e a transformação dessas fontes em energia utilizável, garantindo assim a sustentabilidade da construção (GONÇALVES E DUARTE, 2006).

2.4. IMPACTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO BRASIL

As fontes de energia alternativas renováveis estão em constante crescimento e são impulsionadas em todos os países devido às graves consequências ambientais causadas pelas energias não renováveis, como petróleo, gás natural, carvão mineral e combustíveis nucleares, na luta contra o aquecimento global. Diante dessa preocupação com o impacto ambiental das energias não renováveis e da crescente demanda por energia em todo o mundo, o grande desafio nos próximos anos será produzir mais energia emitindo menos gases de efeito estufa (AGUILAR et al., 2012; SANTOS, 2015).

O Planejamento de Recursos Integrados (PRI) faz parte desse processo como uma forma de minimizar os custos, os impactos ambientais e sociais das energias renováveis mencionadas anteriormente, permitindo um planejamento a curto ou longo prazo que leva em consideração as dimensões sociais, políticas, técnicas-econômicas e ambientais (TUNDISI & MATSUMURATUNDISI, 2011).

A aproveitação de energia sempre resulta em algum tipo de impacto ambiental, seja ela renovável ou não renovável, de magnitude pequena ou grande. Contudo, é possível minimizar tais impactos por meio do planejamento integrado de recursos, que tem como objetivo a construção de um mundo mais sustentável, promovendo medidas políticas e econômicas (TUNDISI & MATSUMURA-TUNDISI, 2011; FREITAS & DATHEIN, 2013; SANTOS, 2015).

Considerando os inúmeros benefícios trazidos pelas energias renováveis, é importante ressaltar que seu uso sustentável e racional das fontes de energia contribui para a redução do aquecimento global, sendo, assim, a melhor alternativa para substituir os combustíveis fósseis.

Conforme exposto pela EPE (2010), o conceito de eficiência energética engloba a relação entre a quantidade de energia final consumida e a produção de um bem ou a realização de um serviço, sendo a eficiência associada ao uso efetivo de energia, e não à quantidade necessária para executar um serviço. Segundo Hordeski (2005), o termo eficiência refere-se

à capacidade de equipamentos que operam em ciclos ou processos entregarem os resultados desejados. A Agência Internacional de Energia (IEA, 2007) enfatiza que o conceito de eficiência energética está direcionado à obtenção de serviços energéticos, como produção, transporte e calor, por unidade de energia utilizada, tais como gás natural, carvão ou eletricidade. Em dezembro de 1985, foi instituído o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), cuja coordenação está sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia e sua execução é realizada pela Eletrobras. O objetivo primordial desse programa é estimular o uso eficiente de energia e combater seu desperdício.

A partir de dezembro de 1993, o PROCEL criou o Selo Procel de Economia de Energia, também conhecido como Selo Procel. Essa ferramenta desempenha uma função simples e eficiente ao permitir que os consumidores conheçam os equipamentos e eletrodomésticos disponíveis no mercado que são mais eficientes e, portanto, consomem menos energia (PROCEL INFO, 2022).

A Lei nº 10.295, de 18 de outubro de 2001, intitulada Lei de Eficiência Energética, estabelece a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia. O primeiro artigo mencionado na referida lei destaca a importância de alocar de maneira eficiente os recursos energéticos e preservar o meio ambiente. O segundo artigo prevê que o Poder Executivo é responsável por estabelecer os níveis máximos de consumo de energia específicos ou os requisitos mínimos de eficiência energética para máquinas e aparelhos que consomem energia, sejam fabricados ou comercializados no país, com base em indicadores técnicos específicos (BRASIL, 2001).

Através do selo é possível identificar o grupo do equipamento, o consumo mensal e a eficiência, como mostrado na Figura 3. Cabe ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) avaliar os produtos fabricados enviados para seus laboratórios, onde será feita a certificação. Após vários testes, esses produtos recebem uma etiqueta indicando seu nível de eficiência energética, que varia de "A" a "G", ou seja, o produto que recebe a letra "A" é o mais eficiente em termos energéticos, tendo menor impacto ambiental e gerando economia na conta de energia. (PAVANI, 2021).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O objetivo deste estudo é ter como característica uma abordagem de natureza qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica. Tem como finalidade fornecer conhecimento sobre as fontes de energia renováveis, com foco na energia solar no Brasil.

Quanto ao nível da pesquisa, no que se refere à abordagem qualitativa, foi adotado o exploratório, em que o pesquisador busca aprofundar-se no tema. Existem estudos de caso exploratórios, descritivos e explicativos. O que diferencia esses níveis não é uma questão de hierarquia, mas sim três outras condições que são: o tipo de questão de pesquisa

proposta, o grau de controle que o pesquisador possui sobre eventos comportamentais atuais e o enfoque em acontecimentos contemporâneos, em oposição aos acontecimentos históricos (YIN, 2005).

Com relação ao nível exploratório, Gil (1999, p. 43) nos informa que "As pesquisas exploratórias têm como principal objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com o intuito de formular problemas mais precisos ou hipóteses passíveis de investigação para estudos futuros".

Neste trabalho, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando obter um maior conhecimento sobre o tema. A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ter acesso direto a tudo o que foi publicado ou registrado sobre o assunto em estudo.

Essa pesquisa foi conduzida por meio de artigos científicos encontrados em bases de dados, utilizando as palavras-chave: energia renovável, energia limpa, em língua portuguesa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do conteúdo pesquisado, nos deparamos, de acordo com alguns autores, com um crescimento globalizado significativo. Isso tem gerado grandes problemas em nosso ecossistema devido à utilização de recursos não renováveis. Cerca de 61% dos resíduos sólidos são provenientes da Construção Civil, o que agrava ainda mais a degradação ambiental. Durante muito tempo, o Brasil foi considerado um país em escala econômica de terceiro mundo, mas hoje é considerado em desenvolvimento. Esse contexto revela o quão atrasado o crescimento em diversas áreas foi por muitos anos e como é necessário desenvolver a sustentabilidade, especialmente na construção civil, nos tempos atuais (COSTA, 2020).

No contexto da sustentabilidade, é sabido que as nações de grande poder econômico demoraram a reconhecer essa realidade, quicá os países com pouco desenvolvimento na época, como é o caso do Brasil.

De acordo com os estudos de Agopyan e John (2011), um dos primeiros passos rumo à sustentabilidade na indústria da construção civil no Brasil foi marcado pela realização do Simpósio do CIB sobre Construção e Meio Ambiente em 2000, evento organizado pelo Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da USP, que impulsionou as preocupações desse setor e a necessidade de projeções e estratégias para o futuro.

Entretanto, desde a década de 90, já existiam empresas pioneiras nesse sentido, baseadas nos processos sustentáveis já implementados em outros países. Segundo Correa (2009), foi a partir dos anos 2000 que a busca pela incorporação da sustentabilidade na construção civil se intensificou no Brasil. Foi nesse contexto que, em 2002, foi apresentada a Resolução 307 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos sólidos na construção civil.

No próprio texto da lei estão expressas as definições de ações de

reciclagem, reutilização, gestão de resíduos e beneficiamento, também classificando os tipos de resíduos e as etapas a serem seguidas por esses projetos.

Nesse contexto, como fonte de busca pela sustentabilidade, foi enfatizada a importância das certificações, que são os processos nos quais as construtoras são avaliadas para verificar se estão aderentes a todos os requisitos estabelecidos para a obtenção desse certificado. Foi dado destaque às certificações ambientalmente responsáveis, que, por sua vez, foram criadas para avaliar se as indústrias estão seguindo diversos critérios para minimizar seu impacto no meio ambiente, tornando-se cada vez mais sustentáveis (SEVERIANO, 2021).

De acordo com Cortes et al. (2011), é afirmado que as certificações nacionais e internacionais trazem competitividade entre as empresas e trazem benefícios para a sociedade. Nesse sentido, as normas da ABNT, como ISO 9001, ISO 14000, ISO 14001, relacionadas, respectivamente, à busca pela otimização de diversos processos dentro da organização, à gestão ambiental e à melhoria de imagem relacionada à gestão ambiental, são exemplos de direcionamento para a sustentabilidade nas empresas. As certificações ambientais são uma forma de verificar se as construções são realmente saudáveis para o meio ambiente, mesmo em suas fases de planejamento. No Brasil, três certificações se destacam no campo da construção sustentável: LEED, AQUA e PROCEL. A primeira é desenvolvida nos Estados Unidos e é um sistema que avalia o impacto ambiental de um edifício, levando em consideração aspectos como localização, uso de recursos hídricos, energia, materiais, qualidade do ar e inovação trazida pelo projeto (Cortes, 2011).

O objetivo desta monografia é apresentar uma análise abrangente do consumo de energia no setor da construção civil, durante as etapas de execução e ocupação de uma obra, evidenciando estratégias que podem ser implementadas nos projetos e técnicas de construção para reduzir o consumo energético e melhorar o desempenho.

Percebe-se que ainda há resistência em relação à adoção de novas tecnologias no setor, tanto devido à tradição como também por questões financeiras, já que, em geral, materiais e inovações ambientalmente corretos são mais caros do que os tradicionais. No entanto, ao utilizar esses materiais e técnicas alternativas e mais eficientes, é possível aproveitar melhor a energia disponível, o que resulta em efeitos econômicos, sociais e ambientais a longo prazo.

É recomendado que, durante a fase de projeto arquitetônico, sejam priorizadas construções com conforto térmico aceitável, juntamente com um consumo mínimo de energia. Essas construções devem oferecer proteção adequada contra o calor excessivo no verão, regular a temperatura por meio do uso de materiais com alta inércia térmica, garantir uma ventilação e iluminação de alta qualidade, aproveitar a luz solar no inverno e isolar adequadamente as superfícies externas para evitar a transferência

indesejada de calor e a condensação (BALTAR, KAEHLER E PEREIRA, 2006).

Além disso, pode-se adotar fontes renováveis de energia, como a instalação de painéis solares, e contribuir para a sustentabilidade utilizando materiais com baixos níveis de emissões, tanto na produção quanto no uso (BENITE, 2011; ABREU, 2012; APUD MOURA E MOTTA, 2013).

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema das fontes de energia renováveis. A energia existe há muito tempo, mas ao longo dos anos, foram sendo desenvolvidas novas maneiras de reutilizar e aproveitar recursos naturais inesgotáveis. Nesta revisão bibliográfica, foi abordada a energia hidráulica, biomassa e biocombustíveis, eólica, solar, oceânica e geotérmica, todas elas consideradas energias renováveis.

As fontes renováveis têm se tornado cada vez mais importantes globalmente, principalmente devido ao esgotamento das reservas de combustíveis fósseis e à necessidade de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Portanto, é necessária uma mudança na produção de energia, com foco no uso de fontes renováveis (SANTOS et al., 2014). As energias renováveis são derivadas de ciclos naturais de conversão da radiação solar e, em termos de eletricidade, têm o potencial de reduzir o consumo em 70% em comparação com a energia convencional (PACHECO, 2006).

Esta monografia aborda um tema promissor e de fácil estudo, acredita-se que gradualmente as energias renováveis irão superar as energias não-renováveis. As fontes são limpas e gratuitas, embora a implantação seja um pouco cara e apresente algumas desvantagens, como o desmatamento em certas áreas e a morte de aves nas turbinas eólicas. De fato, os aspectos negativos superam os positivos.

Concluindo este trabalho de conclusão de curso, pude observar que muitos autores discutem sobre as fontes de energias renováveis, que estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano e de fácil acesso, tornando-se cada vez mais acessíveis para a população. Apesar de extenso, esse trabalho é essencial em uma área com grande potencial futuro, especialmente considerando o avanço da tecnologia na construção civil e sua contribuição para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Omar Alves; TANCREDI, Márcio 2010. **Transformações recentes da matriz brasileira de geração de energia elétrica – causas e impactos principais.** Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-69-transformacoes-recen-tes-da-matriz->

brasileira-de-geracao-de-energia-- eletrica-causas-e-impactos-principais.
Acesso em: 20/10/2023.

ABDALA, L. et al. (2014). **Como as Cidades Inteligentes Contribuem para o Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis? Uma Revisão Sistemática de Literatura**. International Journal of Knowledge Engineering and Management, v. 3, n.5, p. 98-120.

ADRADA, T., MANCEBO, J.A. e MARTINEZA, C. **Pequenas Centrais Hidrelétricas**. ONUDI, 2013.

AGUILAR, R.S; OLIVEIRA, L.C.S; ARCANJO, G.L.F. **Energia Renovável: Os Ganhos E Os Impactos Sociais, Ambientais E Econômicos Nas Indústrias Brasileiras**. In: XXXII Encontro Nacional De Engenharia De Produção. Bento Gonçalves. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2012.

ANDRADE, A.L.; SANTOS, M.A. **Razões e critérios para definição da viabilidade ambiental de hidrelétricas no Brasil**. Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade, São Paulo, v. 7, n. 2 p.284- 299, novembro, 2022.

AZEVEDO, P.J.S. **Uma análise dos efeitos da crise econômica-financeira sobre as políticas de incentivo às energias renováveis. [Dissertação] Universidade do Porto, 2013. - CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais**. Alternativas energéticas: Uma visão da Cemig. Belo Horizonte: CEMIG, 2012.

BASTOS, J. M.; MACHADO, E. de M.; VOIGT, M. E. **Desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, em Santa Catarina e suas influências no processo de industrialização**. PerCursos, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 444 - 471, 2022. DOI: 10.5965/1984724623522022444. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/20606>. Acesso em: 18 out. 2023.

BERMANN, C. (2008). **Crise Ambiental e as Energias Renováveis**. Ciência e Cultura, v. 60, n. 3, p. 20-29.

BEZERRA, I. L. S. et al. (2013). **Produção de Gás Combustível: Construção de um Biodigestor Caseiro**. Anais do IX Congresso de Iniciação Científica do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, p. 2585-2594.

BEZERRA LEITE NETO, Pedro et al. **Exploração de energia maremotriz para geração de eletricidade: aspectos básicos e principais tendências**. Ingeniare. Rev. chil. ing., Arica, v. 19, n. 2, p. 219-232, agosto 2011.

Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-33052011000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso em 02 de nov. 2023.

BLUME. Visão geral de um sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/figura-3- visao-geral-de- um-sistema-de-geracao-transmissao-e-distribuicao-de-energia_fig1_262373193. Acesso em: 10 out. 2023.

BOCK, Miquel. Veja como funciona uma Hidrelétrica – de maneira simples e prática, como você nunca viu! | Hidroenergia Engenharia e Automação. Disponível em: <<https://www.hidroenergia.com.br/blog/veja-como-funciona-uma-hidreletrica-de-maneira-simples-e-pratica-como-voce-nunca-viu/>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BORBA S. C. CASTRO, M. A. M. COSTA, F. G. NETO, E. F. RABELO, A. A. Avaliação das propriedades mecânicas de tijolos solo-cimento formulados com refugo do mesmo e escória de aciaria. 21º CBECIMAT - Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais 09 a 13 de novembro de 2014, Cuiabá, MT, Brasil.

BORGES, Ane Caroline Pereira et al. Energias renováveis: uma contextualização da biomassa como fonte de energia. Rede - Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, v. 10, n. 2, mar. 2017. ISSN 1982-5528. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/239>>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRANCO, Catullo. Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975.

BRASIL. Câmara dos Deputados (2015). Sustentabilidade e as Principais Fontes de Energia. Consultoria Legislativa, p. 133-175.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME), EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Plano Nacional de Energia 2050. Brasília: MME/EPE, 2020.

CAMPOS, A. F.; MORAES, N. G. Tópicos em energia. Teoria e exercícios com respostas para concursos. Rio de Janeiro: Synergia, 2012.

CAMPOS ET AL, 2017. Um panorama sobre a energia geotérmica no Brasil e no Mundo: Aspectos ambientais e econômicos. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n01/a17v38n01p08.pdf> Acesso em: 28 out. 2023.

CARDOSO, B.M. **Uso da biomassa como alternativa energética**. 2012. 112p. Monografia (TCC) - Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CASADOSVENTOS. **Energia eólica**. Disponível em: <http://casadosventos.com.br/pt/energia-dos-ventos/energia-eolica> Acesso em: 28 out. 2023.

CONAMA - **Conselho Nacional do Meio Ambiente** (2002). Resolução Nº 307, de 5 de julho de 2002. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Publicada no Diário Oficial da União em 17/07/2002.

CORTES, et al. **Contribuições Para A Sustentabilidade Na Construção Civil**. Revista Eletrônica Sistemas & Gestão Volume 6, Número 3, 2011, pp. 384-397 DOI: 10.7177/sg.2011.v6.n3.a10.

DE FREITAS R. V., DE FREITAS R. T., 1998. **Aproveitamento da Energia Geotérmica**. Disponível em: <http://www.fem.unicamp.br/~em313/paginas/geoter/geoter.html> Acesso em: 28 out. 2023.

DUNLAP, R.A. **Sustainable energy**. Halifax: Dalhousie University, 2015.
ESPOSITO, A.; FUCHS, P. **Desenvolvimento tecnológico e inserção da energia solar no Brasil** - BNDES. Revista do BNDES, 40, p. 85-114, 2013.

GENTIL, L. V. 202 **perguntas e respostas sobre biocombustíveis**. Brasília: SENAC-DF, 2011.

GOLDEMBERG, J. **Pesquisa e desenvolvimento na área de energia**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 3, p. 91-97, 2000.

MARTINS, H. **A Ameaça à soberania nacional pela expansão do complexo agroquímico a partir da cana-de-açúcar e do etanol**. In: STEDILE, J. P. Coletânea de Textos da ENFF. nº 10. Questão Agrária Contemporânea e os Movimentos Camponeses da América Latina. São Paulo: 2011.

MENDES, N. A. S. **As usinas hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana** - Euclides da Cunha Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

MONTEIRO, Renan Luquin, **Energias alternativas renováveis e o futuro dos combustíveis na aviação**, repositório.animaeducacao, disponível em:

<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/23693/1/renanluquinmonteiro.pdfa.pdf>>.

MONZONI, Mario et al. (2010). **Tendências e Oportunidades na Economia Verde: Energias Renováveis. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.** Disponível em:<<http://goo.gl/zC9kuj>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MOREIRA, J.R. S. (2021). **Energias Renováveis, Geração Distribuída e Eficiência Energética** (2ª edição). Grupo GEN. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521636816>. Acesso em: 02 novembro. 2023.

OLIVEIRA, A. S. D.; DIAS, H. M.; FURTADO NETO, G. **Estudo de Viabilidade para Geração de Energia Odomotriz em Determinadas Regiões do Brasil**, 2020, 26 p. Disponível em: <http://dspace.doctum.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3668?show=full>. Acesso em: 02 nov. 2023.

QUEIROZ, R. **Geração de energia elétrica através da energia hidráulica e seus impactos ambientais.** Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas – UFSM, v. 13, n. 13, 2013.

RABELO, J. **Aproveitamento da energia geotérmica do sistema Aquífero Guarani - estudo de caso.** XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas. 2002.

REBOLLAR, P.; GUERRA, J.; YOUSSEF, Y. **Energias Renováveis Energia Hídrica.** JELARE, 2011.

SANTOS, Fernanda Barbosa Silva; MOREIRA, Ícaro Thiago Andrade. **Viabilidade da maremotriz em algumas das regiões litorâneas do nordeste do Brasil.** Revista Eletrônica de Energia, v. 5, p. 71-78, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28985>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CAPÍTULO 6

A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO CARDIOVASCULAR COM BASE NOS CONTROLES DE FATORES DE RISCO - ARTIGO DE REVISÃO

Beatriz Maria Martins de Souza

Santa Casa de Ribeirão Preto

Camila Motta Venturin

Santa Casa de Ribeirão Preto

Cayo Felipe Rezende

Santa Casa de Ribeirão Preto

Dário Tavares Jacinto

Santa Casa de Ribeirão Preto

Gabriela da Costa Davanzo Lupo

Santa Casa de Ribeirão Preto

João Paulo Luvizotto Alcântara de Pádua

Santa Casa de Ribeirão Preto

Michelly Queren Araújo Biachi

Santa Casa de Ribeirão Preto

Roberta Faria de Souza

Santa Casa de Ribeirão Preto

Taís Rigotto Rahme Costa

Santa Casa de Ribeirão Preto

RESUMO

Sabe-se que a doença cardiovascular, como Hipertensão Arterial Sistêmica, Doença Coronariana, Doenças Cerebrovasculares, dentre outras, é a principal causa de morbimortalidade no Brasil e no mundo, sendo responsáveis por cerca de sete milhões de mortes por ano, de acordo com estatísticas de 2021, acometendo principalmente idosos, pessoas de menor renda e baixa escolaridade. Para retardar o aparecimento desse conjunto de doenças, ou até mesmo evitá-las, a prevenção primária, com objetivo de gerar promoção de saúde e proteção específica, vem ocupando destaque nas pautas de periódicos científicos, congressos e na prática clínica diária.

Identificar os principais fatores de risco para doença cardiovascular, e preveni-los, praticando dessa forma a medicina preventiva, vem se mostrando uma eficaz estratégia para diminuir a exposição aos fatores de risco cardiovasculares e assim melhorar a morbimortalidade destas doenças. Dentre esses fatores de risco, estão: hiperlipidemia, tabagismo, consumo de álcool, hiperglicemia, obesidade, sedentarismo, hipertensão arterial sistêmica (HAS) e má qualidade da dieta. Neste artigo de revisão, serão abordados os principais aspectos da prevenção cardiovascular baseada no controle de comorbidades e hábitos de vida saudáveis.

Palavras-chave: Doenças Cardiovasculares (DCV). Prevenção cardiovascular. Prevenção Primária

INTRODUÇÃO

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica de literatura médica para análise sobre o tema de prevenção de doenças cardiovasculares com enfoque no controle de comorbidades como hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, dislipidemia e instituição de hábitos de vida saudáveis como pratica regular de atividade física, controle do tabagismo e alimentação saudável.

Hipertensão arterial sistêmica

A hipertensão arterial está presente em um terço da população adulta e é considerada um dos principais fatores de risco cardiovascular, por isso um dos pilares da prevenção inclui seu controle e tratamento. Trata-se de uma doença crônica, na maioria das vezes assintomática, com aumento na prevalência em idades mais avançadas. De acordo com a 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial, a hipertensão é definida por níveis pressóricos persistentemente elevados, maior ou igual a 140 mmHg da PAS e/ou 90 mmHg da PAD, medidas corretamente, em duas ou mais ocasiões diferentes.

A fisiopatologia da hipertensão primária é multifatorial, envolvendo fatores não modificáveis como fatores genéticos, histórico familiar, idade, raça e fatores modificáveis que incluem hábitos de vida e fatores ambientais, relacionados ao indivíduo que favorecem o desenvolvimento ou agravamento da hipertensão arterial.

A atuação dos profissionais da saúde no reconhecimento e tratamento adequado destes fatores modificáveis tem papel fundamental na prevenção cardiovascular. Um estudo de 2020 que comparou a ocorrência de eventos cardiovasculares em pacientes cujo tratamento era guiado por níveis pressóricos e tratamento guiado pelo risco cardiovascular, mostrou que a queda de 5mmHg nos níveis de PAS é capaz de reduzir em 7% o risco de doença coronariana, 13% o risco de AVC, 14% o risco de insuficiência cardíaca, 10% eventos cardiovasculares e 5% da mortalidade cardiovascular.

Diante disso, existem inúmeras estratégias e metas que são recomendadas para atingir o controle ou prevenção da hipertensão.

A atividade física aeróbica tem papel comprovado na redução de risco e mortalidade cardiovascular, bem como na prevenção e tratamento da hipertensão arterial. Portanto é recomendado aos pacientes hipertensos a prática de pelo menos 30 minutos de exercícios aeróbicos de moderada intensidade como caminhada, corrida, ciclismo ou natação em 5 a 7 dias por semana. Também é recomendado o aumento gradual nas atividades aeróbicas para 300 minutos semanais em atividade moderada ou 150 minutos semanais em atividade intensa para se obter benefício adicional.

A prevalência das doenças cardiovasculares e hipertensão é maior em países em desenvolvimento e o controle destas condições é menor nesta população, mostrando que existe uma relação entre causa/ efeito bidirecional. Acontece que populações de baixo poder econômico social tende a ter menor acesso aos sistemas de saúde e tratamentos adequados, e quando associados a menor nível socioeducacional a adesão ao tratamento fica ainda mais prejudicada.

Também está relacionada ao maior risco de desenvolvimento e descontrole pressórico fatores como estresse, transtornos de humor, distúrbio de personalidade. Ainda que a redução nos níveis tensionais seja discreta, técnicas como meditação, yoga, musicoterapia podem ser aliadas ao tratamento multidisciplinar dos pacientes hipertensos.

Em indivíduos normotensos ou pré-hipertensos as mudanças na dieta têm o potencial de reduzir níveis pressóricos e até prevenir desenvolvimento da HAS. O consumo excessivo de sódio associa-se ao aumento pressórico e maior prevalência de HA sistólica com o avançar da idade, bem como a sua restrição mostrou efeito redutor nos níveis pressóricos, sendo este efeito maior em negros, idosos, diabéticos, portadores de síndrome metabólica e DRC.

Com relação aos suplementos, têm evidências significativas a suplementação de potássio, vitamina C, peptídeos bioativos derivados de alimentos, alho, fibras dietéticas, linhaça, chocolate amargo (cacau), soja, nitratos orgânicos e ômega 3, enquanto que a reposição de cálcio, magnésio, vitaminas combinadas, coenzima Q10 não demonstraram significância na redução da pressão arterial.

Diabetes Mellitus

Indivíduos com Diabetes Mellitus (DM), mesmo sem apresentar DCV, possuem risco considerado moderado a elevado de desenvolvimento de eventos vasculares. A DM amplia o Risco Cardiovascular (RC) em homens e triplica em mulheres, o qual é visto como um grande fator de RC, mesmo após ajuste de idade, hipertensão, tabagismo e dislipidemia. Porém, o chamado risco absoluto para eventos cardiovasculares não se apresenta igualmente em indivíduos com DM, sendo, portanto, necessária a avaliação individualizada. A atividade física vem sendo cada vez mais incentivada aos

diabéticos tipo 1, mesmo que algumas precauções necessitem ser tomadas devido a episódios de alteração da glicemia. A prática de atividade física regular reduz a dosagem de insulina, além de uma possível melhora a longo prazo do controle, aumento da sensibilidade à insulina, uma possível diminuição das LDL-c e triglicérides, aumento da HDL-c, diminuição da hipertensão leve e moderada, ampliação da potência aeróbia máxima, melhora da condição cardiorrespiratória e, por conseguinte, qualidade de vida.

Estudos realizados apontam que, os fatores de risco para doença cardiovascular mais evidentes foram a circunferência abdominal ampliada, sedentarismo, sobrepeso, baixa renda, histórico familiar de hipertensão, baixa escolaridade, bem como o histórico de hipertensão do paciente, em que se acredite que a resistência insulínica tende a promover a resistência vascular periférica e assim, eleva a pressão arterial.

Outro ponto importante dos estudos realizados foi de que, priorizou-se a importância da atividade física na redução dos fatores de risco e mortalidade por doenças cardiovasculares entre pessoas com DM2, em que alguns pacientes realizaram atividades durante 10 semanas e apresentaram melhora significativa na glicemia de jejum, Hemoglobina, glicada A 1C , redução de triglicérides, aumento de HDL, redução da frequência cardíaca de repouso, redução do IMC e melhora da função cardíaca.

A prevenção de DCV em pacientes diabéticos possui como foco de intervenção o tratamento da obesidade e modificação da distribuição da gordura corporal. A perda de peso diminui colesterol e triglicérides, bem como aumenta HDL-C, diminui os níveis de pressão arterial, de glicose e a resistência à insulina.

Diante disso, a redução do peso diminui os níveis séricos de marcadores inflamatórios, o que amplia a sugestão de que a modificação no estilo de vida deve ser prioridade. O hábito de fumar, é um fator de risco maior para doença cardiovascular, aumentando o risco de diabetes tipo 2. A Associação Americana de Diabetes recomenda melhor controle metabólico, mediante controle da glicose, da pressão sanguínea e parâmetros da coagulação para diminuir de forma substancial o espectro de DCV em pacientes diabéticos.

Dislipidemia

Quando se fala em prevenção cardiovascular, a doença aterosclerótica – formação de placas de ateroma no lúmen das artérias- tem grande relevância, visto seu impacto sobre a ocorrência de eventos cardiovasculares, principalmente o infarto agudo do miocárdio e o Acidente Vascular encefálico (AVC), causas prevalentes de mortalidade global nos últimos 15 anos. Um evento coronário agudo pode ser a primeira manifestação da doença aterosclerótica em pelo menos metade dos indivíduos e muitas vezes é fatal. Desta forma, a identificação dos indivíduos assintomáticos que estão mais

predispostos é crucial para a prevenção efetiva, com a correta definição das metas terapêuticas individuais. Algoritmos foram criados para estimar o risco de doença aterosclerótica. Segundo a atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose de 2017 é recomendada a utilização do Escore de Risco Global (ERG), que estima o risco de infarto do miocárdio, AVC, ou insuficiência cardíaca, fatais ou não fatais, ou insuficiência vascular periférica em 10 anos. Ele deve ser utilizado na avaliação inicial, ou mesmo em pacientes já em tratamento de dislipidemia ou outras doenças.

A idade mínima de inclusão nos escores clínicos é de 35 anos, com exceção em casos de Hipercolesterolemia Familiar, na qual indivíduos acima dos 10 anos de idade devem ter a análise do perfil lipídico realizada, e, a partir dos dois anos de idade, nas seguintes situações: 1) Histórico familiar de colesterol elevado e/ou de doença arterial coronária precoce. 2) Alterações no exame físico da criança como xantomas, arco corneano, ou fatores de risco (hipertensão arterial, diabetes mellitus, tabagismo e obesidade) ou doença aterosclerótica.

Os principais fatores de risco para a doença aterosclerótica são a hipertensão arterial sistêmica, o diabetes mellitus, obesidade/sobrepeso, consumo exagerado de gorduras saturadas e dieta pobre em legumes e verduras, sedentarismo, tabagismo. Estudos caso-controle, observacionais e genéticos atestam a importância do colesterol plasmático elevado, sendo o principal deles o colesterol LDL, como um dos principais fatores de risco modificáveis para as doenças cardiovasculares (DCV), principalmente para doença arterial coronariana (DAC), mas também para AVC isquêmico. Grandes ensaios clínicos com estatinas demonstram que, quanto maior a redução absoluta do LDL-c, maior a redução do risco relativo de eventos cardiovasculares.

A Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose mantém a recomendação de se alcançar metas de LDL-c (meta primária) e de não HDL-c (meta secundária) de acordo com o risco cardiovascular. Para o subgrupo de indivíduos com risco cardiovascular muito alto, a meta de LDL-c deve ser menor que 50 mg/dL.

Para os indivíduos classificados como de risco cardiovascular alto, esta atualização recomenda meta de LDL-c menor que 70 mg/dL. Para os indivíduos de risco cardiovascular intermediário, esta atualização propõe meta de LDL-c menor que 100 mg/dL. Para indivíduos de baixo risco cardiovascular, a meta de LDL-c deve ser menor que 130 mg/dL.

Não são propostas metas para o HDL-c e não se recomenda tratamento medicamentoso visando à elevação dos níveis de HDL-c. Embora se reconheça a relação epidemiológica inversa entre níveis de HDL-c e incidência de DCV, os estudos de intervenção mais recentes falharam em demonstrar benefício clínico por meio da elevação do HDL-c. Para outras variáveis, como níveis de Apolipoproteínas ou de Lp(a), também não são especificadas metas terapêuticas.

Com relação aos Triglicérides, considera-se que pacientes com valores ≥ 500 mg/dL devem receber terapia apropriada com fibratos para redução do risco de pancreatite. Aqueles com valores entre 150 e 499 mg/dL devem receber terapia individualizada, com base no risco cardiovascular e nas condições associadas.

O tratamento deve ser realizado com medidas clínicas que evitem/controlem os fatores de risco e a associação com medicamentos.

Alimentação saudável

A aderência a alimentação saudável e adequada tem seu papel estabelecido no controle de diversos fatores de risco para o desenvolvimento das DCV, entre eles, o controle da obesidade, diabetes mellitus, dislipidemia e pressão arterial. Diversos estudos buscam avaliar o impacto na redução da mortalidade por DCV no Brasil e no mundo e atualmente os dois perfis de dieta mais aplicados e estudados são os da Dieta Mediterrânea e Dieta DASH.

A dieta Mediterrânea é caracterizada por consumo de alimentos vegetais abundantes (frutas, vegetais, pães, outras formas de cereais, batatas, feijões, nozes e sementes), frutas frescas como sobremesa típica do dia, azeite como principal fonte de gordura, laticínios (principalmente queijo e iogurte), peixe e aves consumidos em quantidades baixas a moderadas, zero a quatro ovos consumidos semanalmente, carne vermelha consumida em pequenas quantidades e vinho consumido em quantidades baixas a moderadas, normalmente durante as refeições. A maior adesão dessa dieta foi efetiva na redução de DCV em diversos estudos, entre eles os mais recentes (2021 e 2023) mostram um Risco Relativo menor nesta população (71 a 76% menos nos pacientes com a dieta mediterrânea).

A dieta DASH (Dietary Approach to Stop Hypertension), foi inicialmente desenvolvida para controlar a hipertensão arterial (um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de DCV), foi concebida na década de 1990, é um padrão alimentar caracterizado por ser rico em verduras, frutas, legumes e laticínios com baixo teor de gordura, incorporando grãos integrais, aves, peixes, nozes e limitando o consumo de gordura saturada, carne vermelha, doces e bebidas que contenham açúcar. Uma metanálise publicada em *Brazilian Journal of Health Review* em 2021 enumerou diversos estudos realizados, onde é possível comprovar os benefícios tanto na redução/controle da hipertensão arterial como em outros desfechos Cardiovasculares importantes. .

Outra preocupação, são as mudanças que ocorreram com o atual estilo de vida da sociedade e na busca por otimização de tempo, novos padrões alimentares vêm ganhando espaço, como o consumo de alimentos ultraprocessados, estudos recentes demonstraram a associação com a maior incidência de DCV em geral e para os subgrupos de doença coronariana e doenças cerebrovasculares.

Diante do exposto, cada vez mais se faz necessária uma abordagem firme e complexa, idealmente de uma equipe multidisciplinar, a fim de garantir abordagens efetivas quanto as mudanças dos hábitos alimentares do seu paciente, aja vista que, parte fundamental dentro de um tratamento é a adesão a terapêutica. Cabe ressaltar que devemos levar algumas particularidades e individualização dos pacientes, levando em consideração fatores importantes como a regionalização e condições socioeconômicas.

Atividade física

Atividade física é um termo que inclui tanto formas estruturadas, quanto não estruturadas de lazer, esporte, transporte, atividades domésticas e relacionadas ao trabalho. Compreende o movimento do corpo, com aumento do gasto energético em relação ao repouso e é classificada em relação à intensidade como leve, moderada ou alta. Define-se exercício físico como um subconjunto de atividades estruturadas, que objetiva a melhora da aptidão cardiorrespiratória, equilíbrio, flexibilidade, força e/ou potência e até mesmo da função cognitiva.

O sedentarismo constitui um importante fator de risco para doenças cardiovasculares (doença coronariana, acidente vascular cerebral, insuficiência cardíaca e doença arterial periférica) devido à associação com níveis elevados de biomarcadores cardiometabólicos e pior perfil de fatores de risco cardiovasculares.

Dentre os comportamentos não sedentários, o menos ativo, mas já é eficaz, ficar de pé. Ficar em pé >2 horas/dia está associado a uma redução de 10% na mortalidade por todas as causas⁵. Ainda, segundo metanálise recente realizada nos EUA, se todos os adultos americanos reduzissem o tempo em que permanecem sentados para menos de 3 horas ao dia, a expectativa de vida aumentaria em 2 anos.

Segundo dados da OMS: “Quatro a cinco milhões de mortes por ano poderiam ser evitadas se a população global fosse mais fisicamente ativa”. Ademais, inúmeras evidências científicas acumuladas ao longo dos anos têm demonstrado a importância da atividade física na prevenção de doenças cardiovasculares e na redução da mortalidade cardiovascular e também por todas as causas, existindo uma correlação dose-dependente entre a prática de atividade física e a redução do risco cardiovascular. Além disso, também contribui para o controle do diabetes tipo 2, vários tipos de cânceres, previne declínio cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade. Semelhantemente, têm sido demonstrado os benefícios da atividade física na prevenção secundária, em paciente que já apresentaram algum evento cardiovascular, melhorando a qualidade de vida, além de redução na mortalidade.

A atividade física melhora o controle da pressão (sistólica e diastólica), melhora a sensibilidade à insulina e o controle glicêmico, incluindo redução de hemoglobina glicada e possibilidade de redução de tratamento

farmacológico. Ajuda no controle da dislipidemia e reduz a inflamação vascular. Também contribui para redução do peso, apesar de que a redução do peso não é obrigatória para que haja redução do risco cardiovascular. Nas mulheres grávidas e no pós-parto, a atividade física reduz o risco de pré-eclâmpsia, hipertensão gestacional, diabetes gestacional, ganho excessivo de peso, complicações no parto e depressão pós-parto.

As diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário realiza as seguintes recomendações de acordo com a faixa etária: Para crianças e adolescentes (5 a 17 anos): pelo menos uma média de 60 minutos por dia de atividade física de moderada a vigorosa intensidade, ao longo da semana, a maior parte dessa atividade física deve ser aeróbica.

Para adultos (18 a 64 anos), Idosos (65 anos ou mais), pessoas com doenças crônicas ou com deficiências (18 anos ou mais): pelo menos 150 a 300 minutos de atividade física aeróbica de moderada intensidade; ou pelo menos 75 a 150 minutos de atividade física aeróbica de vigorosa intensidade; ou uma combinação equivalente de atividade física de moderada e vigorosa intensidade ao longo da semana para benefícios substanciais à saúde. Também é recomendado atividades de fortalecimento muscular de moderada intensidade ou maior que envolvam os principais grupos musculares em dois ou mais dias da semana e, para idosos, adultos com doenças crônicas ou com deficiência, também recomenda-se a realização de atividades físicas multicomponentes que enfatizem o equilíbrio funcional e o treinamento de força com moderada intensidade ou maior, em 3 ou mais dias da semana, para aumentar a capacidade funcional e prevenir quedas.

Para mulheres grávidas e no pós-parto: pelo menos 150 minutos de atividade física aeróbica de moderada intensidade ao longo da semana para benefícios substanciais à saúde. Incorporar uma variedade de atividades aeróbicas e de fortalecimento muscular. Adicionar alongamento leve também pode ser benéfico. Crianças e adolescentes (5 a 17 anos) com deficiência: Pelo menos uma média de 60 minutos por dia de atividade física de moderada a vigorosa intensidade, sendo a maior parte desta aeróbica ao longo da semana. Além de atividades aeróbicas de vigorosa intensidade, assim como aquelas que fortalecem músculos e ossos devem ser incorporadas pelo menos 3 dias por semana.

Para todas as faixas etárias, independente de sexo, fazer alguma atividade física é sempre melhor do que nenhuma. Apesar das recomendações espessas à realização de atividade física pelas diretrizes, tem-se verificado um aumento da inatividade física, que é ainda maior entre o sexo feminino.

Desta forma, evidencia-se a necessidade de maior promoção da atividade física por parte de profissionais da saúde e políticas públicas, com maior disseminação de diretrizes e recomendações para públicos-alvos, realização de campanhas de conscientização a respeito dos benefícios da atividade física, priorizando um forte combate ao sedentarismo.

Tabagismo

O hábito de fumar cigarro ou derivados, como narguilé e cigarro eletrônico, é reconhecido como uma doença que causa dependência física, psicológica e comportamental semelhante ao que ocorre com o uso de outras drogas, como álcool, maconha, crack, cocaína e heroína.

A dependência ocorre pela presença da nicotina nos produtos à base de tabaco e obriga os fumantes a inalarem mais de 4,7 mil substâncias tóxicas, como monóxido de carbono, amônia, cetonas, formaldeído, acetaldeído, acroleína, além de 43 substâncias cancerígenas, como arsênio, níquel, benzopireno, cádmio, chumbo, resíduos de agrotóxicos e substâncias radioativas.

No Brasil, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), 428 pessoas morrem por dia por causa da dependência de nicotina. Estima-se que R\$ 56,9 bilhões são perdidos a cada ano devido às despesas médicas e redução de produtividade. Mais de 156 mil mortes anuais – principalmente em razão do câncer – poderiam ser evitadas. Além disso, a fumaça também pode matar: os fumantes passivos, ou seja, aquelas pessoas que não fumam, mas que convivem com pessoas que fazem uso do tabaco, podem desenvolver várias doenças, principalmente nos ambientes domiciliar e de trabalho.

No mundo, mais de 1,2 milhão de pessoas morrem em decorrência do fumo passivo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Cerca de 50% das mortes evitáveis entre indivíduos fumantes poderiam ser evitadas se esse vício fosse abolido, sendo a maioria por DCVs. São mais de 50 doenças relacionadas ao consumo de cigarro. Os fumantes, comparados aos não fumantes, apresentam um risco 10 vezes maior de adoecer de câncer de pulmão, 5 vezes mais de sofrer infarto, 5 vezes maior de sofrer de bronquite crônica e enfisema pulmonar e 2 vezes mais de sofrer AVC. Nas mulheres, seus efeitos deletérios parecem ser maiores, relacionando-se ao metabolismo acelerado da nicotina, com maior relevância naquelas que fazem uso concomitante de contraceptivos orais.

Os números de cigarros consumidos estão proporcionalmente relacionados ao risco de mortalidade tanto nos homens quanto nas mulheres, notadamente entre pessoas na faixa etária de 45 a 54 anos de idade. E uma das principais substâncias do cigarro que leva ao aparecimento e desenvolvimento de doenças é a nicotina. A nicotina pode ser absorvida por todas as mucosas, principalmente pelas mucosas respiratórias e digestivas, é também absorvida pela pele (Pachá 1980, Rosemberg 1987).

A dependência do cigarro provocada pela nicotina ocorre por ela atuar como um estimulante do sistema nervoso central, levando à liberação de neurotransmissores como a dopamina, norepinefrina e serotonina. Isso resulta em efeitos estimulantes, como aumento da alerta e da concentração, além de uma sensação de prazer e bem-estar. A vontade intensa de fumar

surge quando a taxa de nicotina cai e/ou diante de hábitos associados ao cigarro, como tomar café, falar ao telefone, após refeições, em situações de estresse ou nervosismo. Com o tempo, o cérebro se adapta à presença constante de nicotina, e a abstinência dela pode levar a sintomas de abstinência, como irritabilidade, ansiedade, dificuldade de concentração e desejointenso de fumar.

A nicotina estimula o sistema nervoso simpático, causando aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial. Isso ocorre devido à liberação de catecolaminas como a adrenalina. Além disso, causa constrição dos vasos sanguíneos, o que reduz o fluxo sanguíneo para os tecidos do corpo. Isso pode levar a uma diminuição do suprimento de oxigênio para os órgãos e tecidos, aumentando o risco de doenças cardiovasculares e complicações vasculares.

O consumo de tabaco é o principal fator de risco evitável de doença cardiovascular. De acordo com o U.S. Department of Health and Human Services, existe evidência suficiente de que o consumo de tabaco é causa de aterosclerose, incluindo as formas subclínicas, de doença cerebrovascular, de doença isquêmica coronária, de doença vascular periférica e de aneurisma da aorta abdominal. O desenvolvimento de aterosclerose é o principal processo fisiopatológico que está na origem destas doenças. O tabagismo provoca lesão endotelial, hipercolesterolemia, com aumento das lipoproteínas de baixa densidade, ativação das plaquetas e dos leucócitos, aumento do fibrinogênio e formação de placas inflamatórias, trombos e embolias.

A nicotina e monóxido de carbono são as substâncias que mais exercem influência sobre o coração e vasos, afetando todo o sistema arterial produzindo vasoconstrição, aumentando o estresse oxidativo e induzindo a disfunção endotelial. Ela é responsável pela liberação de catecolaminas, adrenalina e noradrenalina, e consequente aumento da frequência cardíaca e pressão arterial. O monóxido de carbono que possui 250 vezes mais afinidade pela hemoglobina do que o oxigênio formará a carboxihemoglobina, prejudicando a oxigenação dos tecidos e do miocárdio, que em conjunto com a vasoconstrição provocada pela nicotina faz com que haja a obstrução de artérias, capilares e veias.

O tabagismo está associado a maior reatividade vasomotora coronariana, agregação plaquetária e estado pró-trombótico. Há uma relação entre o hábito de fumar e o aumento da Proteína C Reativa (PCR), fibrinogênio e homocisteína. O tabagismo aumenta a inflamação e a hiperhomocisteinemia, que são importantes mecanismos que promovem a aterosclerose.

A doença coronária provocada pelo tabaco pode contribuir para o aparecimento de insuficiência cardíaca congestiva e aumentar o risco de morte súbita.

Medidas e estratégias que desencorajem o tabagismo fazem-se necessárias, a prevenção primordial do tabagismo tem a finalidade de

prevenir a iniciação de fumar. Quanto mais cedo o indivíduo começa a fumar, mais provável que se torne um fumante adulto. Após um ano, as crianças inalam a mesma quantidade de nicotina por cigarro que os adultos; elas experimentam, igualmente, os sintomas da dependência e da abstinência; tal dependência pode se desenvolver muito rapidamente nas crianças. Cerca de 80% de todos os indivíduos que começam a fumar na adolescência continuarão a fazê-lo na idade adulta, e um terço destes morrerá prematuramente devido a doenças relacionadas ao tabagismo.

A prevenção primordial visa criar ambientes sociais e culturais que desencorajem o tabagismo desde o início, promovendo estilos de vida saudáveis e reduzindo os danos à saúde causados pelo tabaco. Essa abordagem é essencial para lidar com o tabagismo como um problema de saúde pública.

Em conclusão, o tabagismo representa uma das maiores ameaças à saúde pública em todo o mundo, apresentando uma variedade de riscos e consequências adversas para a saúde.

A exposição aos produtos químicos presentes na fumaça do tabaco está associada a uma série de doenças graves, incluindo doenças cardiovasculares, câncer, doenças respiratórias crônicas e complicações durante a gravidez. Além disso, o tabagismo passivo também representa um risco significativo para a saúde, afetando não apenas os fumantes ativos, mas também aqueles que são expostos à fumaça de segunda mão. É fundamental destacar a importância da cessação do tabagismo como uma medida crucial para reduzir esses riscos à saúde. Tanto medidas comportamentais quanto farmacológicas podem ser eficazes para ajudar os fumantes a parar de fumar e melhorar sua saúde a longo prazo.

Além disso, a prevenção primordial, que visa evitar que as pessoas comecem a fumar, é essencial para reduzir o impacto do tabagismo na sociedade. Investir em programas de conscientização, políticas de controle do tabaco e ambientes livres de fumo são passos importantes na promoção de comunidades mais saudáveis e na redução dos danos causados pelo tabaco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo de revisão mostra a importância da prevenção cardiovascular para a redução da morbimortalidade das doenças cardiovasculares e seu impacto na saúde pública, devendo ser prioridade a adoção de estratégias de prevenção primária em pacientes de alto e intermediário risco e objetivando o controle rigoroso dos fatores de risco modificáveis e de comorbidades associadas ao risco cardiovascular, para então modificar o desfecho comum destes pacientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Agostino RB Sr, Vasan RS, Pencina MJ, Wolf PA, Cobain M, Massaro JM, et al. General cardiovascular risk profile for use in primary care: the Framingham Heart Study. *Circulation*. 2008;117(6):743-53.
2. Akosah KO, Schaper A, Cogbill C, Schoenfeld P. Preventing myocardial infarction in the young adult in the first place: how do the National Cholesterol Education Panel III guidelines perform? *J Am Coll Cardiol*. 2003;41(9):1475-79.
3. Appel LJ, Moore TJ, Obarzanek E, Vollmer WM, Svetkey LP, Sacks FM, Bray GA, Vogt TM, Cutler JA, Windhauser MM, Lin PH, Karanja N. A clinical trial of the effects of dietary patterns on blood pressure. DASH Collaborative Research Group. *N Engl J Med*. 1997 Apr 17;336(16):1117-24. doi: 10.1056/NEJM199704173361601. PMID: 9099655.
4. Bai Z, Chang J, Chen C, Li P, Yang K, Chi I. Investigating the effect of transcendental meditation on blood pressure: a systematic review and meta-analysis. *J Hum Hypertens*. 2015;29(11):653-62.
5. Baigent C, Blackwell L, Emberson J, Holland LE, Reith C, Bhalra N, et al; Cholesterol Treatment Trialists' (CTT) Collaboration. Efficacy and safety of more intensive lowering of LDL cholesterol: a meta-analysis of data from 170 000 participants in 26 randomised trials. *Lancet*. 2010;376(9753):1670-81.
6. Barter PJ, Caulfield M, Eriksson M, Grundy SM, Kastelein JJ, Komajda M, et al; ILLUMINATE Investigators. Effects of torcetrapib in patients at high risk for coronary events. *N Engl J Med*. 2007;357(21):2109-2122.
7. Blood Pressure Lowering Treatment Trialists' Collaboration. *Lancet*. 2021 May 1;397(10285):1625-1636. doi: 10.1016/S0140-6736(21)00590-0.
8. BOATENG D, et al. Dietary Patterns Are Associated with Predicted 10YearRisk of CardiovascularDisease Among Ghanaian Populations:the Research on Obesity and Diabetes in African Migrants (RODAM) Study. *J Nutr*, 2019;149(5):755–769.
9. BRAUNWALD, Eugene. et al. Tratado de doenças cardiovasculares. 11a Ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2022.
10. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.4, p. 14497-14511 jul./aug. 2021.
11. Chacra, A.P.M., Filho, R.D.S.: Quando e como avaliar o risco cardiovascular global em indivíduos aparentemente normais – ou check-up para todos. *Rev Soc Cardiol Estado de São Paulo* 2019;29(1):46-52.

12. Chien KL, Hsu HC, Su TC, Chen MF, Lee YT, Hu FB. Apolipoprotein B and non- high density lipoprotein cholesterol and the risk of coronary heart disease in Chinese. *J Lipid Res.* 2007;48(11):2499-505.
13. Dalton Bertolim Prêcoma , Gláucia Maria Moraes de Oliveira, Antonio Felipe Simão, et al. Sociedade Brasileira de Cardiologia. Atualização da Diretriz de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 2019. *Arq Bras Cardiol.* 2019 Atualização da Diretriz de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 2019.pdf (usp.br)
14. Denollet J, Gidron Y, Vrints CJ, Conraads VM. Anger, suppressed anger, and risk of adverse events in patients with coronary artery disease. *Am J Cardiol.* 2010;105(11):1555-60.
15. Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário: num piscar de olhos 2020 [WHO guidelines on physical activity and sedentary behavior: at a glance] ISBN 978-65-00-15021-6 (versão digital) Disponível em <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/336657/9789240015111-eng.pdf>
16. Doundoulakis I, Farmakis I, Christoglou M, et al. Effects of dietary interventions on cardiovascular outcomes: a network meta-analysis. *Clinical Nutrition ESPEN.* 2021;46:PS739.
17. EIJSVOGELS, Thijs MH. et al. Exercise at the Extremes: The Amount of Exercise to Reduce Cardiovascular Events. *Journal of the American College of Cardiology.* Vol. 67, N. 3, 2016.
18. Faludi AA, Izar MCO, Saraiva JFK, Chacra APM, Bianco HT, Afiune A Neto, et al. Sociedade Brasileira de Cardiologia. Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. *Arq Bras Cardiol.* 2017;109(2 Suppl 1):1-76.
19. FORMAGINI, Taynara Dutra Batista. Intervenções de Cessação de Tabagismo em Fumantes Leves: Uma Revisão Sistemática. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG, Brasil. v. 20, n. 2. 2015.
20. Jernberg T, Hasvold P, Henriksson M, Hjelm H, Thuresson M, Janzon M. Cardiovascular Risk in Post-Myocardial Infarction Patients: Nationwide Real World Data Demonstrate the Importance of a Long-Term Perspective. *Eur Heart J.* 2015;36(19):1163-70.
21. Jortveit J, Halvorsen S, Kaldal A, Pripp AH, Govatsmark RES, Langørgen J. Unsatisfactory Risk Factor Control and High Rate of New Cardiovascular Events in Patients with Myocardial Infarction and Prior Coronary Artery Disease. *BMC Cardiovasc Disord.* 2019;19(1):71.
22. KATZMARZYK, Peter T; LEE, I-Min. Sedentary behaviour and life expectancy in the USA: a cause-deleted life table analysis. *BMJ Open.* 2012.
23. Lederle FA, Bloomfield HE. Drug treatment of asymptomatic hypertriglyceridemia to prevent pancreatitis: where is the evidence? *Ann Intern Med.* 2012;157(9):662-4.

24. LOPES, Gabrielle Moreno. et al. A prática de atividades físicas regulares como estratégia para o controle e prevenção da hipertensão arterial: Uma revisão integrativa. *Revista de Epidemiologia e Saúde Publica*. v. 2, n. 1, 2024.
25. Mathers CD, Stevens GA, Boerma T, White RA, Tobias MI. Causes of international increases in older age life expectancy. *Lancet*. 2015;385(9967):540-8.
26. MONTANARI, Giulia et al. Prevenção do risco cardiovascular entre pessoas com diabetes: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Unilago, Grandes Lagos*, v. 2, n. 31, p. 1-10, abr. 2020.
27. Oliveira GMM, Brant LCC, Polanczyk CA, Malta DC, Biolo A, Nascimento BR, et al. *Cardiovascular Statistics - Brazil 2021*. *Arq Bras Cardiol*. 2022;118(1):115-373.
28. Organização Pan Americana da Saúde. Doenças cardiovasculares continuam sendo principal causa de morte nas Américas. Washington, DC: OPAS 2021. Available from: <https://www.paho.org/pt/noticias/29-9-2021-doencascardiovasculares-continuam-sendo-principal-causa-morte-nasamericas>.
Acessado em 2024 (22 abril)
29. Padwal R, Hackam D, Khan N, Tobe S. Primary prevention of CVD: modification of diet in people with hypertension. *BMJ Clin Evid*. 2016 Jan;2016:pii:0214.
30. Pant A, Gribbin S, McIntyre D, et al. Mediterranean diet and risk of cardiovascular disease and death in women: a systematic review and meta-analysis. *J Am Coll Cardiol*. 2023;81:(8_Supplement):1723.
31. Piepoli MF, Hoes AW, Agewall S, Albus C, Brotons C, Catapano AL, et al. 2016 European Guidelines on cardiovascular disease prevention in clinical practice. The Sixth Joint Task Force of the European Society of Cardiology and Other Societies on Cardiovascular Disease Prevention in Clinical Practice (constituted by representatives of 10 societies and by invited experts). *Eur Heart J*. 2016;37(29):2315-81.
32. PORTAL, Vera Lúcia et al. Prevenção da Doença Cardiovascular no Diabetes Mellitus. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v. 8, n. 15, p. 1-7, ago. 2006.
33. PRECOMA, Dalton Bertolim; OLIVEIRA, Gláucia Maria Moraes De; SIMÃO, Antonio Felipe; e outros. *Diretriz Atualizada de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia - 2019*. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0066-782X2019001000787&script=sci_arttext; Acesso em: 4 abr. 2024.

34. Programa Nacional de Controle do Tabagismo - Tabagismo Passivo e ambientes livres da fumaça do tabaco. INCA – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva . 2013.
35. RIQUE, Ana Beatriz Ribeiro; SOARES, Eliane De Abreu; MEIRELLES, Cláudia De Mello. Nutrição e exercício na prevenção e controle das doenças cardiovasculares. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* , v. 6, pág. 244–254, 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922002000600006&lng=pt&lng=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.
36. SPOSITO, A. C. et al. IV Diretriz Brasileira Sobre Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose Departamento de Aterosclerose da Sociedade Brasileira de Cardiologia. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*. vol. 88, n. 1, p. 2-19, abril, 2007.
37. Srour B, Fezeu LK, Kesse-Guyot E, Alles B, Mejean C, Andrianasolo RM, et al. Ultra-processed food intake and risk of cardiovascular disease: prospective cohort study (NutriNet-Santé). *BMJ* 2019; 365:l1451.
38. Staessen JA, Li Y, Thijs L, Wang JG. Blood pressure reduction and cardiovascular prevention: an update including the 2003-2004 secondary prevention trials. *Hypertens Res*. 2005;28(5):385-407.
39. Stamler J. The INTERSALT Study: background, methods, findings, and implications. *Am J Clin Nutr*. 1997;65(2 Suppl):626S-42.
40. THOMAS, Randal J. Cardiac Rehabilitation - Challenges, Advances, and the Road Ahead. *The New England Journal of Medicine*. 2024.
41. Weimar Kunz Sebba Barroso , Cibele Isaac Saad Rodrigues , Luiz Aparecido Bortolotto, et al. Sociedade Brasileira de Cardiologia. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial-2020. *Arq Bras Cardiol*. 2021.
42. Willett WC, Sacks F, Trichopoulos A, Drescher G, Ferro-Luzzi A, Helsing E, Trichopoulos D. Mediterranean diet pyramid: a cultural model for healthy eating. *Am J Clin Nutr*. 1995 Jun;61(6 Suppl):1402S-1406S. doi: 10.1093/ajcn/61.6.1402S. PMID: 7754995.
43. Williams B, Mancia G, Spiering W, Agabiti Rosei E, Azizi M, Burnier M, et al. 2018 ESC/ESH Guidelines for the management of arterial hypertension: The Task Force for the management of arterial hypertension of the European Society of Cardiology and the European Society of Hypertension: The Task Force for the management of arterial hypertension of the European Society of Cardiology and the European Society of Hypertension. *J Hypertens*. 2018;36(10):1953-2041.
44. Wilson PW, D'Agostino RB, Levy D, Belanger AM, Silbershatz H, Kannel WB. Prediction of coronary heart disease using risk factor categories. *Circulation*. 1998;97(18):1837-47.

45. Yusuf S, Hawken S, Ounpuu S, et al: Effect of potentially modifiable risk factors associated with myocardial infarction in 52 countries (the INTERHEART study): case-control study. *Lancet* 364: 937–952, 2004
46. Yusuf S, Joseph P, Rangarajan S, Islam S, Mente A, Hystad P, et al. Modifiable Risk Factors, Cardiovascular Disease, and Mortality in 155 722 Individuals from 21 High-Income, Middle-Income, and Low-Income Countries (PURE): A Prospective Cohort Study. *Lancet*. 2020;395(10226):795-808.
47. Zanini CR, Jardim PC, Salgado CM, Nunes MC, Urzêda FL, Carvalho MV, et al. Music therapy effects on the quality of life and the blood pressure of hypertensive patients. *Arq Bras Cardiol* 2009;93(5):534-40.

CAPÍTULO 7

CONHECENDO O SETOR CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO: UMA IMERSÃO NO PERFIL DOS PROFISSIONAIS E PROCESSOS

Francisco Alain Peixoto de Sousa

Enfermeiro. Mestrando em Ensino na Saúde Universidade Estadual do Ceará
(CMPES/UECE)

Tatiana de Araújo Tavares Bernardo

Enfermeira. Especialista em Enfermagem Dermatológica (FACULEST)

Caio Bruno Alves Lopes

Enfermeiro. Especialista em Auditoria nos Serviços de Saúde. (DNA)

Kelvia Abreu Carneiro

Enfermeira. Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará (FAECE)

Regisvânia Maria Cardoso de Souza

Enfermeira. Centro Universitário Ateneu – Unidade Harmony. (UNIATENEU)

RESUMO

As Centrais de Materiais e Esterilização (CMEs) são setores, dentro dos hospitais e instituições de saúde, destinados ao processamento de materiais que serão utilizados nos pacientes em diversos procedimentos. O presente estudo destina-se a descrever e destacar os processos que ocorrem nos setores de CMEs, para adequação e utilização dos materiais esterilizados, assim como o perfil dos profissionais atuantes neste setor. Entende-se que para um setor atuante em consonância com a necessidade dos procedimentos cirúrgicos é necessário profissionais capacitados que entendam de todos os processos desde a fase de pré-limpeza até a distribuição dos materiais estéreis e também da utilização de materiais e equipamentos médico-hospitalares. O estudo apresentou as fases de processamento de produtos, e o perfil dos profissionais que trabalham nas CMEs, assim como a importância da capacitação dos profissionais desse setor.

Palavras-chave: Enfermagem; Central de Material; Esterilização.

INTRODUÇÃO

O setor Central de Material Esterilizado (CME) é o departamento que assume a responsabilidade de conduzir o processamento dos artigos dentro

das Instituições de Saúde, o setor é composto e gerenciado predominantemente por pessoal de enfermagem na maioria das instituições, estabelecendo assim o processamento de artigos médico-hospitalares.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) define o manuseio e preparo dos itens médicos hospitalares como uma série de ações que incluem pré-limpeza, recepção, limpeza, secagem, avaliação da integridade e funcionalidade, preparo de materiais, desinfecção ou esterilização, armazenamento e distribuição aos usuários finais (ANVISA, 2012).

Garantir a segurança e a qualidade do manuseio de artigos médicos, é crucial para prevenir Infecções Relacionadas à Assistência de Saúde (IRAS). Às IRAS são responsáveis por diversas mortes em todo o mundo a cada ano, bem como por permanências prolongadas no hospital e aumento das despesas com tratamento. Essas infecções representam uma ameaça significativa para os pacientes e, conseqüentemente, para os serviços de saúde. Nas últimas décadas, a incidência de IRAS tornou-se uma preocupação crescente em todo o mundo, principalmente devido ao surgimento de microrganismos multirresistentes. Conseqüentemente, os serviços de saúde têm sido solicitados a fazer esforços conjuntos para minimizar os riscos das IRAS (ANVISA, 2006).

Portanto, o manuseio de artigos médico-hospitalares é uma prática crítica na área da saúde e serve como um dos pilares fundamentais da biossegurança. A biossegurança engloba um conjunto de medidas que visam prevenir, controlar, mitigar ou eliminar riscos inerentes às atividades que podem comprometer a qualidade de vida, a saúde humana e o meio ambiente. Qualquer falha que ocorra durante o manuseio dos artigos pode comprometer sua esterilidade, aumentando assim os riscos de infecções em todos os procedimentos (Madeira *et al.*, 2015).

Embora a importância da enfermagem no contexto do processamento de produtos para saúde, seja devidamente reconhecida e tenha o potencial de provocar uma mudança fundamental nos comportamentos acerca das esterilizações, existem certas deficiências na compreensão de alguns profissionais sobre esse assunto. Conseqüentemente, torna-se necessário envolver-se em novas discussões, considerações e publicações acadêmicas, com o objetivo de fornecer o apoio necessário e aumentar os esforços empreendidos por profissionais dessa área (De Souza *et al.*, 2020).

Portanto, as descobertas atuais disponíveis nas publicações científicas sobre esse tópico têm o potencial de estabelecer uma compilação sistemática dos fatos relativos ao Processamento de Produtos para Saúde (PPS). Conseqüentemente, esta pesquisa possui importância porque envolve a coleta e avaliação desses dados científicos, contribuindo de forma construtiva para diálogos contínuos que buscam aprimorar as práticas dos serviços de Centrais de Materiais.

Sendo assim, o presente estudo objetivou identificar as etapas do Processamento de Produtos para Saúde e o perfil dos profissionais que

atuam nas CMEs nas publicações já existentes e será norteado pela seguinte pergunta: Quais as etapas no Processamento de Produtos para Saúde que uma CME tem que seguir, para considerar adequado e seguro o uso de instrumentais e materiais nos procedimentos em pacientes?

Metodologia

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa do tipo revisão integrativa da literatura. Este tipo de estudo constitui-se de um método que é desenvolvido seguindo uma sucessão de etapas: identificação do tema e seleção da questão da pesquisa; estabelecimento dos critérios de exclusão e inclusão dos artigos a serem revisados; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; análise e interpretação dos resultados e a apresentação da revisão ou síntese do conhecimento (Scorsoline-Comin, 2021).

A busca das publicações para comporem o presente artigo deram-se nas seguintes fontes de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e a biblioteca digital Scientific Electronic Libray Online (SciELO), assim como livros e manuais sobre o assunto. Foram utilizados os descritores de saúde (Decs): Enfermagem, Central de Material e Esterilização.

Como critérios de inclusão do estudo foram selecionados artigos publicados no período de 2018 a 2024, disponíveis em idioma português e inglês, de forma gratuita e integral nas fontes de pesquisas referidas anteriormente. Já como critérios de exclusão foram os artigos que não estivessem disponíveis completos e gratuitamente nas plataformas citadas anteriormente.

Desenvolvimento

Todos os materiais que precisam ser utilizados nos pacientes necessitam passar por uma série de etapas para garantir sua segurança, etapas que serão descritas a seguir (SOBECC, 2017).

- Pré-Limpeza – A pré-limpeza consiste na remoção da sujidade visível de Produtos Para Saúde logo após o uso, antes da limpeza propriamente dita, evitando assim a formação de biofilme;
- Limpeza – É a prática da remoção de todas as sujidades presente na superfície, reentrâncias, articulações e lumens e outros espaços internos dos materiais e instrumentais, visando remover resíduos orgânicos e inorgânicos, como proteínas, sangue, biofilmes ou endotoxinas.
- Preparo – Inicia-se com a inspeção da limpeza, na busca por matérias orgânicas ou inorgânica que possam interferir na eficiência dos agentes esterilizantes, passando assim ao preparo nas mais diversas formas de invólucros de acordo com o material a ser esterilizado.

- Esterilização – É a etapa que pode ocorrer de forma física, química ou Física-Química, levando ao processo pelo qual os microrganismos são mortos a tal ponto que não seja mais possível detectá-los no meio de cultura padrão onde previamente haviam proliferado.
- Armazenamento – É o setor onde o material após o processo de esterilização, fica disponibilizado para ser utilizado, sendo um setor de acesso restrito e controlado.
- Distribuição - Essa é a etapa em que o material é selecionado e distribuído de acordo com sua necessidade, para ser utilizado nos pacientes.

A enfermagem tem se dedicado à prestação de cuidados aos indivíduos, que é um aspecto central de sua prática profissional desde sempre. Para garantir que esse cuidado seja de alta qualidade, a utilização de ferramentas e instrumentos, na execução dos processos de trabalho é fundamental. Esses recursos facilitam a integração do conhecimento teórico com a aplicação prática (Felipe e Spiri, 2019). E as atividades dos profissionais de enfermagem que atuam na Central de Material e Esterilização se norteia por esses protocolos e processos pois é um setor muito específico dentro de uma instituição hospitalar com muitos maquinários e equipamentos que necessitam de manuseio adequado para o bom andamento do serviço.

Nesse contexto específico, é crucial enfatizar a importância do domínio no qual os produtos de saúde são processados com a finalidade de atendimento necessário ao paciente. Essa área, responsável por atender às demandas de serviços de praticamente todos os departamentos de um hospital, abrange uma ampla variedade de materiais com diversos perfis profissionais, atuando no setor. Isso ressalta ainda mais a necessidade de profissionais bem treinados, capazes de lidar com proficiência em todas as complexidades associadas à prestação de serviços neste domínio, além de possuírem experiência na utilização de tecnologia avançada para facilitar a comunicação durante todo o processo de trabalho (Silva e Vermieiro, 2019).

O profissional que atua nesta unidade deve possuir características e habilidades cruciais, incluindo, mas não se limitando a, responsabilidade, iniciativa, equilíbrio emocional, trabalho em equipe, proficiência organizacional, facilidade em utilizar especificações e padrões com a memória, agilidade e destreza manual, podendo perpassar por diversas áreas. Além disso, é importante que eles possuam conhecimento e sigam os princípios das técnicas assépticas, bem como utilizem obrigatoriamente equipamentos de proteção individual (EPI). Consequentemente, a lotação no CME exige indivíduos com treinamento suficiente para executar técnicas especializadas que minimizem erros e falhas, dada a crescente complexidade do PPS processado e a utilização cada vez mais predominante de materiais implantáveis, que representam um desafio diário nesse ambiente (Lounay *et al*, 2023).

Na CME, dentre os profissionais que atuam nesse setor, pode ser destacado o Enfermeiro, que enfrenta diversos desafios, um desses desafios é a tarefa de supervisionar profissionais que possuem o treinamento e as qualificações necessárias para realizar os serviços prestados neste departamento. A supervisão desses profissionais desempenha um papel significativo em moldar e afetar o desempenho da equipe, influenciando, em última instância, a qualidade do atendimento prestado aos pacientes segurados. Os gerentes encarregados de liderar essas equipes devem se esforçar consistentemente para obter apoio para a aquisição de novos conhecimentos por meio de capacitações e treinamentos contínuos conduzidos com suas respectivas equipes de trabalho (Fonseca *et al.*, 2024).

A função executada no gerenciamento dos recursos humanos é considerada indispensável, portanto, é importante que os enfermeiros estabeleçam um relacionamento eficiente com a equipe multidisciplinar do CME, o Conselho de Enfermagem e outros serviços. Da mesma forma, os funcionários do Centro de Materiais, devem se manter atualizados com os mais recentes tipos de materiais e equipamentos disponíveis no mercado. Em todas as CMEs, desde o início, a tarefa de realizar o trabalho foi atribuída exclusivamente à equipe de enfermagem. Nesse contexto, os profissionais de enfermagem são responsáveis por tarefas administrativas como Responsável Técnico (RT) e tarefas operacionais como operadores de plantão no setor central de materiais e esterilização de um complexo hospitalar público ou privado (Moreira; Lima; Vektorazo, 2022).

Com o propósito de mitigar possíveis erros dentro de uma CME que possam causar possíveis danos aos pacientes, estudiosos como (Ribeiro *et al.*, 2019), apresentaram estratégias como a Educação Continuada em todos os processos desse setor. Em seu estudo foi apresentado conhecimento limitado sobre os processos, essa deficiência pode ser corrigida reconhecendo a importância de tal medida, a Educação Continuada, a fim de aprimorar a competência de cada profissional atuante no setor, e esses esforços devem ser focados na implementação de medidas tangíveis que abordem principalmente o manuseio adequado de artigos e equipamentos médico-hospitalares e a utilização eficiente de inovações tecnológicas.

Diante desses obstáculos, é necessário que os enfermeiros do CME possuam as qualificações necessárias em termos de conhecimento técnico. Além disso, eles devem demonstrar capacidade em gerenciamento de processos, gerenciamento de recursos e gerenciamento de pessoas, ao mesmo tempo em que enfatizam o desenvolvimento de uma equipe competente e eficiente dentro do CME. Este setor em particular é de extrema importância no campo dos serviços de saúde. Outro aspecto crucial é o investimento em treinamento adequado e contínuo, essencial para que esses profissionais desempenhem suas funções com eficiência e segurança (Oliveira *et al.*, 2023).

Com base nos dados analisados, considera-se importante ressaltar que a natureza indispensável do papel do enfermeiro na prevenção de

infecções dentro das Centrais de Materiais é crucial para o funcionamento eficaz do setor de saúde e das áreas dependentes desse centro para a execução de cuidados e procedimentos. Consequentemente, é importante manter consistentemente os incentivos contínuos de desenvolvimento profissional para os funcionários desse setor, dado o compromisso significativo e a noção de que o alcance no objetivo do serviço prestado apóia a mitigação dos riscos relacionados à contaminação química, física ou biológica (Moreira; Lima; Vetorazo, 2022).

Desta forma, entende-se que uma equipe de enfermagem atuante em uma Central de Material e Esterilização, coesa e com uma coordenação atuante e participativa dentro do setor, seguindo todos os processos necessários para uma aplicação adequada de matérias em todas as suas fases, podem facilitar todo o funcionamento deste departamento tão complexo, produzindo assim materiais de qualidade e seguros, livre de agentes infecciosos que possam causar danos aos pacientes (De Araújo *et al*, 2023).

Conclusão

A CME desempenha um papel fundamental na garantia da segurança do paciente dentro de instituições de saúde. Ao longo deste estudo foi explorado os processos intrincados envolvidos nesse setor, desde a recepção dos instrumentais até sua esterilização e distribuição. A importância da CME reside na prevenção de Infecções Relacionadas a Assistência de Saúde (IRAS), uma vez que o instrumental processado de forma inadequada, pode ser veículo de micro-organismos patogênicos. Essa função crítica destaca a necessidade de procedimentos rigorosos e eficientes na CME para garantir a segurança e o bem-estar dos pacientes.

Além disso, a CME está intimamente ligada a segurança do paciente, pois a qualidade dos instrumentais esterilizados impacta diretamente os resultados clínicos. Infecções hospitalares representam um sério desafio para a saúde pública, e a esterilização adequada dos materiais é uma estratégia essencial na prevenção dessas complicações. Portanto, a eficiência e a precisão dos processos na CME são cruciais para mitigar os riscos de infecções e promover a recuperação segura dos pacientes.

Para garantir a eficácia dos procedimentos na CME, é fundamental contar com profissionais qualificados e dedicados. O perfil dos profissionais que atuam nesse setor é caracterizado por uma combinação de habilidades técnicas, conhecimento especializado e compromisso com as melhores práticas dos processos. Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem são alguns dos profissionais habilitados para atuarem nas CMEs.

Esses profissionais não apenas realizam tarefas operacionais, como também desempenham um papel crucial na garantia da conformidade com as regulamentações e diretrizes de segurança. Sua expertise contribui para a implementação de protocolos eficazes de esterilização, monitoramento de

qualidade e gerenciamento de riscos. Portanto, investir na formação e capacitação desses profissionais é essencial para manter os mais altos padrões de segurança e qualidade na CME.

Em síntese, a Central de Material e Esterilização desempenha um papel crítico na segurança do paciente, garantindo a esterilização eficaz dos instrumentais cirúrgicos. Os processos realizados nesse setor, aliados ao perfil profissional dos indivíduos que nele atuam, são fundamentais para prevenir infecções e promover um ambiente hospitalar mais seguro e confiável para os profissionais e pacientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC Nº 15, de 15 de março de 2012. **Dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.** Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0015_15_03_2012.html> Acesso em 15 jan. 2024.

_____, Ministério da Saúde, Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RE Nº 2.605, de 11 de agosto de 2006. **Estabelece a lista de produtos médicos enquadrados como de uso único proibido de ser reprocessado.** Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2006/res2605_11_082006.html> Acesso em: 20 de jan. 2024.

DE SOUZA, Silvana Silva *et al.* Desafios na implantação de boas práticas na Central de Material e Esterilização e a segurança do paciente. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 11, p. e4760-e4760, 2020. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=a+importancia+da+enfermage+m+nas+centrais+de+materiais&hl=pt-BR&as_sdt=2C5&as_ylo=2019&as_yhi=2024>. Acesso em: 20 jan 2024.

DE ARAÚJO, L. C. S.; PORTUGAL, W. M.; DA SILVA, E. W.; SILVA, R. L. B. A.; PEREIRA, V. G.; DA SILVA, A. C. R.; LUCENA, J. R. J.; SARMENTO, T. P.; VALENÇA, C. S. A. de A.; RAMALHO, C. L. de S.; NEVES, G. B. C. O

IMPACTO DOS CENTROS DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO NA SEGURANÇA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 42–57, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n4p42-57. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih.s/article/view/359>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FELIPE, Tânia Roberta Limeira; SPIRI, Wilza Carla. Construção de um Instrumento de passagem de Plantão. **Revista Enfermagem em Foco**. V. 10 nº 07. 2019. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2451/553>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FONSECA, M. C.; BRAZ, D. C. dos S.; MEDEIROS, M. A. F.; MEDEIROS, R. K. da S.; DE ARAÚJO, K. K. M.; GOMES, A. B. A.; DOS SANTOS, J. Q.; BRITO, M. I. S. G.; DE OLIVEIRA, J. S. A.; DE MEDEIROS, S. M. Atuação do profissional enfermeiro em centros de materiais e esterilização: uma revisão de literatura. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 7092–7110, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.1-428. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2658>. Acesso em: 21 fev. 2024.

LOUNAY, Crala Regina Marques; MEDEIROS, Kamila Aparecida; ALVES, Débora Cristina Ignácio; LOPES, Daniele; DE LIMA, Mediury Moara Plssaia; TONINI, Nelsi Salette. Eventos Adversos e Incidentes Notificados em Centro de Materiais e Esterilização. **Revista SOBECC**. V. 28. 2023. DOI:10.5327/Z14144425202327833. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/833>. Acesso: 21 fev. 2024.

MADEIRA, Maria Zélia de Araújo, *et al.* Processamento de Produtos para Saúde em Centro de Material e Esterilização. **Revista SOBECC**, São Paulo v 20, n4, p.220-227. Disponível em:

<<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/93>>. Acesso em: 19 jan 2024.

MOREIRA, V. A. F.; LIMA, R. L. de; VETORAZO, J. V. P. Atuação do enfermeiro na prevenção de infecção na central de material e esterilização: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 20, p. e11162, 26 out. 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/11162>. Acesso em: 21 fev. 2024.

_____. A. F., Lima R. L. de, & Vetorazo J. V. P. (2022). Atuação do enfermeiro na prevenção de infecção na central de material e esterilização: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, 20, e11162. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reaenf.e11162.2022>. Acesso em 21 Fev. 2024

OLIVEIRA, J. S. M.; DOS SANTOS, R. P. de S.; MENEZES, C. P. F. DESAFIOS NO PROCESSO DE TRABALHO DO ENFERMEIRO NA CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 16, n. 10, p. e3256, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n10-029. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3256>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RIBEIRO, J. M. da S.; do AMARAL, C. A.; de SOUSA, J. P.; DA SILVA, S. L. B.; DE BRITO, R. G.; NEGRÃO, M. de S. O.; POMPEU, J. da S.; DE JESUS, Santos Pedrosa L. T. Avaliação do conhecimento da equipe de enfermagem no processo de esterilização de materiais cirúrgicos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 15, p. e1177, 7 out. 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/1177>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SILVA, Éderson Rodrigo Alves da.; VERMIEIRO, Mara Lourenço. Elaboração de Instrumento para Padronização de Passagem de Plantão no Centro de

Material e Esterilização. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. 2019.v. 13 ano 09. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/issue/view/231>. Acesso em 19 fev. 2024.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio. **Projeto de Pesquisa em Ciências da Saúde: um guia prático para estudantes/** Fábio Scorsolini-Comin. – 1ª Ed. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021. pág. 120-122. ISBN: 978-65-5713-000-1.

SOBECC NACIONAL. **Práticas Recomendadas SOBECC: Centro de Material e Esterilização, Centro Cirúrgico, Sala de Recuperação Pós-Anestésica**. 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2017.

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO INFANTIL NA PANDEMIA DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Camila Gomes do Vale

Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia
Especialista em coordenação e gestão Pedagógica pela
Faculdade Visconde de Cairu
Especialista em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia
Salvador - BA

Daiana Pereira da Cruz

Graduada em Marketing pelo Centro Universitário Jorge Amado
Especialista em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia
Atualmente cursando a especialização em Educação especial inclusiva pela
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
Salvador – BA

Nádia Regina Ferreira Damascena

Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia
Especialista em Educação digital, Universidade do Estado da Bahia
Salvador - BA

RESUMO

O artigo apresenta algumas reflexões sobre a educação digital com a prática pedagógica no uso das TDICs na Educação Infantil em tempos de pandemia em um momento em que as aulas não poderiam ser presenciais surgindo à modalidade da aula remota com o uso das tecnologias digitais. O lócus do estudo é a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) limitando ao curso de especialização em educação digital a distância. O percurso metodológico foi construído por meio da escolha do tema na sequência revisão de fontes secundárias, na qual foram selecionados alguns trabalhos publicados em periódicos indexados em bases de dados da internet, livros, teses e dissertações, além da legislação, sites de mídias televisivas e outras que trazem a compreensão de educação digital e o uso das TDCIs em tempos de pandemia. Portanto, trata de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com intuito de compreender a dinâmica do ensino à distância, os desafios e possibilidades diante do quadro de pandemia.

Palavras-chave: Educação Infantil. TDICs. Pandemia

1. INTRODUÇÃO

O estudo tem por objetivo geral analisar quais são os desafios e possibilidades do uso das Tecnologias Digitais em tempos de pandemia aplicadas em classes de Educação Infantil. Traz algumas reflexões sobre a educação digital com a prática pedagógica no uso das TDICs na Educação Infantil em tempos de pandemia. No momento em que as aulas não poderiam ser presenciais surge a modalidade da aula remota com o uso das tecnologias digitais, que são tecnologias de extrema importância neste momento de pandemia e essenciais para o processo de ensino e aprendizagens de crianças pequenas.

A discussão deste texto tem início com o seguinte questionamento: Quais os desafios e possibilidades do uso das Tecnologias Digitais em tempos de pandemia aplicadas em classes de Educação Infantil? Para tanto, alguns objetivos específicos foram traçados, tais como: o período de crise do novo coronavírus; Identificar os impactos ocorridos pela pandemia em práticas pedagógicas na Educação Infantil; Refletir as Tecnologias Digitais de Informação (TDICs) aplicadas às classes de educação infantil; Analisar os desafios e as possibilidades do uso das tecnologias digitais na Educação Infantil.

O interesse pela pesquisa “A educação digital e a prática pedagógica da Educação Infantil em tempos de pandemia” nasce a partir de pensamentos e vivências de docentes, diante de um cenário caótico e cheio de incertezas sobre o processo de aprendizagem de crianças da primeira infância. O *lócus* do estudo é a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) limitando ao curso de especialização em educação digital a distância.

O percurso metodológico foi construído por meio da escolha do tema na sequência revisão de fontes secundárias, na qual foram selecionados alguns trabalhos publicados em periódicos indexados em bases de dados da internet, livros, teses e dissertações, além da legislação, sites de mídias televisivas e outras que trazem a compreensão de educação digital e o uso das TDCIs em tempos de pandemia. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa. Conforme relata Prodanov e Freitas (2013):

A revisão da literatura demonstra que o pesquisador está atualizado nas últimas discussões no campo de conhecimento em investigação. Além de artigos em periódicos nacionais e internacionais e livros já publicados, as monografias, dissertações e teses constituem excelentes fontes de consulta. Revisão de literatura difere-se de uma coletânea de resumos ou uma “colcha de retalhos” de citações (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 131).

A pesquisa qualitativa é importante porque envolve a escolha e descrição dos problemas, consiste na explicação da realidade. É uma

pesquisa investigativa que possibilita aprofundamento e compreensão sobre a educação digital e o uso das TDICs em momento de pandemia na Educação Infantil. De acordo com Bogdan e Biklen (1994):

Os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte. Para tanto o investigador é o instrumento principal por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 47).

Este estudo busca saber o fenômeno e está organizado em quatro seções: a primeira faz uma exposição sobre a crise ocasionada pelo coronavírus e as mudanças na educação; a segunda traz o conceito de tecnologias e tecnologias digitais de informação e comunicação; a terceira problematiza ensino híbrido e metodologias ativas no contexto do ensino remoto e finaliza com educação infantil na pandemia desafios e possibilidades do uso das tecnologias digitais.

2. A CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS IMPACTOS E MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

É apresentado um breve histórico sobre a pandemia do coronavírus e seus impactos que trouxeram mudanças na maneira de perceber, pensar e fazer educação diante de um momento de crise sanitária que vem afetando a sociedade. O início da pandemia do ano de 2020 trouxe medo e incerteza do presente futuro, vírus este que vitimou várias vidas, trazendo neste momento luto nacional.

Diante deste cenário incerto nos deparamos com as escolas, faculdades e universidades, assim como outros segmentos da sociedade sendo fechadas para conter o avanço e a contaminação do coronavírus. Nesse momento se intensifica as campanhas de prevenção nas mídias, através da tv, rádio, internet e redes sociais do fica em casa, usa álcool em gel, uso constante de máscara, não aglomere e vacina já.

Como afirma Knuppel (2021):

O ano de 2020 e 2021 trouxe desafios incomensuráveis para a educação. Com as escolas e universidades fechadas, as atividades pedagógicas se tornaram mais abrangentes e, por vezes, mais difíceis, como as relacionadas ao acesso à internet, à falta de familiaridade dos professores e alunos com plataformas de aprendizagem, entre outros dispositivos, aumentando as desigualdades educacionais. Mas, ao mesmo tempo, ocorreram oportunidades por meio da aplicação de processos pedagógicos mais flexíveis (KNUPPEL, 2021, p. 29).

Perante a essa situação foram muitos desafios enfrentados pelos professores e alunos, aos professores foram imposto o uso da tecnologia de forma autoritária, pois os mesmo tiveram que trabalhar com as tecnologias mesmo não possuindo familiaridade com as tecnologias digitais, não tiveram formação e tão pouco suporte. Nesse “novo normal” as aulas não eram mais presenciais e sim através de canais digitais como o teams, meet google, whatsapp entre outros.

O certo é que compete à formação de professores abordarem as competências digitais para que os docentes atuem nos processos de transformações educacionais. De igual forma, cabe aos discentes entender as tecnologias em favor da construção de conceitos. (KNUPPEL, 2021, p. 38).

Dialogando com esta perspectiva, afirma que as reconfigurações na educação a partir das relações com as tecnologias incorrem em cenários que propõem novos desafios aos educadores para a construção de habilidades que anteriormente não eram previstas pelo currículo escolar (WOLFF, 2020, p. 12). Assim, surgem alguns questionamentos conforme KNUPPEL (2021): Qual o papel da educação na sociedade tecnológica? Como os avanços tecnológicos impactaram e impactam os processos de ensino e de aprendizagem? Como se percebe as redes digitais nos processos educacionais?

Portanto, o profissional de educação é instigado a entender mais este processo de inovação educacional e a ter fluência digital, o que vai mais além do que o uso e apropriação das tecnologias digitais, o qual possibilita transformar significativamente a forma de pensar e fazer educação, provocando a sua transformação. (KNUPPEL, apud 2021, p. 29).

Assim, se faz necessário os professores deixarem a sala de aula, o quadro, o piloto, para mergulhar em uma nova experiência com o ensino remoto refletindo sobre o uso das tecnologias digitais como meios para o alcance das aprendizagens de crianças. No processo de ensino e aprendizagem pensar no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC não só como instrumentos, mas como parte vital da vida em sociedade. De acordo com as contribuições de Wolff (2020):

O rápido avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) são fruto e, ao mesmo tempo, motor dessa nova forma de produção capitalista. As TDIC têm um impacto na economia, na política e na sociedade, superando seu lugar de ferramenta técnica e adquirindo lugar de cultura (WOLFF, 2020, p. 12).

Conforme as discussões acima as tecnologias digitais são elementos cruciais para o desenvolvimento do sistema capitalista. São as tecnologias a motivação para a produção capitalista que vem impactando a sociedade como todo, assim as TDICs não são meras ferramentas, é cultura. E ainda de acordo com Knuppel (2021):

Pensar na união entre processos tecnológicos, pedagógicos, espacialidade e seres humanos é primordial para o desenvolvimento da educação em todas as partes do mundo. Afinal, práticas pedagógicas que não levam em conta estas relações estão fadadas ao insucesso, sobretudo quando voltadas para o processo de aprendizagem das novas gerações hiperconectadas, polegárinhas com dedos ágeis que utilizam as tecnologias móveis para acessar a internet e redes sociais e os conhecimentos que ali estão. (KNUPPEL, apud 2021, p. 29).

No momento atual em que a tecnologia digital impera e as pessoas estão superconectadas estamos na era digital, inclusive não é incomum ver bebês mexendo no celular dos pais com os dedinhos e já reconhece alguns símbolos ou crianças pequenas que ainda não foram alfabetizadas não terem nenhuma dificuldade em utilizar um smartphone, assim temos o futuro e a nova geração que aprende através da tecnologia digital, e a partir desse complexo processo nos questionamos como conceber e incluir no currículo escolar as tecnologias digitais como meios para facilitar a construção de conceito e conhecimento na aprendizagem de crianças? Para isso é importante trazer o que é o currículo, de acordo Jaqueline Maria (2009):

O currículo representa muito mais do que um programa de estudo, um texto de sala de aula ou um vocabulário de um curso. Mais do que isso, ele representa a introdução a uma forma particular de vida, ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente. (JAQUELINE MARIA 2009, p. 45).

O currículo da Educação Infantil vai muito além de ser um mero documento, ele reflete a vida, portanto deve ser um currículo dinâmico, que deva superar as relações de poder, e ser cada vez democrático, igualitário e emancipatório trazendo as diversidades culturais vivenciadas pelas crianças da educação infantil. Nessa perspectiva esse currículo tem que incluir os costumes e as tradições que essas crianças experimentam em sociedade. Diante dessa idealização de currículo Knuppel (2021) reflete:

O uso indiscriminado das tecnologias e, neste contexto do meio digital, sem a reflexão necessária, leva às abordagens tecnicistas e conduz a educação a processos de alienação frente à realidade, exatamente o contrário do que se visa que é levar os sujeitos à autonomia (KNUPPEL, 2021, p. 37).

A autora Knuppel avalia o uso das TDICs de forma desordenada e faz uma análise crítica do uso das tecnologias digitais na educação que sem as devidas reflexões podem levar às abordagem tecnicistas, dialogando com a referida autora Wolff defende um currículo que trabalhe as habilidades digitais forme pessoas no sentido amplo.

Esta abordagem é vista na discussão por Wolff (2020):

Ao pensar um currículo que trabalhe as habilidades digitais de forma ampla e cidadã, procuramos promover esta reflexão que se faz central para a Academia e que interessa a famílias, educadores e alunos. Buscamos compreender de que forma as mídias digitais podem ser parte de um projeto de ensino mais amplo, que não encare as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) como atividades isoladas e ferramentas para um uso “instrumental”, mas sim inseridas organicamente em um contexto pedagógico carregado de sentido que propicie a reflexão e o pensamento criativo de todos os membros da comunidade escolar (WOLFF, 2020, p.12).

As crianças são seres de direitos que pensa, questiona e cria hipóteses, portanto deve ser respeitada e valorizada em sua identidade, história e vivência em sociedade, assim o fazer educação deve incluir as tecnologias digitais nesse movimento dinâmico porque o digital está no cotidiano das crianças e circula com intensidade na sociedade com o uso da TDIC em movimento. Knuppel (2021) observa:

Tão importante quanto compreender o que é possível e como fazer nesses novos cenários educacionais é entender o que já é feito, sobretudo em uma época de pandemia, quando os caminhos que envolvem o digital evoluíram a uma velocidade espantosa e o uso de tecnologias tornou-se quase obrigatório para a continuidade da educação formal (KNUPPEL, 2021, p. 37).

Sendo assim, a educação se renovou abrindo os horizontes para novas possibilidades de fazer e refletir educação, e perceber como essas crianças que vivem na era digital aprendem com uso das tecnologias digitais e tecnologias digitais móveis.

3. CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS)

Nessa sessão dar-se-á compreender as tecnologias, o que são as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e porque elas são importantes. Sabemos que a tecnologia sempre fez parte das nossas vidas desde os primórdios e ao longo do tempo elas evoluíram juntamente com a evolução humana. De acordo com a reflexão Kenksi (2021):

“As tecnologias estão em toda parte” Elas são essenciais para que possamos viver e conviver em cada época. Como são muitas, e com muitos formatos, as tecnologias são categorizadas pelas suas funcionalidades. Assim, na Pré-História, muitas ferramentas – como facas, agulhas, serrotes, lâminas e pontas de flechas – foram inventadas e utilizadas para garantir a sobrevivência humana. Com o domínio do fogo, eles conseguiram criar tecnologias mais elaboradas, como o cozimento dos alimentos e a forja para produção de metais (KENKSI, 2021, p. 9 e 10).

Diante da afirmação da autora, a relação do homem com a tecnologia não é algo novo, as tecnologias sempre estiveram presentes nas nossas vidas tornando-se instrumentos essenciais para nossa sobrevivência, portanto elas fazem parte da nossa cultura e sociedade. Nessa relação homem, tecnologia, cultura e sociedade a uma relação indispensável. Mais um dado importante é a tecnologia aliada aos avanços da saúde, a autora Kenksi (2021) mostra alguns exemplos da tecnologia na saúde:

As próteses são equipamentos tecnológicos que se incorporam aos nossos corpos e nem pensamos neles como tecnologias. Óculos, lentes de contato, implantes dentários ou auditivos, marca passos, por exemplo, são tecnologias que ajudam as pessoas que precisam desses equipamentos a ter melhor qualidade de vida. Outras tecnologias muito importantes na área da saúde são as vacinas. Elas salvam vidas (KENKSI, 2021, p. 10 e 11).

Esses exemplos confirmam que as tecnologias são diversas e estão presentes em diversos campos do conhecimento da vida humana. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são tecnologias de linguagem digital de comunicação e informação. De acordo com a autora Kenksi (2021):

A mais jovem das linguagens tecnológicas de comunicação e informação é a linguagem digital. É uma linguagem de síntese, em que se articulam a oralidade e a escrita. Todas as possibilidades das linguagens oral e

escrita estão reunidas nos códigos binários da linguagem digital. Com a linguagem digital é possível organizar, reorganizar informações e comunicações variadas, sempre possíveis de atualização, os hipertextos. (KENKSI, 2021, p. 15)

Essa linguagem digital está presente nos ambientes virtuais, no smartphone, notebook, computadores, tablet, tv smart, aipd, relógio inteligente e outros, a linguagem apresenta diversos formatos e símbolos. Logo a linguagem digital é especialista em conectividade e interação. Conforme Kenksi (2021):

O digital possibilita e atualiza todas as linguagens presentes em atos de interação e comunicação. Constrói distintos sentidos em outros contextos. A mensagem em permanente renovação gera novos significados, atualizações e diferentes formas de autoria em colaboração. (KENKSI, 2021, p. 16)

Tecnologias também são linguagens e possibilitam a viabilização de comunicação, interação, o acesso e o compartilhamento de informações por meio da oralidade, da escrita e do digital. (KENKSI, 2021, p. 18) As TDCIs transformaram a educação formal nos últimos dois anos, assim surgiu novas possibilidades de aprendizagens com uso das tecnologias digitais de comunicação e informação.

O uso das TDIC tem influenciado e transformado as interações sociais, as buscas por informações e a produção de novos conteúdos, dentro e fora do contexto escolar. Para Kenski (2003), novas formas de aprendizagem surgiram por meio da interação, comunicação e do acesso a informações propiciadas pelas TDICs. (KENKSI, apud 2021, p. 2)

As TDICs possibilitaram novas formas de acesso às informações para que as pessoas aprendam dentro ou fora da sala de aula.

A seguir veremos a relação entre a aprendizagem e as tecnologias Digitais, apresentada pela autora Kenksi. A autora apresentou um quadro com o título TDICs e modalidades de aprendizagem, a seguir:

Modalidades de Aprendizagem com as TDICs	
Modalidades de Aprendizagem	CARACTERIZAÇÃO
1. Presencial – sala de aula	Aplicativos, sem uso de ambiente virtuais.
2. B-Learning - Blended	Combinação de ensino presencial e a distancia.

3. C-Learning – Cloud	Espaços virtuais abertos para ação e colaboração.
4. E- Learning – EaD	Professores e alunos fisicamente separados no espaço e tempo.
5. M- Learning – Mobile	Uso de dispositivos móveis e portáteis em um processo e contínuo e flexível.
6. P-Learning – Pervasive	Autoformação (MOOCs) e/ou ações personalizadas.
7. T- Learning – Transformative	Uso de várias recursos digitais em espaços presencias.
8. U-Learning -Ubíqua	A aprendizagem ocorre em qualquer local ,com o acesso a informação e interação por meio de diferentes canais, ao mesmo tempo.

Fonte: KENKSI, Vani Moreira. SOCIEDADE TECNOLÓGICA: TECNOLOGIA DIGITAL DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC) p.28, 2021.

De acordo com Kenksi (2021):

Compreendemos que as TDICs viabilizam aprendizagens em diferenciados tempos e espaços, desde que os aprendizes estejam conectados à Internet. Essas condições liberam a necessidade de presencialidade em espaços físicos – salas de aulas, escolas ou demais instituições de ensino – para se informar e aprender. (KENKSI, 2021 p. 29)

As TDICs possibilita aprendizado em tempos e espaços diversos de aprendizagem, os estudos podem ser realizados em grupos ou individual. Para que as pessoas pudessem criar seus próprios caminhos para aprender, assim nos faz refletir sobre a tecnologia das possibilidades do acesso “democrático”.

4. ENSINO HÍBRIDO E METODOLOGIAS ATIVAS NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO

A crise sanitária ocasionada pela pandemia de coronavírus, acarretou diversas mudanças no estilo de vida da população mundial submetendo-a ao isolamento social na tentativa de minimizar a rápida disseminação do vírus. Em meio a esse contexto pandêmico o sistema educacional foi compelido a substituir o ensino presencial, por ensino Remoto Emergencial, para que o processo de aprendizagem pudesse continuar. Normas educacionais excepcionais foram instituídas permitindo a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia do Novo Coronavírus- COVID19. (BRASIL, 2020).

A utilização da Tecnologia da informação e comunicação como mecanismo auxiliar no processo educacional, não é uma inovação, visto que

relatos desse método educacional revelam que os recursos tecnológicos ainda com sua linguagem analógica deram uma contribuição expressiva no processo de Educação a distância, com os cursos de qualificação profissional por correspondência, desenvolvendo o processo de aprendizagem via rádio, correio e outros meios de comunicação.

A EAD foi regulamentada através do decreto 9057 de 25 de maio de 2017, como modalidade educacional, na qual a mediação didática pedagógica nos processos de ensino aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologia da informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliações compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e outros profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL. DECRETO nº 9.057, 2017, p.3)

Embora o Ensino Remoto, tenha características semelhantes à Educação à distância e seja um modelo permeado pelas tecnologias, pesquisadores afirmam que são modalidades distantes. Segundo Moran a Educação a distância é definida como:

O processo de ensino aprendizagem, mediado pelas tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes. (MORAN e VALENTE, 2015, p.1).

Em contra partida, de acordo com os teóricos o Ensino Remoto é uma modalidade que foi instituída em consequência da Pandemia de Coronavírus, a fim de substituir as aulas presenciais. Hitter Denise (2020) “et al” afirma: “ainda que as duas modalidades sejam permeadas pelas tecnologias, práticas diferenciadas são utilizadas no desenvolvimento de suas aulas como: Na Educação à distância as aulas são videoaulas gravadas para todas as disciplinas enquanto as aulas remotas acontecem em tempo real, o professor é o mesmo do presencial. Mas, na EAD o professor é o mediador e para sanar as dúvidas, existe também o tutor, no quesito metodologia das aulas remotas cada professor desenvolve sua metodologia de ensino e aprendizagem sendo que na EAD os professores possuem material padronizado para as disciplinas. As avaliações também transcorrem de forma diferente, visto que na EAD, elas são padronizadas, produzidas e corrigidas

em escala, já no Ensino Remoto, é aplicada com material dinâmico, personalizado elaborado pelo próprio professor de acordo com os conteúdos abordados”.

O momento que estamos vivenciando, com diversas transformações, e inserção das mais veementes tecnologias digitais da informação e comunicação tem demandado mudanças no processo educacional. Colaborando com essa temática Christense; Horn e Staker afirmam que:

O ensino híbrido é um programa de educação formal no qual o aluno aprende pelo menos em parte por meio do ensino online, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, lugar, modo e ou ritmo do estudo, e pelo menos em parte em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência (CHRISTENSEN; HORN; STAKER, 2013, p.7).

Conforme os autores acima o ensino híbrido é um programa de ensino formal, o aluno aprende em parte presencial e em parte online, a autora Knuppel também reflete sobre o hibridismo no contexto da Educação digital. Knuppel (2021) discorrendo sobre o tema afirma que:

O hibridismo como denomina no contexto da Educação digital oferece a estudantes que já fazem uso de tecnologias e das redes sociais em espaços informais, a participação mais acentuada em ambientes de aprendizagem colaborativos. Assim, nas atividades síncronas ou em encontros presenciais consolidam e ampliam determinados projetos de aprendizagem, aproveitando o coengendramento dos espaços geográficos e digitais, por meio da integração das tecnologias analógicas e digitais em contextos multimodais que beneficiem o estudo de culturas plurais (KNUPPEL, 2021, p. 35).

Discorrendo sobre o atual processo de transformação educacional, Gonzalez, em sua entrevista para a Revista Aproximação, relata a passagem da Educação presencial, para Educação Híbrida, e desta para a Educação a Distância, e diante desse contexto afirma a referida autora:

A formação Híbrida nasce como uma necessidade desta transformação digital do estudante que está em sala de aula utilizando tecnologias dentro da sala, para utilizá-la também fora, nesses espaços em que se fazem colaboração, trabalhos em casa, incluindo pessoas que trabalham e estudam. A Educação Híbrida é a resposta a alguém que tem necessidade de mobilidade, de diferentes estudos e trabalhos então lhe dá essa flexibilidade (GONZALEZ, 2019, p.122).

Prosseguindo com suas informações Gonzalez, traz o seguinte questionamento; Quais tecnologias são utilizadas na Metodologia Híbrida? Declara a autora citada:

Sobretudo o que tentamos na docência é aproveitar ao máximo a Prática pedagógica utilizando e desenvolvendo as estratégias cognitivas dentro da aula que favoreçam a presencialidade o trabalho em equipe as aulas invertidas possam desenvolver onde os alunos fazem trabalho de leitura da teria em casa, e a prática é desenvolvida dentro da sala de aula, de tal maneira que o estudante possa desenvolver diferentes competências dentro da sala e fora, desenvolvendo outras que tem relação com o uso de tecnologia, sobretudo alfabetização digital, isto é como utilizar áudio, vídeo, texto e hipertextos, para buscar informações aqui e ali, principalmente para resolver um projeto (GONZALEZ, 2019, p.122).

Em consonância com esse pensamento, Moran conceitua a Educação híbrida abordando diversos contextos do campo educacional; em vista disso afirma o referido autor:

Híbrido significa misturado, mesclado, blended. A educação sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos. Esse processo agora, com a mobilidade e conectividade, é muito mais perceptível, amplo e profundo: é um ecossistema mais aberto e criativo. Podemos ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaços. Híbrido é um conceito rico apropriado e complicado. Tudo pode ser misturado, combinado, e podemos com os mesmos ingredientes, preparar diversos “pratos” com sabores muito diferentes. (MORAN, 2015, p. 12)

Afirma ainda o referido autor que as metodologias ativas são uma importante aliada nesse contexto de construção do conhecimento, visto que, são centralizadas na participação afetiva do educando de forma flexível interligada e híbrida. As metodologias ativas podem ser desenvolvidas através de diversos recursos, porém, de acordo com as pesquisas não devemos afirmar que uma metodologia é melhor que a outra. Moran (2000) ainda diz que

Não se trata de dar receita porque as situações são muito diversificadas. É importante que docente encontre o que lhe ajuda mais a sentir-se bem existe uma variedade dessas estratégias de ensino aprendizagem e que não se pode dizer que uma é melhor que a outra. O importante

é observar qual melhor se adequa a cada contexto e situação, a comunicar-se bem a ajudar os alunos a aprender melhor. (MORAN, 2000, p. 72).

O processo de construção do conhecimento com a utilização das metodologias ativas deve incentivar a liderança a autonomia o empreendedorismo, e o trabalho em equipe, deve também relacionar teoria e prática possibilitando reflexão dos conteúdos e análise de dados. Afirma ainda o referido autor que o currículo, precisa estar ligado à vida e ao cotidiano, precisa fazer sentido ter significado, ser contextualizado.

Há variadas formas de trabalho que podem ser desenvolvidos com as Metodologias ativas, como já foi dito, dentre elas temos a Sala aula invertida que traz como proposta a inversão da forma tradicional da aula, com a entrega antecipada do conteúdo que será abordado na aula para que o aluno estude e se familiarize, permitindo assim um melhor aproveitamento no momento da aula, para sanar dúvidas resolver exercícios, interagir com os colegas sobre o tema anteriormente estudado.

A Aprendizagem por elaboração de projetos é outra forma de trabalhar ativamente com os alunos, visto que as pesquisas apontam que ela auxilia o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em equipe, além da capacidade de liderança permitindo que os mesmos se tornem agentes ativos de seu conhecimento através da elaboração e execução de projetos. Ainda nesse contexto de aprendizagem com o uso de metodologias ativas temos também a Aprendizagem baseada em problemas que está inserida na BNCC entre as competências a ser alcançada na Educação Básica a fim de:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer á abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica a imaginação e criatividade para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções. (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos de diferentes áreas (BRASIL, 2018, p. 9).

Conforme as discussões acima muitos são os benefícios para a aprendizagem através de projetos, pois proporcionam aos alunos a investigação, reflexão, análise crítica e o levantamento de hipóteses e resoluções de problemas. Contribuindo com esses estudos Sahagoff (2019) afirmativa que:

A aprendizagem baseada em problemas tem por objetivo fazer com que os alunos aprendam através de resolução colaborativa de desafios, pois ao explorar desafios, e ao explorar soluções dentro de um contexto de aprendizagem específica, com ou sem o uso das tecnologias incentiva a habilidade de investigar, criar e refletir (SAHAGOFF, 2019, p. 148).

Existem ainda muitas outras formas de se trabalhar com as Metodologias ativas, através da Rotação por Estações, Aprendizagem entre Pares, Aprendizagem em Equipe, Estudo Maker ou Mão na massa, Gamificação, e outros, desde que o professor entenda a sua posição de mediador e proporcione condições ao aluno de ser autônomo e construir seu conhecimento.

5. EDUCAÇÃO INFANTIL NA PANDEMIA E O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

A pandemia do coronavírus proporcionou desafios e mudanças na educação no processo metodológico de ensino e aprendizagem. Durante a pandemia do covid-19 foi necessário adaptar-se a nova realidade com isso adequa-se ao formato de aulas não presenciais e sim online. Como explica Teixeira (2021):

Primeiramente é relevante refletir sobre o contexto político-social e econômico do ano de 2020, caracterizado pela sociedade com forte consumo de TIC, exigindo dos indivíduos competências para dominar as tecnologias presentes no cotidiano, sob pena de ficarem à margem, excluídos digital e socialmente (TEIXEIRA, 2021, p. 117).

O cenário político-social e econômico do ano 2020 no Brasil foi marcado por diversos acontecimentos na esfera política e sanitária. O cenário político foi marcado por escândalos como exonerações de ministros, alta na inflação de produtos e serviços, aumento do dólar, forte influência de propagandas pela compra de eletrônicos, ou seja, pelo consumo de tecnologias digitais. As pessoas que não dominam as tecnologias digitais, ou não têm condições financeiras para tê-las são as consideradas excluídas digital e social. De acordo com Cunha; Ferst; Bezerra (2021).

Estamos atravessando um momento em que as práticas educativas vêm passando por alterações repentinas e também desafiadoras, e diante do atual contexto de pandemia do covid-19 envolvendo principalmente a rotina escolar se tornou eminente a necessidade de se adaptar a essa nova realidade. A forma de ensinar mudou não se pode ir mais a escola como de costume, e o quadro se agrava quando percebemos que a maioria das pessoas não estava totalmente preparada para estas adequações e transformações. Porém, não podemos simplesmente nos manter passivos e assistir a essas mudanças sem participar ativamente delas. (CUNHA; FERST; BEZERRA, 2021, p. 571).

Diante deste cenário pandêmico se faz essencial e necessário adaptar conteúdos ao uso das tecnologias para conter o avanço da covid-19 e para além, continuar com o processo de ensino e aprendizagem das

crianças da Educação Infantil. O momento é desafiador e cheios de questionamentos. Conforme as afirmações Cunha; Ferst; Bezerra (2021):

O maior desafio ainda é a busca por uma metodologia voltada para um ensino produtivo e motivador. Essa é uma meta que recai principalmente sobre os educadores, mas também exige grande responsabilidade da família, que está acompanhando de perto todo esse processo. Como adaptar os conteúdos e as dinâmicas de sala de aula que agora terão de ocorrer em casa e em conjunto com a família? Como não prejudicar o processo de aprendizagem? Como manter os alunos interessados e engajados nas aulas não presenciais? (CUNHA; FERST; BEZERRA, 2021, p. 571).

Utilizar a tecnologia como recurso pedagógico durante o ano de 2020 foi um enfrentamento por parte de muitos educadores e observou-se um ambiente educacional mundial em busca de soluções: o grande desafio ainda é propiciar o acesso para todos os alunos (TEIXEIRA, 2021, p. 121). Conforme as discussões as aulas remotas provocaram desafios com uso das tecnologias digitais que precisaram ser superadas e inclusas no planejamento educacional. A missão não é fácil, pelo contrário é complexa, mas necessária. Como relata Cunha; Ferst; Bezerra (2021):

Baseado no índice de participação dos discentes nas atividades remotas, e nas dificuldades de adaptação dos professores que dependem também de recursos acessíveis e materiais manipuláveis para a sua prática, é sabido que essas novas formas de levar a escola (e os conteúdos) até o aluno estão sendo desafiadoras para todos os envolvidos. Ou seja, tanto para os professores que em tempo recorde tiveram que reinventar o seu plano de aula, se aventurando em um universo desconhecido para muitos, adaptando a forma de ensino e se utilizando de novas tecnologias. (CUNHA; FERST; BEZERRA, 2021, p. 572).

As aulas remotas foram desafiadoras para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, os professores tiveram que utilizar novos recursos e materiais, aos pais à dedicação de incentivar suas crianças a participar das aulas e realizar as atividades através dos seus próprios smartphones, as crianças que embora já tivessem alguma relação com uso das tecnologias digitais naquele momento era desconhecido e estranho, pois, as aulas não eram na escola, mas em suas próprias casas, sem o contato direto com os professores. E Teixeira (2021) pontua:

As famílias, com o ensino remoto oferecido, participaram cotidianamente de um novo formato de acesso à informação, pensando no uso de uma nova plataforma, onde esse adulto iria mediar o acesso da criança à aula *online*. Observou-se a necessidade de realizar uma formação sobre o uso da plataforma *Teams* e dialogar sobre como as famílias poderiam participar das atividades remotas (TEIXEIRA, 2021, p.118).

O formato desse novo contexto de escola digital apesar de trazer muitos desafios, também tem proporcionado possibilidades de aprendizagem dos envolvidos, com a continuidade do processo de ensino das aulas não presenciais. Nesse viés, Cunha; Ferst e Bezerra (2021) lembram que:

O que demanda grande dedicação por parte de todos os envolvidos: escola, professores e pais ou responsáveis, pois ao interagir nesse mundo de diversidade cibernética, a criança tem acesso a um infinito número de possibilidades e novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações. (CUNHA; FERST; BEZERRA, 2021, p. 572).

Conforme as informações das discussões as escolas de Educação Infantil tiveram que reinventar seus planejamentos, planos de aulas, atividades e avaliações, além de proporcionar uma nova forma de interação entre professores e alunos conforme explica Cunha; Ferst; Bezerra (2021) Como aqueles que melhor contemplam as discussões presente neste trabalho.

As interações são feitas todos os dias em um determinado horário de aula, onde os alunos interagem uns com os outros e com o seu (a) professor (a), através de áudios, vídeos e fotos, registrando sua participação e socialização dos conteúdos trabalhados. (CUNHA; FERST; BEZERRA, 2021, p. 575).

Assim, o uso das tecnologias digitais possibilitou o enfrentamento de desafios e a inclusão das TDICs na formação e aprendizagem de crianças da Educação Infantil.

No contexto Educacional Infantil, a integração das mídias às práticas pedagógicas tem sido fomentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que compõem em sua proposta pedagógica curricular para a Educação Infantil eixos norteadores como brincadeiras e interações que garantem experiências que “[...] possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas

fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos". (CUNHA; FERST; BEZERRA, apud 2021 p. 575 e 576).

Conforme os autores os documentos orientadores da educação básica na Educação infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais fomentam o uso das tecnologias no currículo da Educação Infantil através de recursos midiáticos. Para além as tecnologias proporcionam lazer e aprendizagem, formação integral e autonomia das crianças como ressaltam Cunha; Ferst; Bezerra (2021).

O uso da internet, televisão e vídeo na Educação Infantil também pode proporcionar momentos de lazer e aprendizagem. As cores dos desenhos animados e as músicas infantis remetem a criança para o seu imaginário e a ensina a refletir. O diálogo que é estabelecido por meio das interações sociais entre a criança e, a família, o professor, as outras crianças, e também a mídia, é fundamental para o seu desenvolvimento e a sua formação integral. (CUNHA; FERST; BEZERRA, 2021 p. 576).

De acordo com os autores a dialógica entre as interações sociais das crianças com seus familiares, professores e tecnologia é um processo fundamental para sua formação integral. Nessa perspectiva percebemos as mudanças que as tecnologias digitais trouxeram como recursos na aprendizagem de crianças como explicam Cunha; Ferst; Bezerra (2021):

Há alguns anos, as ferramentas de aprendizagem utilizadas pelos docentes na Educação Infantil eram apenas massas, lápis coloridos, brinquedos e brincadeiras, atualmente, entretanto, somados a essas ferramentas estão os recursos tecnológicos e midiáticos, que podem propiciar um ambiente de aprendizagem virtual conectado à realidade das crianças atuais (CUNHA; FERST; BEZERRA, 2021 p. 577).

Conforme as discussões elucidadas acima as tecnologias digitais vieram para acrescentar na aprendizagem das crianças, não é uma disputa com os objetos e materiais concretos, elas vieram auxiliar e enriquecer o repertório na educação como forma de democratizar o acesso ao conhecimento, já que as nossas crianças contemporâneas vivem neste mundo rodeadas pelas tecnologias, não tem como separar a tecnologia que está no cotidiano dessas crianças de sua formação escolar.

6. CONSIDERAÇÕES

Constata-se que diante deste cenário, a tecnologia deve ser inserida juntamente com os materiais tradicionais de aprendizagem para proporcionar e estimular nas crianças à criatividade, a ludicidade, a reflexão, os

questionamentos, as hipótese de maneira prazerosa, formando sujeitos autônomos capazes de compreender e modificar a sua própria realidade. Essa educação fomentada pela tecnologia sozinha não é capaz de formar pessoas de forma integral para essa formação é necessária e fundamental a participação ativa no diálogo entre escola, família, sociedade, cultura e tecnologia para que assim tenhamos a formação integral de crianças nesse processo de aprendizagem com o uso das TDICs.

Apesar das incertezas e despreparos dos docentes diante da implementação de forma emergência das tecnologias com todas as dificuldades e problemáticas enfrentadas na pandemia foram às tecnologias digitais que permitiram que a educação não parasse e continuasse de forma remota em um formato divergente do tradicional.

O que as reflexões nos proporcionam a pensar é que as tecnologias trouxeram novas formas de conceber e fazer educação mostrou que não existe uma única forma ou uma única possibilidade pelo contrário abriu horizontes para novas experiências de aprendizado, o uso das tecnologias digitais não são meras ferramentas, são processos de formação e conhecimento e também forma de enfrentamento da covid. O mundo digital já faz parte da cultura, conhecimento, história e identidade das crianças das classes de Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JUNIOR, J. M.; SOUZA, L. P.; SILVA, N. L. C. **Metodologias ativas: práticas pedagógicas na contemporaneidade**. Campo Grande: Editora Inovar, p. 203, 2019.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Penso Editora, p. 270, 2015.

BEHAR, Patrícia Alexandra. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Artmed Editora, 2009. 316 p.

BEZERRA, Francimara de Souza; Enia Maria Ferst; Jane figueira. **O ensino remoto na Educação Infantil: desafios e possibilidades no uso dos recursos tecnológicos**. 2021. Disponível em: <C:/Users/CLIENTE/Downloads/Ensino%20Remoto%20na%20Educacao%20infantil.pdf>. Acesso em: 1 fev. p. 582, 2022.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, p. 15-80, 1994.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, p. 3-3, 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, p. 600, 2020.

CARVALHO, Maria Jaqueline de Paes de. **Currículo e prática pedagogia na educação infantil.** 2009. 328 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado em Educação) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DOUTORADO EM EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife, 2009.

CHRISTENSEN, Clayton M.; HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Ensino híbrido: uma inovação disruptiva. Uma introdução à teoria dos híbridos,** v. 21, p. 52, 2013.

DE SOUSA CUNHA, Francimara; FERST, Enia Maria; BEZERRA, Nilra Jane Filgueira. **O ensino remoto na Educação Infantil: desafios e possibilidades no uso dos recursos tecnológicos.** Revista Educar Mais, v. 5, n. 3, p. 570-582, 2021. Pag.572.

FERNANDES, Márcio; KNUPPEL, Maria Aparecida; HORST, Scheyla. CONSUMIDOR DIGITAL NÃO. CRIADOR DIGITAL! ENTREVISTA COM SOREYA REYES GONZÁLEZ. **Revista Aproximação,** v. 1, n. 01, p. 122, 2019.

KENKSI, Vani Moreira. **Sociedade tecnológica: tecnologia digital da informação e comunicação (TDIC).** 2021. Disponível em: <C:/Users/CLIENTE/OneDrive/Imagens/especialização/Tecnologia%20Digital%20da%20Informação%20e%20Comunicação.pdf>. Acesso em: 16 jan. p. 52, 2022.

KNUPPEL, Maria Aparecida Crissi. **Sociedade tecnológica: diálogos, cruzamentos e entrecruzamentos.** 2021. Disponível

em:<c:/Users/CLIENTE/OneDrive/Imagns/especialização/Sociedade_Tecnologia-Diálogos_Cruzamentos_e_Entrecruzamento.pdf>. Acesso em: 15 jan. p. 41. 2022.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação à distância.** Summus Editorial, p. 151, 2015.

MORAN, Jose. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento.** Curitiba: CRV, p. 23-35, 2017

MORAN, José Manuel. **Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias Interações,** vol. V, núm. 9, jan-jun, 2000, pp. 57-72 Universidade São Marcos São Paulo, Brasil. Interações, v. 5, n. 9, p. 57-72, 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Método e Técnica da Pesquisa e do Trabalho**

Acadêmico. Disponível em:<
<http://www.faevale.br/Comum/midias/8807f05a-14do4d5bb1ad1538f3aef538/Ebook%20metodologia%20do%20Trabalho%cientifico.pdf>>. Acesso: em: 8 out. 2021 Revista de Ciências Humanas, n. 2, p. 202.

Metodologias ativas: práticas pedagógicas na contemporaneidade. Campo Grande: Inovar, p. 140-152, 2019.

RITTER, Denise; PERIPOLLI, Patrícia Zanon; BULEGON, Ana Marli. **Desafios da educação em tempos de pandemia: Tecnologias e Ensino Remoto.** In: Anais do CIET: EnPED: 2020-(Congresso Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), p. 13, 2020.

SAHAGOFF, Ana Paula da Cunha. **Um estudo sobre práticas pedagógicas.** Andrade Júnior JM, Souza LP, Silva NLC, organizadores, p. 203, 2019.

TEIXEIRA, Carla Brenes. **Aproximação das famílias na escola de Educação Infantil: as contribuições das TDIC.** 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SAO PAULO, 2021.

WOLFF, Carolina Gil Santos. **Ensino remoto na pandemia: urgência e expressões curriculares da cultura digital.** 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em educação) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2020.

CAPÍTULO 9

ANÁLISE DO DISCURSO: UM OLHAR SOBRE AS PROPAGANDAS

Mirian Alves Vieira

Professora de língua Portuguesa, Pós- graduada em Linguística Aplicada,
Graduada em letras – Língua portuguesa pela UEPA.
mirianprofessora10@gmail.com

Pablo Cruz da Silva

Pós-graduação em: Artes na educação infantil e Educação física escolar,
Graduado em Pedagogia.
pablocruzsilva43@gmail.com

Valéria Alves Vieira

Professora, Esp. Em Educação infantil/ Metodologia do ensino de Geografia.
Graduada em Pedagogia/Geografia – UEPA.
vallvaleriaalvesvieira@gmail.com

RESUMO

Este artigo explora a análise do discurso em propagandas, investigando como a linguagem e os elementos visuais são utilizados para persuadir e influenciar o público-alvo. Utilizando a teoria da análise do discurso crítica, o estudo examina uma série de propagandas de diferentes setores para identificar as estratégias discursivas predominantes. O objetivo é compreender como as mensagens são construídas para evocar emoções, reforçar estereótipos e promover ideologias.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Propaganda, Persuasão, Linguagem, Publicidade

INTRODUÇÃO

A propaganda é uma forma poderosa de comunicação que utiliza a linguagem e elementos visuais para influenciar o comportamento e as atitudes dos consumidores. Este artigo se propõe a analisar como as propagandas constroem suas mensagens persuasivas, utilizando a teoria da análise do discurso crítica.

A análise do discurso crítica oferece uma estrutura para entender como o poder e a ideologia são reproduzidos através da linguagem. Fairclough (1995) sugere que a linguagem é um meio pelo qual a desigualdade social pode ser mantida e desafiada. Em propagandas, essa

perspectiva permite examinar como as empresas utilizam o discurso para moldar as percepções do público.

Orlandi discute a forma como a propaganda utiliza a linguagem para moldar e influenciar as percepções do público:

A propaganda trabalha com a significação dos enunciados, manipulando sentidos para orientar comportamentos e criar necessidades. Através da construção discursiva, cria-se uma realidade que apela ao desejo e à identificação do sujeito com o produto oferecido (Orlandi, 2001)

O autor sugere que a propaganda não se limita apenas a divulgar informações ou produtos, mas também a moldar o significado e a percepção que o público tem sobre esses produtos ou mensagens. Dessa forma a propaganda atua no campo das significações, construindo e transmitindo sentidos específicos que influenciam como as pessoas compreendem e se relacionam com o que está sendo anunciado.

Essa abordagem reconhece que a propaganda é uma ferramenta poderosa na construção de narrativas e símbolos que podem criar ou reforçar determinados valores, atitudes e comportamentos. Por exemplo, ao associar um produto com sucesso, felicidade ou status, a propaganda está atribuindo significados que vão além das características físicas do produto, influenciando a maneira como os consumidores percebem e desejam esse produto.

1.METODOLOGIA

Para esta análise, foram selecionadas propagandas de diferentes setores, incluindo automóveis, cosméticos e tecnologia. As propagandas foram analisadas utilizando uma abordagem qualitativa, focando nos elementos linguísticos (escolha de palavras, estrutura das frases) e visuais (cores, imagens, layout).

Um exemplo clássico de propaganda que utiliza o discurso para moldar as percepções do público é a campanha "Red Bull te dá asas". Essa campanha de publicidade é um estudo interessante sobre como uma marca pode usar linguagem e imagens para criar e reforçar uma percepção específica de seu produto. Vamos analisar como essa propaganda funciona:

Red Bull: "Red Bull te dá asas"



Disponível em:

<https://tudooquevocejaouviujaleu.wordpress.com/2010/01/21/redbull/>

Slogan e Linguagem Persuasiva:

- Slogan: “Red Bull te dá asas” é uma frase simples, mas poderosa, que sugere que o consumo do produto pode proporcionar energia, liberdade e capacidades além do comum.
- Linguagem Emocional: A escolha da palavra “asas” evoca uma sensação de liberdade, poder e potencial ilimitado, conceitos que são emocionalmente atraentes para muitos consumidores.

Representação Visual:

- Animações: As propagandas da Red Bull frequentemente utilizam animações humorísticas que mostram personagens ganhando “asas” metafóricas ao beber a bebida, realizando feitos incríveis que seriam impossíveis na vida real.
- Cores e Imagens: O uso de cores vibrantes e cenas dinâmicas reforça a ideia de energia e vivacidade. As imagens geralmente incluem esportes radicais e atividades de alta adrenalina, associando o produto a um estilo de vida ativo e emocionante.

Público-Alvo e Identidade:

- Jovens Adultos: A campanha é claramente direcionada a jovens adultos que buscam mais energia e excitação em suas vidas. Red Bull se posiciona como um aliado para aqueles que querem viver a vida ao máximo.

- **Cultura Jovem:** Ao patrocinar eventos esportivos radicais e de alta intensidade, como competições de esportes extremos, a marca reforça sua associação com um estilo de vida jovem e ativo.

Reforço de Estereótipos:

- **Energia e Desempenho:** A campanha reforça a ideia de que os jovens devem estar sempre ativos e prontos para qualquer desafio, criando uma norma de desempenho constante.
- **Inovação e Atitude Positiva:** Ao mostrar personagens superando limites e desafios, a propaganda também promove uma atitude positiva em relação a enfrentar obstáculos, reforçando a ideia de que consumir Red Bull pode ajudar a alcançar o sucesso e a superar dificuldades.

A análise do discurso permite compreender como essas mensagens são estruturadas para influenciar as percepções e comportamentos do público. Sempre é necessário observar como a linguagem, as imagens e outros elementos semióticos são empregados.

Analisar o discurso é examinar a relação entre língua e história, é buscar entender como os sentidos são produzidos e como as formações ideológicas se manifestam nas práticas discursivas (Fiorin, 1998).

O autor destaca a complexidade da análise do discurso, enfatizando a necessidade de considerar tanto os aspectos linguísticos quanto os contextos históricos e ideológicos que influenciam a produção e a interpretação dos sentidos nos discursos.

Aqui estão mais exemplos de propagandas analisadas com essa abordagem:

Campanha da Coca-Cola “Abra a Felicidade”



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MarianaFerreiraPita/cocacola-219033698>

Slogan e Linguagem Persuasiva:

- Slogan: "Abra a Felicidade" utiliza um verbo imperativo que sugere uma ação direta e fácil. A palavra "felicidade" está carregada de conotações positivas e emoções desejáveis.
- Vocabulário Emocional: Termos como "felicidade" e "momentos" são usados para evocar sentimentos positivos e associar o consumo do produto a experiências agradáveis.
- Estrutura das Frases: Frases curtas e simples são usadas para facilitar a memorização e reforçar a mensagem.

Representação Visual:

- Imagens: As propagandas geralmente apresentam pessoas sorridentes, famílias e amigos se divertindo, reforçando a associação do produto com momentos felizes e compartilhados.
- Cores: O uso predominante do vermelho, que é a cor da marca Coca-Cola, está associado à energia e excitação.

Estratégias discursivas:

- Apelo à Emoção: A propaganda cria uma conexão emocional ao sugerir que beber Coca-Cola pode proporcionar felicidade e união.
- Construção de Identidade: O consumo do produto é apresentado como parte de uma experiência cultural e social, integrando-se a momentos de celebração e convívio.

Campanha da Dove "Real Beleza"



Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/real-beleza-e-a-melhor-campanha-do-s-culo-21>

Slogan e Linguagem Persuasiva:

- Slogan: "Real Beleza" desafia os padrões tradicionais de beleza ao usar o adjetivo "real", sugerindo autenticidade e diversidade.
- Vocabulário Inclusivo: Termos como "real" e "beleza verdadeira" são utilizados para promover a aceitação e valorização de diferentes tipos de beleza.
- Estrutura das Frases: Frases afirmativas e inclusivas são usadas para reforçar a mensagem de aceitação e diversidade.

Representação Visual:

- Imagens: A campanha apresenta mulheres de diferentes idades, formas corporais, etnias e características, desafiando os estereótipos tradicionais de beleza.
- Estilo Fotográfico: Fotografias naturais e sem retoques são usadas para enfatizar a autenticidade e a beleza real das participantes.

Estratégias Discursivas:

- Apelo à Inclusão: A campanha discursa contra os padrões de beleza convencionais e promove a aceitação de uma variedade de formas e aparências.
- Reforço de Identidade Positiva: Ao mostrar a beleza em diversas formas, a campanha ajuda a reforçar uma identidade positiva e a autoestima entre as consumidoras.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO

As análises revelam que as propagandas são práticas discursivas complexas, que vão além da simples informação, atuando na construção de significados e influenciando a dinâmica social e cultural.

A análise de discurso em propaganda é crucial para desvendar como as mensagens são construídas para influenciar percepções e comportamentos, revelando as estratégias persuasivas e as ideologias subjacentes que moldam a sociedade (Fiorin, 1998).

Assim é de suma importância sempre investigar os elementos chave:

2.1. Uso de Linguagem Persuasiva

As propagandas frequentemente utilizam imperativos, superlativos e vocabulário emocional para criar um apelo direto ao consumidor. Por exemplo, slogans como "O melhor do mercado" ou "Você merece o melhor" são comuns.

2.2. Representação Visual

As imagens em propagandas são cuidadosamente selecionadas para evocar emoções específicas. Por exemplo, propagandas de cosméticos frequentemente utilizam modelos com aparência impecável para promover uma ideia de perfeição e desejo.

2.3. Reforço de Estereótipos

Muitas propagandas reforçam estereótipos de gênero, raça e classe social. A análise revelou que propagandas de automóveis, por exemplo, frequentemente associam carros de luxo com status e poder masculino.

2.4. Promoção de Ideologias

As propagandas não apenas vendem produtos, mas também promovem ideologias. Por exemplo, propagandas de tecnologia frequentemente associam inovação com progresso e sucesso pessoal.

CONCLUSÃO

A análise do discurso das propagandas revela como a linguagem e os elementos visuais são estrategicamente usados para persuadir e influenciar o público. Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda de como as mensagens publicitárias são construídas e o impacto que podem ter nas percepções e comportamentos dos consumidores. Ao decifrar os significados construídos pela propaganda, podemos criticar e refletir sobre os valores e normas promovidos na sociedade, promovendo um consumo mais consciente e informado.

REFERÊNCIAS

- FAIRCLOUGH, N. (1995). *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. Longman.
- COOK, G. (2001). *The Discourse of Advertising*. Routledge.
- BARTHES, R. (1977). *Image, Music, Text*. Fontana Press.

- ORLANDI, E. P. (2001). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Editora Pontes.
- FIORIN, J. L. (1998). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

CAPÍTULO 10

LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL: UMA LÍNGUA DE VÁRIOS "BRASIS"

Mirian Alves Vieira

Professora de língua Portuguesa, Pós- graduada em Linguística Aplicada,
Graduada em Letras – Língua portuguesa pela UEPA.
mirianprofessora10@gmail.com

Pablo Cruz da Silva

Pós-graduação em: Artes na educação infantil e Educação física escolar,
Graduado em Pedagogia.
pablocruzsilva43@gmail.com

Valéria Alves Vieira

Professora, Esp. Em Educação infantil/ Metodologia do ensino de Geografia.
Graduada em Pedagogia/Geografia – UEPA.
vallvaleriaalvesvieira@gmail.com

RESUMO

A língua portuguesa no Brasil se caracteriza por uma vasta diversidade linguística, refletindo a multiplicidade cultural e regional do país. Este artigo examina as variações linguísticas no Brasil, destacando as diferenças regionais, sociais e históricas que moldaram o português brasileiro. Além disso, discute as influências de línguas indígenas, africanas e de imigração, bem como o impacto da globalização e das mídias digitais na evolução da língua.

PALAVRAS-CHAVES: Língua. Diversidade. Cultura. Regional. Influências.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do português brasileiro é um processo complexo e multifacetado. O Brasil, com sua vasta extensão territorial e diversidade cultural, apresenta uma rica variedade de formas de falar o português. Essas variações não apenas refletem as diferenças regionais, mas também as nuances sociais e históricas que influenciam o modo de falar de seus habitantes. Este estudo busca explicitar como o português brasileiro se desenvolveu em múltiplos "Brasis" linguísticos, explorando as interações entre indígenas, africanos, europeus e, mais recentemente, asiáticos e outras culturas, contribuíram para a formação e a evolução do português brasileiro.

A análise abrange aspectos linguísticos como vocabulário, sintaxe e fonética, demonstrando como cada grupo cultural deixou sua marca na língua. Compreender essas influências é essencial para apreciar a complexidade e a dinâmica do português brasileiro contemporâneo, refletindo a diversidade e a riqueza cultural do país.

1. VARIACÕES REGIONAIS

Varição regional refere-se às diferenças observadas entre diferentes áreas geográficas em termos de cultura, economia, linguagem, culinária, tradições e outras características sociais. Essas variações são influenciadas por fatores históricos, geográficos, econômicos e sociais, e desempenham um papel crucial na formação da identidade e diversidade de um país ou região.

A língua portuguesa falada no Brasil não é homogênea; ela apresenta inúmeras variações regionais que refletem a riqueza cultural e histórica do país. Cada região desenvolve suas próprias características linguísticas, influenciadas por fatores geográficos, sociais e históricos. (AMARAL, 2008)

A língua é uma das manifestações mais evidentes de variação regional. Diferentes regiões de um país podem falar dialetos distintos ou usar expressões idiomáticas únicas. No Brasil, há variações significativas entre o português falado no Nordeste, Sul e Sudeste, tanto em termos de pronúncia quanto de vocabulário.

1.1. O Português do Norte e Nordeste

As regiões Norte e Nordeste do Brasil possuem particularidades linguísticas marcantes.

Fonologia e Prosódia: No Nordeste, especialmente em estados como Bahia e Pernambuco, há uma pronúncia mais aberta das vogais (e.g., "café" pronunciado como [ka'fɛ] em vez de [ka'fe]). O sotaque nordestino também é caracterizado pelo uso do "r" retroflexo (e.g., "porta" como [ˈpɔr.ta]).

Vocabulário: Termos de origem indígena e africana são mais prevalentes. Palavras como "mucama" e "caatinga" são comuns no vocabulário regional.

1.2. O Português do Sudeste

A região Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, apresenta uma outra faceta do português brasileiro.

Fonologia: O sotaque carioca é conhecido pelo "s" chiado (e.g., "sapo" como [ˈsapu]). Já em São Paulo, a influência de imigrantes italianos resultou em uma pronúncia mais fechada e nasalizada das vogais (e.g., "porta" como [ˈpɔr.ta]).

Vocabulário e Expressões: A gíria paulista inclui muitos termos de origem italiana e as expressões cariocas frequentemente se espalham pelo país devido à influência da mídia.

1.3. O Português do Sul

No Sul, os estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná apresentam influências significativas de imigração europeia.

Fonologia e Entonação: A entonação pode ser mais “cantarolada”, especialmente em áreas com forte presença de descendentes de alemães e italianos. O uso do “tu” com conjugação de “você” é uma marca registrada.

Vocabulário: Palavras de origem alemã e italiana são comuns, como “chimia” (geleia) e “piá” (menino).

2. Variações Sociais

A variação social na linguagem refere-se às diferenças no uso da língua entre diversos grupos sociais. Essas variações podem ser influenciadas por fatores como classe social, idade, gênero, nível de educação, ocupação e etnia. Entender essas variações é fundamental para compreender como a linguagem funciona na sociedade e como ela reflete e perpetua estruturas sociais.

As diferenças socioeconômicas e educacionais também resultam em variações na língua.

Sociolinguística: O português falado pelas classes mais altas tende a ser mais formal e próximo da norma culta. Já nas classes populares, o uso da língua é mais informal e coloquial, com maior incidência de gírias e expressões regionais, gerando o chamado: preconceito linguístico que é a discriminação baseada nas variações linguísticas. Ele ocorre quando uma forma de falar é considerada inferior ou errada em comparação com a norma-padrão ou o dialeto prestigiado. Esse preconceito muitas vezes reflete e reforça desigualdades sociais, estigmatizando as formas de falar das classes populares e das minorias étnicas e regionais.

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação que se baseia nas variações sociais da linguagem. Ele reflete e reforça desigualdades sociais, desvalorizando as formas de falar das classes populares e das minorias étnicas e regionais. (BAGNO, 1999)

Gírias e Jargões: Cada grupo social e faixa etária desenvolve suas próprias gírias, como as gírias de jovens urbanos, que frequentemente incorporam termos do inglês e da cultura pop.

3. Influências Históricas e Culturais

A língua portuguesa do Brasil é um resultado complexo de influências históricas e culturais que moldaram o idioma ao longo dos séculos. Desde a chegada dos portugueses em 1500 até as diversas ondas

migratórias dos séculos XIX e XX, a língua brasileira se desenvolveu como um mosaico que reflete a rica diversidade do país. Castilho (2010) observa que a língua portuguesa no Brasil resulta de um complexo entrelaçamento de influências indígenas, africanas e europeias, criando uma dinâmica linguística única que reflete a rica diversidade cultural do país.

3.1. Línguas Indígenas e Africanas

A presença de línguas indígenas e africanas deixou um legado significativo no português brasileiro.

A influência das línguas africanas no português brasileiro é profunda e abrangente, manifestando-se no vocabulário, na sintaxe e na entonação, refletindo a contribuição significativa das culturas africanas na formação da identidade nacional brasileira. (CASTRO, 2001)

Assim muitos termos do nosso cotidiano, têm origem indígena e africana, respectivamente.

No vocabulário Indígena :Animais e plantas: "abacaxi", "mandioca", "tucano"; Objetos e conceitos culturais: "oca" (casa), "mingau" (comida)

No vocabulário Africano: Culinária e cultura: "samba", "feijoada", "quilombo"; Objetos e termos sociais: "moleque", "cafuné"

Na Sintaxe, construções frasais indígenas: A influência na estrutura de frases pode ser observada em expressões como "ela é irmã de pai diferente" (estrutura de posse comum em línguas indígenas).

Simplificação de estruturas africanas: Uso frequente de estruturas mais simples e diretas, característica de várias línguas africanas.

Na Fonética indígena, sons nasais: A nasalização presente em muitas palavras de origem indígena, como "tapioca" e "curumim".

Na fonética Africana, alteração na tonicidade de palavras e a introdução de novos padrões de entonação, como em "quilombo" e "moleque".

Sintaxe e Fonética: A influência africana é notável na música e na religião, com termos e expressões específicos de cultos afro-brasileiros.

3.2. Imigração Europeia e Asiática

A imigração europeia (italiana, alemã, portuguesa) e asiática (japonesa) também contribuiu para a diversidade linguística. Segundo PAYER (2006), A imigração europeia e asiática teve um impacto significativo na evolução do português brasileiro, introduzindo novos vocábulos, expressões idiomáticas e influenciando a pronúncia e a estrutura gramatical da língua.

Com essa afirmação temos Influência Fonológica e lexical: a fonologia do português brasileiro foi enriquecida pela presença de imigrantes

européus, como os italianos, alemães, e espanhóis, bem como asiáticos, especialmente os japoneses. Essas influências se manifestam em diversas áreas:

Sons Vocálicos e Consonantais: A imigração italiana, por exemplo, trouxe consigo algumas mudanças na pronúncia de certos sons. Em regiões com grande concentração de italianos, como São Paulo, é comum notar uma pronúncia mais aberta de certas vogais, um traço típico das línguas românicas.

Entonação e Prosódia: Os imigrantes alemães no sul do Brasil contribuíram para a entonação e prosódia do português falado nessa região. A cadência do falar em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul pode ser, em parte, atribuída ao substrato linguístico alemão.

Japoneses: A influência fonológica japonesa é menos perceptível, mas ainda presente, especialmente em comunidades que preservam um bilinguismo ativo. Alguns estudos apontam uma influência na articulação de certos fonemas e na entonação em comunidades nipônicas.

O impacto lexical dos imigrantes europeus e asiáticos no português brasileiro é vasto e diversificado:

Italianos: Palavras relacionadas à culinária são o exemplo mais evidente. Termos como "pizza", "macarrão" e "lasanha" foram integrados ao vocabulário brasileiro. Além disso, muitas gírias e expressões populares em São Paulo têm origem italiana.

Alemães: No sul do Brasil, muitas palavras alemãs foram aportuguesadas e incorporadas ao dia a dia, especialmente em áreas rurais. Termos como "chopp" (cerveja) e "kartoffel" (batata) são alguns exemplos.

Japoneses: A imigração japonesa introduziu termos ligados à gastronomia, como "sushi", "tempura", e "wasabi". Além disso, palavras como "origami" e "karate" se tornaram comuns no vocabulário brasileiro.

Espanhóis: A influência espanhola é observada especialmente no sul do Brasil e em algumas regiões do nordeste, onde termos como "peón" (trabalhador) e "fiesta" (festa) são utilizados.

4. Globalização e Mídias Digitais

A globalização e as novas tecnologias têm um papel crucial na evolução do português brasileiro. Luiz Gonzaga Silva Adolfo observa que "a linguagem evolui a partir das novas tecnologias" e que essa evolução é frequentemente impulsionada pela globalização. Ele menciona que o desenvolvimento tecnológico e a integração em redes globais criam novos símbolos linguísticos e neologismos que refletem essa mudança, destacando a influência da língua inglesa no surgimento de novos termos no português brasileiro

Internet e Redes Sociais: A comunicação digital promove uma escrita mais informal e abreviada, e novas gírias se espalham rapidamente entre os jovens.

Mídia e Entretenimento: A televisão, cinema e música brasileira são veículos poderosos na difusão de formas linguísticas, promovendo uma maior intercompreensão entre as diferentes variantes regionais.

CONCLUSÃO

A língua portuguesa do Brasil é um testemunho vivo da sua história e diversidade cultural. O português brasileiro é, de fato, uma língua de vários "Brais", cada influência (indígena, africana, europeia e asiática) adicionou camadas de riqueza ao idioma, fazendo do português brasileiro uma língua única e dinâmica. Compreender essas influências é essencial para apreciar plenamente a complexidade e a beleza do português falado no Brasil e entender as variações da língua é fundamental para a valorização da identidade linguística brasileira e para a promoção de uma comunicação mais eficaz e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. (1999). **Preconceito Linguístico: O Que É, como se Faz**. São Paulo: Edições Loyola.
- PERINI, M. A. (2004). **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial.
- LUCCESHI, D., Baxter, A., & RIBEIRO, I. (2009). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA.
- AMARAL, A., & TESSER, C. (2008). **Diversidade Linguística no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras.
- CAVALCANTE, M. (2011). **A Influência das Línguas Africanas no Português Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia: Um Vocabulário Afro-Brasileiro**. 2ª ed., Salvador: EDUFBA, 2001.
- PAYER, M. O. (2006). **Memória da Língua: Imigração e Nacionalidade**. São Paulo: Editora Escuta.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **História do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- _____. **Sociedade da informação e linguagem: as novas tecnologias e o caminho para a construção de palavras e sentidos**, disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5771/577163619006/html/> Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, vol. 11, núm. 3, pp. 89-101, 2018

CAPÍTULO 11

TRANSLAÇÃO DO CONHECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Francine Moraes da Silva

Enfermeira, Mestre em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Escola de Enfermagem, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, fmdasilva@hcpa.edu.br, Orcid: 0000-002-9226-7663.

RESUMO

Objetivo: refletir como se dá a translação do conhecimento na pós-graduação. **Método:** ensaio teórico-reflexivo, a qual discute como se dá a translação do conhecimento na pós-graduação. **Resultados:** é importante a criação de espaços em que a translação do conhecimento se faz necessária, quando o profissional enfermeiro observa as fragilidades e reais necessidades de seu local de trabalho e busque na academia local para pesquisa e desenvolvimento de programas e ações em seu campo assistencial de trabalho. **Conclusão:** sabe-se que a discussão ao tema não é esgotada, sugere-se o desenvolvimento de estudos relacionados ao tema, oportunizando a criação de espaços de debate para que o Enfermeiro possa ser um agente de mudança em locais assistenciais engessados, contudo que não nos falte o interesse a busca por novos conhecimentos para associação da teoria à prática.

Descritores: Translação de Conhecimento; Enfermagem; Programas de Pós-Graduação em Saúde.

INTRODUÇÃO

As práticas em Enfermagem são pautadas na produção de conhecimentos, sejam elas tanto na assistência, quanto na aplicação de saberes teóricos em Enfermagem¹.

A Enfermagem como profissão tem como essência o cuidado prestado aos pacientes e suas famílias. O ato de cuidar do outro, além de ser uma prática que tem por objetivo transformar a vida de alguém, carrega consigo uma “bagagem” de conhecimentos, de práticas transformadoras das necessidades de cuidado que o paciente e suas famílias possuem².

O profissional Enfermeiro vivencia sua prática assistencial, acaba por identificar fragilidades e as reais necessidades de melhoria em seu campo prático.

Nesse sentido, o referido profissional busca o ambiente acadêmico como ferramenta a fim de instrumentalizar sua prática assistencial, vislumbrando assim, na pós-graduação em enfermagem, um ambiente fértil para o desenvolvimento de saberes, busca de conhecimentos, utilizando-se da mobilidade discente a fim de conhecer e observar novas modalidades de trabalho a fim de sanar as fragilidades identificadas em seu campo assistencial.

Entretanto, torna-se um desafio ao profissional Enfermeiro associar suas práticas assistenciais a espaços de ensino, de forma inventiva, já que a estrutura de espaços de saúde muitas vezes são rígidas e inflexíveis, aonde perpetua nesses espaços a reprodução de um cuidado já instituído, moldando esse profissional a uma prática de cuidado já ultrapassada³.

Dessa maneira, o objetivo dessa crítica é refletir como se dá a translação do conhecimento na pós-graduação, visto que se torna um desafio associar extensas jornadas de trabalho assistencial à academia.

METODOLOGIA

Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo construído a partir das leituras, discussões e reflexões realizadas no decorrer do tópico especial *“Tópicos especiais - Jornada Internacional do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRGS: 25 anos de ciência, tecnologia e inovação para o cuidado”*, oferecida no Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2023, que tem como objetivo conhecer estratégias para o desenvolvimento de cooperação científica, além de fomentar discussão de temas voltados à translação do conhecimento e inovação na produção de projetos de pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

A Enfermagem carrega consigo um arsenal de práticas, uma bagagem de conhecimentos técnicos, científicos que configuram a profissão Enfermagem necessária ao prestar cuidados aos pacientes e suas famílias⁴.

Nesse contexto, as práticas assistenciais são necessárias ao desenvolvimento do ato de cuidar dos pacientes e suas famílias, exigindo do profissional Enfermeiro constantes atualizações profissionais com o propósito de atrelar a prática assistencial em Enfermagem ao ensino e a remodelação de práticas profissionais rígidas e cuidados ultrapassados⁵.

Nesse contexto, trago que para o desenvolvimento da cooperação científica, o tópico especial abordou amplamente diversos temas de relevância, tais como: internacionalização de discentes da pós-graduação estimulando a comunidade acadêmica a realizar mobilidade discente para conhecimento de outros espaços de atenção à saúde para além da realidade brasileira, e também abordou a trajetória e evolução do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), suscitando reflexões acerca do tema.

Diante disso, cabe ressaltar que a Pós-Graduação é considerado um ambiente recheado de realizações, oportunidades, alegrias, desafios e compartilhamento de saberes entre profissionais enfermeiros de diversas áreas de atuação e proporciona a associação da teoria à prática profissional. Além dos aspectos positivos abordados, também se configura como um espaço potente para o desenvolvimento de saberes.

Nesse aspecto, trago a contextualização da definição de translação do conhecimento que pode ser definida como um processo interativo, dinâmico, realizado por diversos atores que buscam maior efetividade e resolutividade nas ações praticadas em serviços assistenciais em prol da promoção a saúde da população local¹.

Nesse sentido, atualmente, é importante a criação de espaços em que a translação do conhecimento se faz necessária, quando o profissional enfermeiro já formado, pertencente a um espaço assistencial, observa as fragilidades e reais necessidades de seu local de trabalho e busque a academia local para pesquisa e desenvolvimento de programas e ações em seu campo assistencial de trabalho. Importante salientar que essa busca de novos modelos assistenciais e resolução de aspectos deficitários assistenciais, que esse profissional enfermeiro também possa lançar mão da internacionalização em outros espaços de saúde com objetivo de compreender melhor as diversas realidades existentes, não somente a realidade brasileira.

Portanto, faz-se necessária a aproximação do profissional Enfermeiro ao Ensino (proporcionadas pela Pós-Graduação), à necessidade de consumo de pesquisas, às constantes atualizações que a área da saúde exige, com o propósito de qualificar o cuidado em Enfermagem, buscar evidências científicas para associar aos seus campos de trabalho, visibilizando assim, maior segurança para esse profissional em suas práticas assistências e empoderamento para as tomadas de decisão exigidas durante o exercício da assistência².

CONCLUSÃO

Diante do exposto e da realidade dos diversos cenários em saúde brasileiros e suas rígidas estruturas organizacionais, fica o desafio ao profissional Enfermeiro agregar sua prática assistencial à busca de novos conhecimentos afim de associar prática à teoria.

Espero que com essa crítica possamos não nos desmotivarmos com as práticas assistenciais já arraigadas e que possamos ser agentes de mudança ativa, seja buscando novos conhecimentos na área da Enfermagem através da mobilidade discente e associando os mesmos às nossas práticas de trabalho. É um desafio imenso ser um agente de mudança em locais assistenciais engessados, contudo que não nos falte o interesse a busca por novos conhecimentos, pois, afinal, o nosso produto final é o cuidado centrado ao paciente, isto é, a sua recuperação de saúde. Afinal, o cuidado em

Enfermagem, a ação de cuidado são práticas essenciais para a manutenção da vida.

Com base nesse tópico especial, o mesmo suscitou diversas reflexões acerca do tema do desenvolvimento de cooperação científica, além de fomentar discussão de temas voltados à translação do conhecimento e inovação na produção de projetos de pesquisa através das palestras proferidas pelos convidados da disciplina.

Sugere-se o desenvolvimento de estudos que possam colocar em pauta o tema translação do conhecimento e Enfermagem para que possamos, em conjunto, buscar estratégias para fomentar a busca de novos conhecimentos para fortalecer a prática assistencial em Enfermagem.

REFERÊNCIAS

1. Canadian Institute of Health Research [Internet]. Ottawa: The Institute; c2016 [cited 2017 Jun 14]. Knowledge translation; [about 1 screen]. Available from: <http://www.cihr-irsc.gc.ca/e/29418.html#1>.
2. Carvalho V. Linhas de pesquisa em enfermagem: destaques filosóficos e epistemológicos. *Rev Bras Enferm.* 2015; 68(4):723-9.
3. Arcêncio RA. Nursing as the profession of the future and the foundation of universal health systems. 2018;26:e3063. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.0000.3063>.
4. McCrae N. Whither Nursing Models? The value of nursing theory in the context of evidence-based practice and multidisciplinary health care. *J Adv Nurs.* 2012; 68(1):222-8.
5. Ceolin S, Piriz MA, Mendieta MC, Siles Gonzalez J, Heck RM. Elements of the socio-critical paradigm in nursing care practices: an integrative review. *Rev Esc Enferm USP.* 2017;51:e03267. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2016037003267>

CAPÍTULO 12

O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES E COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO

Elisabete Amaral Santos

Pós-graduação em Educação Profissional Tecnológica e Inclusiva pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro-IFTM-Campus Uberaba; Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, Servidora pública de carreira da rede Municipal de Ensino. <https://orcid.org/0009-0009-2033-2399>; Lattes <https://lattes.cnpq.br/2346109246510793>

Gutemberg Gomes Silva

Mestrando do Programa Stricto Sensu / Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Uberaba; Professor de Carreira da Educação Básica do Estado de Minas Gerais; Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica; Especialista em Coordenação Pedagógica; Licenciado em Educação Especial. <https://orcid.org/0000-0002-7592-0691>; Lattes <https://lattes.cnpq.br/1235969706614571>

RESUMO

Este artigo versa sobre a temática da inclusão e os acessos dos estudantes com deficiência ou necessidades específicas no ensino regular oportunizando atendimento de acordo com as particularidades de cada indivíduo dando ênfase a suas competências, habilidades e potencialidades. Sendo assim este artigo buscou contemplar e discutir o processo da aprendizagem e o desenvolvimento da inclusão destes alunos, que requer recursos e métodos flexibilizados para poder conseguir obter êxito e concluir suas atividades acadêmicas. O objetivo geral deste artigo foi apontar e debater os argumentos, reflexões, críticas e observações sobre a temática abordada. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, por meio de pesquisas de diversos autores, suas opiniões, críticas e observações que propõe a discussões e reflexões acerca do processo da inclusão dos estudantes com necessidades específicas na escola regular. Após este estudo os resultados destacaram que se faz necessário buscar meios alternativos e renovar os conhecimentos para atender a diversidade escolar, para que haja de fato à consolidação da educação inclusiva para os

estudantes que possuem deficiência ou algum tipo de necessidade específica.

Palavras-chave: Aprendizagem. Escola Regular. Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A escola tem um papel importante no desenvolvimento da educação inclusiva. A prática mais importante que a escola pode ter em relação à inclusão está ligada à conscientização, a qual deve ocorrer desde o corpo docente até funcionários e diretores, para assim quebrar as barreiras e tornar-se possível a inclusão no ambiente escolar. Vai deste a estrutura até o pedagógico.

É importante que os professores tenham os seus conteúdos adaptados para atender a diversidades de alunos.

Os professores estejam preparados e conscientes quanto à legislação vigente ao assumir toda a responsabilidade do ensino aos alunos com necessidades especiais, para que o acesso ao conhecimento ocorra de forma equilibrada e significativa. Além das situações enfrentadas no âmbito escolar, a cultura marcada pela falta de conhecimento também contribui para a exclusão escolar.

A educação inclusiva busca romper com o paradigma de escola da homogeneidade. Ela tem como referência a diversidade que enriquece o fazer pedagógico, o convívio de diferenças, assegurando o princípio da equidade sua permanência na escola, o aprendizado e a possibilidade de prosseguimento em níveis mais elevados de ensino.

Muito se fala da aprendizagem dos alunos com necessidades educativas específicas e deficientes e sua inclusão no ensino regular, mas sabemos que a prática é mais complicada, devido aos fatores existentes que vão além do aceitar, consistem em conviver com as diferenças, e é algo que deve ser trabalhado em conjunto, o todo, juntamente com o corpo docente, alunos e a comunidade escolar.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Tem em sua resolução o incluir, de modo que todos possam conviver no mesmo espaço assim como a garantia de tratamento diferenciado, aos indivíduos com necessidades especiais.

Fazer com que o aluno se sinta confortável no espaço escolar é algo que a equipe pedagógica busca diariamente, incluir é mais que frequentar um mesmo espaço, é necessário ofertar ensino dentro de suas especificidades, e para este existe toda uma preparação para receber o aluno. Assim como a escolha do corpo docente para atender a este público, considerando que cada indivíduo tem características próprias é necessário que o profissional

esteja preparado e seguro para este desafio, e que queira de fato contribuir na aprendizagem deste aluno, pois sabemos que não é uma tarefa fácil. O profissional tem que buscar metodologias alternativas e inovadoras constantemente, cada dia um novo desafio.

Há uma diversidade de conceitos do processo de ensino e aprendizagem, que se faz necessário para que o atendimento seja de fato inclusivo, e que constitui em oferecer atendimento que favoreça o cognitivo e a socialização, em um ambiente que o indivíduo não se sentirá excluído, e sim incluído no ambiente escolar, que as famílias destes não sintam desconforto ao levar seus filhos até a escola, e sim gratos pelo cuidado a ele garantido e satisfeita sabendo que os direitos educacionais da criança estejam lhe assegurado.

Isso porque o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015 – reservou um capítulo exclusivo sobre o Direito à Educação e informa em seu artigo 27 que “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”.

O direito da pessoa com deficiência no sistema educacional inclusivo é assegurado em todos os níveis de aprendizagem, ao longo da vida, certo de que terá todo o apoio para desenvolver suas habilidades físicas, cognitivas, intelectuais e sociais, conforme sua particularidades e necessidade de aprendizagem com respeito e profissionalismo.

Ciente que a inclusão é um desafio constante tanto para as pessoas como para as entidades, que encontra barreiras esbarra desde a estrutura até a equipe de profissionais para o atendimento. Problematizam ainda sobre as interações entre família e instituição quanto suas interações e comprometimento no ensino e aprendizagem do aluno, assim como o desenvolvimento das aprendizagens educacionais.

O processo de aprendizagem é singular, cada indivíduo é um ser único, sendo assim o professor somente alcançará os resultados esperado através de metodologia que vai de acordo com as necessidades de aprendizagem e explorando suas habilidades e estimulando as dificuldades do aluno.

A inclusão educacional defende uma sociedade mais justa e democrática, livre das práticas discriminatórias e segregacionistas que marcou a história da humanidade de forma vergonhosa.

Assim nessa perspectiva as mudanças que se iniciam no ambiente escolar trazem mudanças significativas para a sociedade promovendo a transformação na vida e comunidade.

O objetivo deste artigo que trata da inclusão e o acesso dos estudantes com deficiência e necessidades específicas no ensino regular, foi

o de apontar e debater os argumentos, as reflexões, críticas e observações sobre a temática abordada.

2. METODOLOGIA

Neste artigo utilizou-se no campo teórico metodológico da pesquisa bibliográfica. Para Luna (1998), esse tipo de metodologia, visa determinar o estado da arte do campo de conhecimento. Nesse sentido, realizamos para descrever e compreender, o estado atual do conhecimento produzido em relação a alguma temática. Ou seja, é realizada para descrever e compreender o estado atual de conhecimento produzido em uma área de pesquisa podendo ser feito também para situar o problema dentro de um conteúdo teórico ou um objetivo de fazer revisão da pesquisa empírica, ou até mesmo de construir uma evolução histórica de um conceito. Em nosso caso, abordamos teorizações e discussões no que se refere ao processo de inclusão dos estudantes deficientes e com necessidades específicas na rede regular de ensino.

Para o desenvolvimento deste arquivo foram feitos levantamentos bibliográficos em fontes primárias e secundárias: livros, artigos científicos nacionais, bem como em sites da internet, pesquisados artigos, dissertações e teses em bibliotecas digitais.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva resume em oportunizar ambiente acolhedor, proporcionando ensino de qualidade e adaptado para atender a todas as pessoas. Não apenas deficientes, mas qualquer indivíduo com dificuldades de aprendizagem, garantindo o acesso e oferecendo espaço ao trabalho inclusivo.

[...] a proposta da inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades dos processos de ensino-aprendizagem, principalmente em sala de aula. (CARVALHO, 2004, p. 110)

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/1996, as políticas educacionais tratam os direitos da inclusão de crianças com deficiências múltiplas no ensino regular e orienta os sistemas de ensinos quanto à garantia destes alunos. A partir deste as escolas e docentes tiveram que adaptar a metodologias e práticas para um ensino inclusivo.

“acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado;

formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas” (BRASIL, 2008, p.14)

As etapas de exclusão vivenciada, logo deu espaço à segregação, onde o aluno passa a frequentar instituições com sistema paralelo à educação básica e, por fim, a inclusão, que traz o aluno para dentro da escola ofertando a educação inclusiva.

Instituindo um dos princípios fundamentais na oferta da inclusão escolar o de proporcionar o aprender juntos, trabalhando com adaptações curriculares, para que atenda a todos independente de suas dificuldades, reconhecendo que tem como ensinar através da diversidade e respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

A adaptação curricular traz possibilidades educacionais de atuar diante das dificuldades de aprendizagem, propondo a adaptação do currículo regular, para torná-lo mais apropriado a realidade de aprendizagem dos alunos, um currículo dinâmico e alternativo, alterável, que atenda as especificidades de cada educando.

De acordo com Mantoan:

A escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende como democratização a massificação do ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (2004, p.38).

A inclusão escolar apresenta proposta politicamente correta, respeitando os direitos de igualdade e oportunizando educação com qualidade e ambiente escolar favorável para todos, convivendo e aprendendo com as diferenças. A democratização do ensino é vivenciada por muitos, graças aos órgãos competentes com auxílio de pais e comunidade.

A Educação Inclusiva definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos, surgiu como algo inovador que propôs um currículo baseado em saberes na qual respeita as condições socioculturais, os valores simbólicos condizente com a realidade vivenciada, a igualdade de direitos e oportunidades educacionais em ambiente satisfatório.

De acordo com Carvalho:

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005).

Nesta caminhada para idealizar o ensino da escola inclusiva que de fato atingisse a maioria contornou se muitos obstáculos e mesmo hoje vemos o quanto esta luta é árdua para atingir os objetivos estipulados e tornar realidade. Há muitas dificuldades operacionais, falta de recursos humanos, pedagógicos, condições estruturais não somente nas pequenas cidades como nas grandes.

De acordo com a série “Saberes e práticas da inclusão”, publicado pelo Ministério da Educação:

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24).

A inclusão escolar atua desde a educação infantil, onde será desenvolvido o conhecimento e a aprendizagem assim como o desenvolvimento global da criança, até ao ensino superior..

Até os três anos, o atendimento se orienta através de meio de serviços de intervenção otimizando o processo de desenvolvimento e a aprendizagem, ofertando, serviços de saúde e assistência social, que favorecera as relações interpessoais, respeito e valorização da criança, através do lúdico, acesso às formas diferenciadas de comunicação, estímulos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e o convívio com as diferenças.

Já na educação de jovens e adultos e na educação profissional, as ações são de ampliar e oportunizar atendimento educacional para que o indivíduo atue e contribua com a sociedade. As políticas de inclusão vão além de ser assistencialista reivindicando implementação de políticas públicas, com objetivo de garantir o respeito às diferenças.

Na afirmação de Marilda Bruno (2008), aduz que:

antes da institucionalização das leis que asseguram os direitos a educação, a política vigente para a infância era de cunho social e assistencialista. Sem fins educativos, a creche, visava amenizar as carências, o desamparo, a pobreza e outras mazelas sociais. As crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos eram atendidas em creches mantidas por instituições sociais e comunitárias, tendo em vista minimizar os riscos sociais. Essa política assistencial não se ampliava a todas as crianças, somente ao atendimento de crianças sem deficiência. (BRUNO, 2008, p. 32).

O processo da inclusão está sendo construído de forma democrática, respeito e preservação sobre as expectativas dos docentes, assim como instituições que contribuem para transformação da sociedade diante da inclusão escolar, valorizando a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade.

Conforme Mader (1997):

Nas escolas inclusivas as pessoas se apoiam mutuamente e suas necessidades específicas são atendidas por seus pares, sejam colegas de classe, de escola ou profissionais de áreas. A pretensão dessas escolas é a superação de todos os obstáculos que as Impedem de avançar no sentido de garantir um ensino de qualidade (MADER, 1997, p. 35)

O atendimento do público na educação inclusiva nas escolas ao ser direcionado a partir do seu contexto real analisa deste o momento em que a escola recebe os alunos e suas necessidades especiais para assegurar sua aprendizagem, possibilitando sua integração entre educação regular e especial.

Com a inclusão escolar, os próprios órgãos responsáveis e profissionais da educação admitem encontrar empecilhos para a realização e atendimento ao incluir que assim garantir aos agentes envolvidos recursos para melhor desenvolver as ações pedagógicas.

Visto que ao tratar de deficiências seja auditiva, visual, física, o discurso não condiz com a realidade descrita no ambiente escolar, tornando uma tarefa complicada aos professores.

A falta de conhecimento do profissional acerca das peculiaridades das deficiências e o não reconhecimento das habilidades destes estudantes assim como não compreender o sentido da flexibilização curricular é que são elementos que gera resistência por familiares, pois evidencia o despreparo da instituição.

Como diz Pinheiro (2010):

É importante, contudo, que a formação inicial dos professores trate com solidez dos aspectos gerais que permeiam a educação especial permitindo que estes, percebam na sua prática de docência as necessidades especiais de seus alunos, assim como compreendam a educação inclusiva a partir de um olhar inclusivo. Contribuindo, com isso, para uma prática que considere as contingências e as possibilidades de melhora no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com NEE,³ tendo em vista que este aspecto é a função principal da docência. (PINHEIRO, 2010, p. 71)

A política de formação de professores para inclusão escolar de estudantes com deficiência é preconizada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, que define que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam às necessidades destes educandos (BRASIL, 1996).

Saber lidar com tanta diversidade e inovação da prática pedagógica e adaptar as necessidades dos alunos envolve toda a equipe pedagógica da escola e determina ampliar os conhecimentos e especialização sobre diferentes necessidades especiais de aprendizagem, relativo ao desenvolvimento que varia sobre características físicas e intelecto, permanente ou temporária.

Há um grande recurso que proporciona facilitação no desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as deficiências físicas e as necessidades especiais do aluno. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) apresenta diversas adaptações de atividades pedagógicas que facilitam o ensinar para o professor, a fim de promover a inclusão do aluno.

As (TICs) proporcionam novo meio de desenvolver o conhecimento no espaço escolar.

Sancho (2006) argumenta:

[...] tende-se a se pensar que as tecnologias digitais de informação e comunicação fazem surgir novos paradigmas ou perspectivas educacionais e ajuda a explicar por que praticamente todas as perspectivas sobre o ensino e a aprendizagem podem argumentar que encontra no computador um aliado de valor inestimável. Sancho (2006, p. 20 e 21)

A tecnologia apresenta contribuição muito significativa na vida das pessoas que possui alguma necessidade específica, e na educação não é

diferente, essa nova geração que se inicia já nasce conectada. Resta aos professores buscar se atualizar e se inovar para melhor lidar com os questionamentos e modernizar o processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

Os professores têm se preparado para se adaptar a estas mudanças e reconhece como a tecnologia auxilia no desenvolvimento dos indivíduos, e por isso inova suas práticas, integrando a tecnologia nas instituições de ensino e utilizando recursos tecnológicos para auxiliar nos projetos políticos pedagógicos inovando e transformando o ensino e aprendizagem dos educando.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A educação inclusiva no Brasil buscou renovar as práticas pedagógicas e a adaptação do currículo educacional no sistema ensino, teve apoio de ações conjuntas para que processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais de fato fossem assegurados.

As adaptações no currículo favorecem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, promovendo o desenvolvimento progressivo do ensino e aprendizagem.

A referência na elaboração do projeto pedagógico, as práticas inclusivas, diversifica e torna mais atraente a proposta de ensino que atenda as individuais de cada aluno.

Segundo Mendes (2002), para atender os alunos com necessidades educacionais com qualidade, a escola deve modificar-se no aspecto político (construção de uma rede de suportes capaz de formar pessoal e promover serviços na escola, na comunidade, na região); no aspecto educacional (capacidade de planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes da escola regular) e no aspecto pedagógico (o uso de estratégias de ensino que favoreçam a inclusão e descentralize a figura do professor, o incentivo às tutorias por colegas, a prática flexível, a efetivação de currículos adaptados).

Esta proposta de flexibilizar os conteúdos deve ser elaborada de forma contextualizada, e as adaptações curriculares tendem a estar relacionados à qualidade do conteúdo, detalhando os objetivos, as metodologias, os recursos didáticos e modo que será avaliado. Lembrando na adaptação deve constar como aprender, quando aprender, e de a avaliação será com ênfase no desempenho das suas ações.

A atividade pedagógica deve proporcionar ao aluno um benefício para a realização das atividades, o professor é o responsável em elaborar atividades e proporcionar a aprendizagem do educando considerando todos os recursos disponíveis para fazê-lo compreender.

Caso não há recursos deve se buscar junto ao setor pedagógico e a setor responsável alternativa para encontrar o melhor caminho para melhor atender a necessidade do educando.

Percebe quanto é exigido do professor a flexibilização de ações pedagógicas e dinamização do currículo para que viabilize o ensino e proporcione a aprendizagem. Sendo o professor o mediador do conhecimento que requer conhecimento sobre as necessidades do educando a fim de suprir as necessidades e desenvolver as capacidades e habilidades do aluno.

Já dizia Minetto, (2008):

[...] quando é necessário fazer as adaptações curriculares? A decisão deve ser tomada por uma equipe e nunca somente pelo professor. Cada caso deve ser considerado individualmente para que se chegue a uma conclusão das reais mudanças necessárias e, por isso, deve contar com a participação ativa de toda a equipe técnico-pedagógica da escola, assessoria externa e dos pais. (MINETTO, 2008, p. 65).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais existe um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino, que é o conjunto de ações que orientam a intervenção pedagógica que busca as informações do que precisa ser alcançado e como chegar até o esperado.

Segundo Cunha (2014):

A aprendizagem criativa é uma experiência consciente, manipulada e transformadora. Não se restringe simplesmente as influências sobre os conceitos existentes, mas abarca modificações operadas pelo aprendiz que vão traduzir-se em uma nova forma de executar tarefas ou manusear materiais. Alunos com deficiência já são predispostos a improvisações em razão de restrições que possuem. Há neles um potencial criativo que necessita ser explorado em sala, pois limitações genéticas podem ser superadas pelos estímulos do ambiente escolar (CUNHA, 2014, p. 68).

Para Santos, (2015, s/p) cabe ao professor levar em conta os vários fatores como social, culturais e a história de vida de cada educando, com suas características pessoais, sensoriais, motores e psíquicos, para que possa dá a devida atenção e atender da melhor forma possível. Então, para um bom desempenho da aprendizagem dos alunos é necessário que haja disponibilidade cognitiva e emocional, pois é um fator essencial para que aconteça uma interação com colegas e aprenda a conviver em grupo, a se socializar e a entender as normas, valores e as atitudes uns dos outros. Então, cabe ao professor trabalhar com sua turma organizando-a em grupos ou individualmente, porque dessa maneira estará influenciando no processo de ensino aprendizagem, levando em conta a diversidade dos alunos.

Santos (2015) reforça ainda que o aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente

compartilhado em que permite o convívio e a participação. Então, os alunos com deficiência requerem recursos pedagógicos e metodológicos específicos para ter o domínio da aprendizagem, uma vez que a inclusão escolar é a oportunidade para que de fato elas não estejam à parte, isoladas realizando atividades sem acompanhamento e sem sentido.

De acordo com Tédde (2012), a inclusão tentando garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência incluídos no ensino regular, trouxe através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Então, o AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais.

A sala de AEE é equipada com recursos que auxiliaram os alunos da inclusão em classes comuns. O professor orientara o professor de apoio sobre as práticas educacionais e posturas que favorecerá a aprendizagem, assim como treinamento para utilizar recursos específicos.

Beneficia não somente alunos com deficiência, mas também aqueles alunos que apresenta dificuldade na aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou compreender sobre a Educação Inclusiva e caminhos que leva para uma aprendizagem mais eficiente aos alunos que necessitam de atendimento específico conforme sua condição.

O atendimento especializado no início era assistencialista e hoje após lutas pelos direitos educacionais oferece a estes alunos novas perspectivas quanto sua aprendizagem e desenvolvimento, para que de fato haja a inclusão e atendimento educacional condizente com a realidade de cada aluno, respeitando suas particularidades e desempenhando trabalho com dedicação aos alunos com necessidades especiais.

Sobre as práticas observadas através das pesquisas bibliográficas e depoimentos de professores assim como argumentos e opiniões dos autores pesquisados, percebe as praticas educacionais e metodologias aplicadas trazem benefícios ao professor e aluno.

Flexibilizar para atender as necessidades do aluno, e facilitar a compreensão do indivíduo é o melhor caminho para transmitir o conhecimento.

Percebe-se o quanto que o professor busca contribuir na vida destes alunos ofertando e inovando as práticas e materiais adequados as necessidades do seu aluno, buscando até mesmo nas tecnologias auxiliam para facilitar a aprendizagem do aluno.

Também através deste evidenciou-se as transformações ocorridas no trato destes alunos e os meios para manter o aluno nas salas de aula se fazem necessárias para garantir a inclusão de fato para todos, e como é importante a participação de todos para que de fatos os alunos com necessidades especiais se sintam acolhidos.

E muito importante que as políticas públicas e a conscientização de todas as partes envolvidas neste processo trabalhem em conjunto para garantir as esses alunos com deficiências e necessidades especiais o convívio nos mesmos espaços, tratamento de respeito a individualidade de cada ser e para que elimine qualquer tipo de preconceito.

Nota-se um avanço nas instituições de ensino buscando contemplar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específica, assim como a busca pela capacitação adequada por professores que precisa atentar as particularidades e informações de seu aluno para melhorar a autonomia e independência desses alunos.

Percebe-se que atualmente é crescente o uso das TIC que estão são inseridas e integradas às práticas pedagógicas diárias dos professores como recursos que contribuem para o processo de construção de conhecimentos dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 30 jul.2020.

Brasil. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2003.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: **estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEE, 2003.

BRASIL. Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: 2015. <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>> Acesso em: 30 jul.2020

BRUNO, M. M. G. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da Educação Infantil. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 56-67, ago./dez. 2008.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1998

MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**. São Paulo, Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola. Direito da Educação**, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.

MENDES, M. P. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro**. Revista Integração, a. 10, n. 22, 2012.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

PINHEIRO, M. L. S; BAUMEL, R. C. R. C (Org). **Educação especial, do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2010.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. et al. (Org). **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, Patrícia de Oliveira. A Inclusão e o Processo de Ensino-Aprendizagem das crianças com Deficiências: Metodologias e Práticas Dos Professores. I Congresso de Inovação Pedagógica de Arapiraca. 18 a 22 de Maio de 2015.

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.

CAPÍTULO 13

A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS NO DIREITO BRASILEIRO

Fábio Henrique Curan

Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP).

RESUMO

Este artigo visa analisar a efetividade da execução das sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no contexto do sistema jurídico brasileiro. Busca-se compreender os desafios e as possíveis soluções para garantir o cumprimento das decisões da CIDH no país. A Corte Interamericana de Direitos Humanos é importante instrumento na proteção e promoção dos direitos fundamentais. Porém, a eficácia das suas sentenças depende da sua implementação pelos Estados partes, incluindo o Brasil. Diante disso, é fundamental examinar como o sistema jurídico brasileiro lida com a execução das decisões da CIDH, identificando obstáculos e oportunidades para fortalecer a proteção dos direitos humanos no país. Esta pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando uma análise bibliográfica em artigos científicos e documentos relacionados ao tema. A seleção criteriosa e a análise crítica dessas fontes permitirão identificar tendências, lacunas e perspectivas relevantes sobre a execução das sentenças da CIDH no direito brasileiro. A investigação da temática contribuirá para o desenvolvimento de propostas e recomendações destinadas a fortalecer o sistema de proteção dos direitos humanos no Brasil, em consonância com as obrigações internacionais assumidas pelo país.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos. Execução de Sentenças. Direito Brasileiro. Proteção dos Direitos Humanos. Efetividade Jurídica.

1. INTRODUÇÃO

A proteção dos direitos humanos é uma preocupação fundamental em qualquer sociedade democrática, refletindo não apenas valores éticos, mas também compromissos jurídicos e políticos assumidos pelos Estados. Nesse contexto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emerge como uma instituição elementar na defesa e promoção dos direitos

fundamentais no continente americano.

Através da interpretação e aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a CIDH é um primordial destaque na jurisdição internacional, emitindo sentenças que visam corrigir violações de direitos humanos cometidas pelos Estados membros.

No entanto, a eficácia das sentenças proferidas pela CIDH está diretamente ligada à sua implementação pelos Estados partes, e o Brasil, como signatário da Convenção Americana, não está isento dessa obrigação. A execução das decisões da CIDH no contexto do direito brasileiro é um tema de grande relevância e complexidade, que suscita questionamentos sobre a capacidade do sistema jurídico nacional em garantir o cumprimento de tais determinações.

Esta investigação propõe uma reflexão sobre a interação entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o direito brasileiro, focalizando especificamente na execução das sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Assim, serão abordadas questões relacionadas aos desafios enfrentados, às estratégias adotadas e às perspectivas de aprimoramento desse processo, visando fortalecer a proteção dos direitos humanos no Brasil e promover uma maior efetividade das decisões internacionais.

2. O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

As novas dinâmicas sociais e legais que surgem são de suma importância e, portanto, devem buscar abordagens abrangentes para resolver problemas, especialmente com uma perspectiva de relativizar ou mitigar o conceito tradicional de soberania, a fim de proteger e promover os Direitos Humanos. Isso implica compreender tanto os limites quanto às possibilidades de contribuição para a resolução de problemas em diferentes contextos, como proposto no estudo em questão, dentro de uma sugestão de mudança legislativa futura. Assim, à medida que o direito constitucional evolui, as constituições não devem apenas listar direitos, especialmente no contexto transnacional dos Direitos Humanos, mas também devem garantir sua efetivação e preservação, inclusive em um contexto internacional. Esse é exatamente o foco da evolução do constitucionalismo democrático e da participação de organizações internacionais dedicadas a garantir a efetividade dos Direitos Humanos, reconhecidos como fundamentais (Braga; Gonçalves Júnior, 2022).

Em 1959, visando abordar as violações de direitos humanos registradas em várias nações, a Organização dos Estados Americanos (OEA) estabeleceu a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), incumbida de promover e proteger os direitos humanos nas Américas. Em 1979, foi estabelecida a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), que faz parte do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIDH). A CIDH opera com base em três pilares principais: o sistema de petições individuais; a vigilância da situação dos

direitos humanos nos Estados-membros; e a atenção às questões temáticas prioritárias. A Comissão também enfatiza a importância de prestar atenção às populações, comunidades e grupos que historicamente foram alvo de discriminação (Andrade *et al.*, 2022).

O sistema interamericano de direitos humanos é uma estrutura jurídica e institucional de extrema relevância para a proteção e promoção dos direitos fundamentais. O Pacto de San José da Costa Rica, também referido como Convenção Americana de Direitos Humanos, publicado em 1969, é reconhecido como um marco político e jurídico na salvaguarda, observância e fomento dos Direitos Humanos, especialmente na região das Américas (Andrade; Machado; Carvalho, 2019).

Santos (2023) aponta que a questão do alcance do direito internacional é ainda mais complexa do que em outros ramos do direito. O sucesso do sistema internacional de proteção dos direitos humanos depende da implementação efetiva das decisões internacionais, pois somente isso pode assegurar a confiança e credibilidade dos órgãos internacionais. Surge, portanto, a dúvida sobre a eficácia de assumir um compromisso internacional para efetivar direitos humanos que já foram ignorados internamente, se o cumprimento dependerá principalmente da vontade política do Estado comprometido. A obtenção de poder e capacidade sancionatória ainda é um grande desafio para o direito internacional, especialmente em nível global. Nesse contexto, as Cortes de Direitos Humanos têm desempenhado um papel significativo na promoção dos direitos humanos nos sistemas regionais. Esse papel é especialmente relevante quando as instituições nacionais falham em agir, consolidando assim a jurisprudência internacional como um importante meio de concretização dos direitos humanos.

Uma das peças centrais desse sistema é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em San José, Costa Rica. A CIDH é responsável por interpretar e aplicar a Convenção Americana, além de outros instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelos Estados membros. Suas decisões têm autoridade vinculativa e visam corrigir violações de direitos humanos cometidas pelos Estados, garantindo reparação às vítimas e promovendo a justiça e a responsabilização. O Decreto Lei número 2.191 estabeleceu que se caso o Poder Legislativo não atue para revogar leis em conflito com a Convenção, o Poder Judiciário ainda está obrigado a respeitar a Convenção e, portanto, não aplicar leis que a contradigam. Se o Estado adotar tais leis em violação às obrigações assumidas, especialmente em conformidade com as normas da CIDH, ele deve ser responsabilizado internacionalmente (Piucco, 2019).

No entanto, a eficácia do sistema interamericano de direitos humanos nem sempre é garantida. Uma das principais questões enfrentadas é a implementação das decisões da CIDH pelos Estados partes. Muitas vezes, os governos relutam em cumprir integralmente as sentenças da Corte. Isso levanta preocupações sobre a legitimidade e a autoridade da

CIDH, bem como sobre a efetividade do sistema como um todo. Obter autoridade e competência sancionadora continua sendo um desafio significativo para o direito internacional, principalmente em escala global. É dentro desse contexto que as Cortes de Direitos Humanos têm desempenhado necessária atuação na promoção dos direitos humanos nos sistemas regionais. Especialmente quando as instituições nacionais falham em agir, como ocorre em nosso país, a jurisprudência internacional se estabelece como um campo crucial para efetivar os direitos humanos (Santos, 2023).

Outrossim, a morosidade processual brasileira é um dos dilemas que fazem a Corte se movimentar quando procurada. “O Brasil já foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, entre outros motivos, pela lentidão do Poder Judiciário” (Lima; Freitas, 2022, p. 239).

Apesar desses desafios, o sistema interamericano de direitos humanos também apresenta importantes conquistas e avanços quando condena Estados pela sua morosidade ou ausência. A atuação da CIDH tem contribuído para a consolidação do Estado de Direito, o fortalecimento da proteção dos direitos, principalmente das minorias e grupos vulneráveis. Suas decisões têm influenciado a legislação nacional, estimulado o debate público e promovido mudanças positivas na legislação e nas políticas dos Estados membros.

No mais, o sistema interamericano de direitos humanos é uma ferramenta essencial na luta pela justiça, igualdade e dignidade na região das Américas. Contudo, sua eficácia depende não apenas da atuação da CIDH e de outras instituições, mas também do compromisso dos Estados membros em respeitar e proteger os direitos humanos de todas as pessoas sob sua jurisdição.

3. A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

O propósito primordial da Corte IDH consiste em garantir a defesa dos direitos humanos no continente americano, analisando as queixas e fornecendo orientações sobre a proteção e reparação aos Estados membros da OEA por meio dos recursos apropriados. Mesmo na ausência de uma violação direta, todo indivíduo, grupo ou entidade tem o direito de apresentar uma reclamação à CIDH. Para os requerentes, o objetivo principal de sua denúncia perante a CIDH não se limita apenas a buscar reparações individuais, mas também a estabelecer precedentes que possam ter implicações na comunidade, na legislação e nas políticas públicas. As queixas são submetidas à Comissão por meio de petições apresentadas por indivíduos, grupos ou organizações contra um Estado-membro, utilizando diversos meios, como o Portal do Sistema Individual de Petições, fax, e-mail ou correio postal. Vale ressaltar que a Comissão só pode analisar uma denúncia após o esgotamento dos recursos judiciais internos (Andrade *et al.*, 2022).

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, como entidade

responsável por promover a justiça em casos de violação dos direitos dos Estados-membros, emite decisões nas quais declara esses Estados responsáveis por violações das garantias estabelecidas na Convenção ou em outros instrumentos de proteção, e também específica como devem reparar as vítimas. O propósito dessas decisões é compensar os danos sofridos pelas vítimas. Para garantir isso, a CIDH monitora o cumprimento das decisões emitidas. Após um período, avalia o progresso e, se houver descumprimento, estabelece um novo prazo (Pardo Martinez, 2022).

No contexto brasileiro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem sua influência de modo substancial, moldando, de certo modo, a interpretação e a aplicação das normas de direitos humanos no país dependendo do caso e de algumas situações.

Desde o seu estabelecimento, cortes e tribunais internacionais têm enfrentado desafios na produção de normas por meio de decisões judiciais. De acordo com a teoria tradicional de produção normativa do ordenamento internacional, o papel atribuído aos órgãos judiciais seria simplesmente o de aplicar as normas jurídicas existentes produzidas por outros sujeitos do ordenamento internacional, especialmente os Estados. No entanto, à medida que as instâncias judiciais começaram a ampliar o alcance de certas normas, contribuindo para o desenvolvimento do direito internacional, surgiram questões sobre os limites e poderes da constelação judicial internacional. Como uma corte cujo foco hermenêutico é a proteção dos direitos humanos, uma categoria de direitos historicamente significativa, espera-se que ela assuma uma postura progressista. Em várias ocasiões, a Corte Interamericana foi responsável por consolidar a interpretação "pro persona", atribuindo significado aos direitos que deve aplicar de acordo com a Convenção Americana. Essas atividades, características das cortes de direitos humanos, e suas técnicas interpretativas de natureza teleológica ou evolutiva têm sido objeto de análise pela comunidade jurídica (Lima; Felipe, 2022).

A adesão do Brasil à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, reconhecendo que tratados internacionais de direitos humanos fazem parte do conjunto constitucional de direitos a serem defendidos, observados e fomentados pelo país, trouxe consigo a submissão às decisões e jurisdição da CIDH. Desde então, a Corte tem exercido papel ativo na análise de casos que envolvem violações de direitos humanos no Brasil, emitindo sentenças que estabelecem padrões e princípios jurídicos fundamentais (Andrade; Machado; Carvalho, 2019).

Um dos aspectos mais marcantes da atuação da CIDH no Brasil é a sua contribuição para a responsabilização do Estado por violações de direitos humanos. A Corte tem se debruçado sobre casos emblemáticos como o acesso à justiça, entre outros. Suas decisões têm sido fundamentais para garantir a justiça e a reparação às vítimas, além de promover mudanças estruturais nas políticas públicas e no sistema judiciário brasileiro. Porém, o

desafio central está na urgência de garantir que as decisões da Corte Interamericana não se restrinjam a simples declarações de princípios, mas realmente resultem na responsabilização dos Estados e na correção das violações dos direitos humanos. A ausência de meios eficazes de implementação pode prejudicar a credibilidade do sistema de justiça internacional e enfraquecer os esforços para assegurar o respeito aos direitos humanos em toda a região das Américas (Corrêa; Espolador, 2023).

Neste contexto, o papel fundamental do Direito Internacional dos Direitos Humanos em tais situações é estabelecer a obrigação do Estado de realizar os procedimentos necessários em prol dos direitos humanos. Os Estados não têm liberdade absoluta para decidir se vão ou não proteger os direitos humanos; todos os órgãos internos devem encontrar maneiras de aplicar os tratados de direitos humanos ratificados, pois a responsabilidade é de todo o Estado. Ao ratificar os tratados de direitos humanos, os Estados comprometem-se a considerar que os direitos consagrados nesses instrumentos fazem parte do conjunto normativo interno. Devido à hierarquia das leis, a maioria dos Estados latino-americanos inclui esses tratados como parte de seus ordenamentos jurídicos, dispensando a necessidade de uma lei específica para sua implementação (Piucco, 2019).

Outrossim, é relevante notar que diferentes órgãos governamentais podem agir de forma conflitante dentro do âmbito nacional. Portanto, diferentes entidades governamentais podem adotar abordagens legais independentes entre si, e tais abordagens podem ser tanto divergentes quanto consistentes com a obrigação estabelecida pela Corte. Assim, em situações de impasse institucional, as decisões da Corte podem respaldar a autoridade legal daqueles órgãos, instituições ou atores cujas ações estejam mais alinhadas com o regime regional de direitos humanos e repreender atos que estejam em contradição com o mesmo regime. Esse conflito entre órgãos governamentais e a presença de atores domésticos com perspectivas legais distintas destacam as limitações de considerar o Estado como uma entidade monolítica ou de realizar análises de eficácia limitadas a uma perspectiva centrada no Estado ou à visão convencional de soberania (Calabria, 2017).

Assim, as decisões da Corte Internacional geralmente requerem uma gama de medidas de reparação, desde restituição até reformas políticas. Implementar todas essas medidas de maneira apropriada e eficiente pode ser complicado, demandando recursos substanciais e cooperação dos Estados envolvidos. A execução das decisões pode entrar em conflito com as leis internas dos Estados, especialmente quando se trata de reformas legislativas ou da revogação de leis que não estão alinhadas com os tratados de direitos humanos. Isso pode gerar resistência e atrasos na aplicação das sentenças. Em algumas situações, os Estados podem usar leis de anistia ou prazos de prescrição para evitar investigar e punir os responsáveis por violações graves dos direitos humanos. A Corte Internacional tem enfatizado que tais práticas são inaceitáveis, mas a

resistência persiste (Corrêa; Espolador, 2023).

Apesar dos desafios, a atuação da CIDH no Brasil continua sendo um importante arcabouço para a promoção e proteção dos direitos humanos no país. Suas decisões estabelecem precedentes importantes, contribuindo para a consolidação do Estado de Direito e o fortalecimento das instituições democráticas.

4. A EXECUÇÃO DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO BRASILEIRO

A execução das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no direito brasileiro representa um desafio significativo para a efetiva proteção dos direitos humanos no país. Embora a CIDH tenha jurisdição sobre os Estados membros que ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, incluindo o Brasil, a implementação de suas decisões nem sempre ocorre de forma rápida ou completa.

Um exemplo emblemático desse desafio é o caso da "Guerrilha do Araguaia". Em 2010, a CIDH condenou o Brasil por graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964-1985), incluindo desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais. Nessa perspectiva, identifica-se como alarmante a tentativa de calar promovida pelo Governo Brasileiro por meio da promulgação da Lei de Anistia, sob o pretexto declarado de democratização do país. Entretanto, essa ação se revela como um mecanismo para garantir a impunidade dos militares pelos crimes cometidos. Por outro lado, diante das tentativas infrutíferas de obter informações sobre o paradeiro e os corpos de seus entes queridos dentro do país, como evidenciado pelas ações judiciais em curso e pela falta de resposta oportuna do Estado, o caso foi encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Esta, por sua vez, delegou à Corte a responsabilidade de julgar, visando à responsabilização internacional do Estado Brasileiro pelas sérias violações de direitos humanos comprovadas (Furlan, 2020).

Outro exemplo relevante é o caso da "Favela Nova Brasília". Em 2017, a CIDH condenou o Brasil por violações de direitos humanos decorrentes da operação policial na favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro. O caso aborda a responsabilidade internacional do Estado brasileiro pela violação do direito à vida e à integridade pessoal das vítimas. Vinte e seis homens foram vítimas de homicídio, e três mulheres foram vítimas de violência sexual, durante operações policiais realizadas na Favela Nova Brasília, localizada no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Essas incursões ocorreram em dois momentos distintos: em 18 de outubro de 1994 e em 8 de maio de 1995. Desta feita, estabelecem-se diretrizes sobre a obrigação de realizar uma investigação minuciosa, além de estabelecer os critérios de imparcialidade, autonomia, consideração e tempo adequado para conclusão (CNU, 2021).

Além desses casos específicos, a execução das decisões da CIDH

no Brasil enfrenta o desafio sistêmico da vontade política para garantir o cumprimento das medidas ordenadas pela Corte. Alterações no governo ou na liderança de um país podem impactar a continuidade da execução das medidas de reparação, especialmente se a nova gestão não estiver comprometida com os direitos humanos. Pressões vindas do âmbito internacional podem ser necessárias para assegurar que os países cumpram as decisões da Corte Interamericana, no entanto, isso pode ser encarado como uma interferência em sua soberania por alguns Estados. Em síntese, a implementação das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos é um processo complexo. A diversidade de medidas de reparação, conflitos com a legislação interna, oposição política e outros obstáculos podem dificultar a realização efetiva dos direitos humanos, tornando-a uma tarefa desafiadora (Corrêa; Espolador, 2023).

O atual contexto jurídico busca assegurar a efetividade das decisões. Um dos principais argumentos enfrentados é que os tribunais nacionais frequentemente reforçam a supremacia da Constituição brasileira, devido ao conceito tradicional de soberania, em detrimento das normas internacionais. Conseqüentemente, as conseqüências das decisões da Corte Interamericana são muitas vezes ignoradas, resultando no descumprimento das obrigações assumidas internacionalmente perante o Sistema Interamericano e a OEA. Por outro lado, o país, como o Brasil neste caso, pode sofrer sanções previstas na Carta da OEA, incluindo a exclusão, sem que haja uma coerção efetiva para cumprir. Além disso, normas desprovidas de sanções, especialmente nesta situação, tendem a ser ineficazes, levando apenas à má reputação internacional do Brasil como um país que não cumpre seus compromissos e viola os Direitos Humanos. Isso é indesejável no cenário global, mas não necessariamente induz a uma mudança de postura por parte das autoridades nacionais a curto prazo (Braga; Gonçalves Júnior, 2022).

No entanto, é importante ressaltar que a atuação da CIDH tem gerado impactos significativos no Brasil, mesmo que tardio, contribuindo para a conscientização pública. De modo que, é fundamental que o Brasil reafirme seu compromisso com os princípios e valores consagrados na Convenção Americana e implemente integralmente as decisões da CIDH, garantindo assim a plena realização dos direitos humanos de todos os brasileiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise realizada sobre a execução das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no direito brasileiro, fica evidente que há uma série de desafios a serem enfrentados para garantir a plena proteção dos direitos humanos no país.

Os exemplos apresentados, como os casos da "Guerrilha do Araguaia" e da "Favela Nova Brasília", ilustram a complexidade e a morosidade do processo de implementação das decisões da CIDH no Brasil. A resistência política e a complexidade jurídica são apenas alguns dos

obstáculos que impedem a efetiva execução das medidas ordenadas pela Corte.

É necessário reconhecer, no entanto, que a atuação da CIDH no Brasil tem sido fundamental para promover a responsabilização do Estado por violações de direitos humanos, além de estimular mudanças estruturais nas políticas públicas e no sistema judiciário brasileiro. Suas decisões estabelecem padrões e princípios jurídicos fundamentais, contribuindo para a consolidação do Estado de Direito e o fortalecimento das instituições democráticas.

No mais, é imperativo que o Brasil reafirme seu compromisso com os princípios e valores consagrados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e implemente integralmente as decisões da CIDH com maior vontade política, além de uma abordagem colaborativa entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A plena promoção dos direitos humanos para todos os brasileiros depende não apenas da atuação da CIDH, mas também do compromisso dos Estados membros em respeitar e proteger os direitos fundamentais de todas as pessoas sob sua jurisdição.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. A.; MACHADO, M. S.; CARVALHO, G. B. V. 50 Anos Do Pacto De São José Da Costa Rica: Reflexões Sobre Justiça Social No Brasil. **Revista Prim Facie**, v. 18, n. 39, p. 1-39, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/48750>. Acesso em: 08 mai. 2024.
- ANDRADE, E. M.; VENTURA, C. A. A.; ZANARDO, A. B.; BONATO, P. P. Q. A pandemia do coronavírus e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos: uma análise documental. **Revista Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 11, n. 4, p. 31-51, 2022. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/891>. Acesso em: 09 mai. 2024.
- BRAGA, T. M.; GONÇALVES JÚNIOR, C. A efetividade das decisões de organizações internacionais sob a perspectiva da soberania: uma proposta para o Brasil. **Revista Interações**, v. 23, n. 4, p. 1141-1159, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/hYfRDdH5YpvSvSzbKKC66HB/>. Acesso em: 09 mai. 2024.
- CALABRIA, C. Alterações normativas, transformações sociojurídicas: analisando a eficácia da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 2, p. 1286-1355, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/jvzr6kMxw8kxXLt699gW3qQ/>. Acesso em: 08 mai. 2024.
- CNJ. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Supervisão, no âmbito do Poder Judiciário, de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília vs. Brasil**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em:

- <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/sumario-executivo-favela-nova-brasil-v8-2022-02-21.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- CORRÉA, D. M.; ESPOADOR, R. C. R. T. Tensões e desafios na efetivação das sentenças internacionais: o papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, v. 11, n. 20, p. 1- 25, out. 2023. Disponível em: http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-78872023002000011. Acesso em: 08 mai. 2023.
- FURLAN, M. L. F. Ditadura, silenciamento e direitos humanos: a importância do direito internacional para a garantia dos direitos à memória e verdade à luz do caso Gomes Lund VS. Brasil. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, v. 8, n. 2, p. 56-76, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/rcd/article/view/1890>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- LIMA, L. C; FELIPPE, L. M. A expansão da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos através de opiniões consultivas. **Anuario mexicano de derecho internacional**, v. 21, Ciudad de México, 2022. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-46542021000100125. Acesso em: 09 mai. 2024.
- LIMA, T. M. M.; FREITAS, F. O. Análise dos fundamentos das decisões judiciais que condenaram estados pela morosidade processual. **Revista Brasileira de Direito Civil - RBD Civil**, v. 31, n. 4, p. 239-264, out./dez. 2022. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/870/584>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- PARDO MARTÍNEZ, Orlando. “Justicia convencional: cumplimiento de sentencias de la cidh, mandatos y perspectivas 2008-2020”. **Novum Jus**, v. 16, n. 2, p. 283-303, 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2500-86922022000200283&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 08 mai. 2024.
- PIUCCO, M. **O controle de convencionalidade da corte interamericana de direitos humanos nos crimes ocorridos durante as ditaduras militares na América do Sul**. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Passo Fundo – UPF. Passo Fundo – RS. 2019. Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20MICHELI%20PIUCCO_298985.pdf. Acesso em: 08 mai. 2024.
- SANTOS, G. C. Os desafios da implementação da sentença da corte interamericana de direitos humanos no caso empregados da fábrica de fogos de Santo Antônio de Jesus. **Revista da Defensoria Pública da União**, v. 20, p. 135-159, jul./dez., 2023. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/590>. Acesso em: 08 mai. 2024.

Publicação em capítulo de livro


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](#) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 

Sobre o Organizador

Prof Dr. Bruno Matos de Farias



Doutor em Desenvolvimento Local (Ciências Ambientais), Mestre em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Especialização em Docência OnLine: Tutoria em EAD pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Editor chefe na Editora Epitaya. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, com ênfase em Construção Civil, atuando principalmente no seguinte tema: Autovistoria Predial, Perícia e Assistência Técnica. Especialista em Registros de Patentes, Marcas e Programas de Computador. Docente na UNISOCIESC no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Docente Faculdades Unidas do Norte Minas -

FUNORTE. Coordenador do projeto Sociedade, Espaço Urbano e condições adequadas ao Envelhecimento e Saúde – FUNORTE. Organizador de 18 livros na área da arquitetura e engenharia, com 53 capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas, 11 patentes registradas e 7 programas de computador criados.

Link do Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8157069396993825>

**FRONTEIRAS DO
CONHECIMENTO:
UM DIÁLOGO ENTRE
DISCIPLINAS**

Bruno Matos de Farias


epitaya
Editora

